



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

NEYDE JUSSARA GOMES ABDALA RODRIGUES

**A DIREÇÃO SOCIAL ESTRATÉGICA DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS NO
SERVIÇO SOCIAL: uma análise da produção teórico-metodológica da pós-
graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba**

**CAMPINA GRANDE - PB
2021**

NEYDE JUSSARA GOMES ABDALA RODIGUES

**A DIREÇÃO SOCIAL ESTRATÉGICA DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS NO
SERVIÇO SOCIAL: uma análise da produção teórico-metodológica da pós-
graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Serviço Social.

Área de concentração: Serviço Social, Estado, Trabalho e Políticas Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mônica Barros da Nóbrega

**CAMPINA GRANDE - PB
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

R696d Rodrigues, Neyde Jussara Gomes Abdala.

A direção social estratégica da produção de conhecimentos no serviço social [manuscrito] : uma análise da produção teórico-metodológica da pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba / Neyde Jussara Gomes Abdala Rodrigues. - 2021.

166 p.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas , 2021.

"Orientação : Profa. Dra. Mônica Barros da Nóbrega , Departamento de Serviço Social - CCSA."

1. Produção de conhecimento. 2. Pós-Graduação em Serviço Social. 3. Direção Social Estratégica. I. Título

21. ed. CDD 361

NEYDE JUSSARA GOMES ABDALA RODIGUES

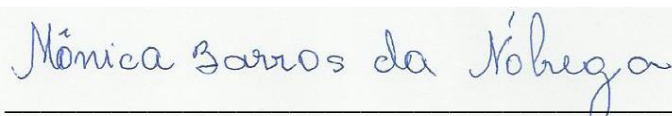
**A DIREÇÃO SOCIAL ESTRATÉGICA DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS NO
SERVIÇO SOCIAL: uma análise da produção teórico-metodológica da pós-
graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Serviço Social.

Área de concentração: Serviço Social, Estado, Trabalho e Políticas Sociais.

Aprovada em: 31/08/2021.

BANCA EXAMINADORA



Prof^a. Dr^a. Mônica Barros da Nóbrega (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof^a. Dr^a. Moema Amélia Serpa Lopes de Souza (Examinadora Interna)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof^a. Dr^a. Luciana Batista de Oliveira Cantalice (Examinadora Externa)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Aos meus pais, Norberto (*in memoriam*) e Sônia, por tudo o que sou.

Aos meus filhos, Davi e Artur, por me inspirarem a ser cada dia melhor.

À todas as mulheres que ousam trilhar os caminhos do conhecimento.

DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Tão desafiador quanto escrever esta dissertação foi expressar em palavras a gratidão que há em meu coração. Agradecer é essencial. Por isso quero externar minha gratidão à tantas pessoas imprescindíveis nesta caminhada.

Começo agradecendo a Deus, autor da minha fé, que diariamente sopra em mim o folego de vida. Agradeço por me dar saúde, me guardar e me fortalecer em tempos tão sombrios. Por tantas vezes nos meus momentos de incertezas e dificuldades ser o meu amparo e de maneira inexplicável me trazer a paz necessária para continuar. Obrigada, Deus, por tudo e por tanto!

Ao meu pai Norberto (*in memoriam*), que mesmo ausente fisicamente continua sendo meu maior incentivador. Agradeço por todo amor e dedicação, pelas oportunidades que me proporcionou e por me mostrar que o estudo é sempre o melhor caminho. À minha mãe Sônia, por todo amor e afeto, por cada ensinamento e incentivo, por tanto cuidado e orações constantes. A eles meu amor e minha gratidão!

Ao meu amor, Júnior, meu companheiro, por andar de mãos dadas comigo, por tornar cada momento mais leve, proporcionando o aconchego e as condições necessárias para a realização dos objetivos diários, por trazer o sustento para nossa família enquanto eu me dedico aos estudos. As palavras me faltam para te agradecer por todo o incentivo para que eu possa realizar meus sonhos. Obrigada por não me deixar desistir, por tentar me mostrar de todas as formas que eu sou capaz!

Aos meus filhos, Davi e Artur, razão pela qual me levanto todos os dias, luto e persevero, buscando ser cada dia melhor para vocês e por vocês. Obrigada por me mostrar a força que há em mim e que nem eu mesma sabia que possuía! Vocês me incentivam e me impulsionam a trilhar novos caminhos e buscar novas realizações. A vocês meu amor incondicional!

À minha grande família, meus irmãos, sobrinhos(as), cunhados(a), tios(as), por tanto amor e compreensão, pelas palavras de incentivo, pela acolhida em todos os momentos. Agradeço, principalmente a minha irmã Joycy, por sempre me encorajar a continuar e nunca desistir, por sua disposição em sempre me ouvir quando eu preciso desabafar, chorar ou mesmo rir dos problemas, por ser coração que acolhe, por toda ajuda com os meninos, por estar ao meu lado em toda e qualquer circunstância.

Aos meus amigos, por todo o apoio, compreensão, demonstrações de amor, orações, cuidado e momentos de alegrias que me proporcionam. Sou grata a todos. São tantos, cada um a seu modo se faz sempre presente em toda essa trajetória.

Ao amigo Magno Lisboa, por tão grande contribuição na revisão desse trabalho e por toda amizade que ultrapassa a academia.

Agradeço também de modo especial à minha querida orientadora da graduação, Professora Sandra Amélia, que me conduziu na área da pesquisa e da produção de conhecimento desde a graduação. Pelo constante incentivo para que eu pudesse trilhar essa trajetória no mestrado em Serviço Social. Obrigada pelas generosas contribuições, pela atenção e o carinho de sempre!

O mestrado me propiciou fazer novos amigos. Desse modo, quero agradecer a minha turma de mestrado (2019), por tanto aprendizado compartilhado e pelos momentos de descontração e de boas risadas. Agradeço, especialmente a Tatiany e Liliane, por se fazerem presentes mesmo distantes geograficamente, pelas palavras de ânimo, por todo carinho e amizade. Obrigada por tornarem essa caminhada mais leve! Vocês são um lindo presente do mestrado.

A todos que fazem o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), as(os) professoras(es) pelo conhecimento e experiência construída e compartilhada ao longo desse processo. Obrigada pela acolhida!

Agradeço imensamente às professoras Moema Serpa e Luciana Cantalice por terem aceitado o convite de fazerem parte da minha banca, tanto de qualificação quanto de defesa, contribuindo para esse momento de construção coletiva de conhecimento. É um privilégio tê-las em minha banca e poder contar com suas preciosas contribuições no aprimoramento deste trabalho.

À minha orientadora Professora Mônica Barros da Nóbrega, meu carinho e minha admiração. Agradeço pela acolhida, disponibilidade, carinho, compreensão e maestria na condução deste trabalho, por seu cuidado e preocupação comigo nesse momento tão delicado que vivemos, tenho certeza que eu não teria conseguido concluir esta dissertação sem o seu apoio e incentivo. Obrigada, Mônica, por acreditar em mim, por entender minhas limitações e me fazer sentir segura!

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, pelo apoio financeiro na realização desta pesquisa.

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”.

Karl Marx

RESUMO

A presente dissertação trata da produção de conhecimento no Serviço Social, particularmente da sua direção social estratégica. Resulta de uma pesquisa realizada com o objetivo geral de analisar a relação entre a produção de conhecimento teórico do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (PPGSS/UEPB) e a direção social estratégica da profissão e teve como objetivos específicos: identificar as temáticas que prevalecem nas produções; apreender a perspectiva teórica anunciada nos estudos e identificar as referências bibliográficas mais utilizadas. O interesse pela temática partiu da nossa inserção no Núcleo de Pesquisa e Práticas Sociais (NUPEPS), quando tivemos a oportunidade de participar de estudos e discussões desenvolvidos sobre a temática da pesquisa e produção do conhecimento no Serviço Social, bem como de projetos de iniciação científica. Metodologicamente priorizamos a realização de pesquisa documental, tendo como universo as dissertações produzidas no PPGSS/UEPB. Fundamenta-se no método crítico-dialético, o qual permite analisar os fenômenos numa perspectiva de totalidade com o propósito de revelar a dinâmica do movimento entre a aparência e a essência do objeto de estudo. Os resultados sugerem que, apesar de um considerável número de dissertações estarem sintonizadas com o ideário pós-moderno, prevalece no conhecimento teórico analisado uma direção social alicerçada na perspectiva teórico-metodológica marxista, sinalizando, portanto, para uma relação de aproximação com a direção social estratégica do projeto ético-político profissional. Enfim, acreditamos que os resultados aqui expostos poderão contribuir para o debate sobre a produção do conhecimento no Serviço Social e o fortalecimento da pós-graduação na área em sintonia com o projeto ético-político da profissão. Além de contribuir para a socialização do conhecimento produzido pelo PPGSS/UEPB, bem como para contribuir na visibilidade da sua importância para a área de conhecimento, para a profissão, para a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e para aqueles que constroem cotidianamente o Programa.

Palavras-chave: Produção de Conhecimento. Pós-Graduação em Serviço Social. Direção Social Estratégica.

ABSTRACT

The current dissertation is focused on knowledge production in social work, specially its strategic social direction. It is a result of a research conducted with the general aim of analyzing the relation between the production of theoretical knowledge of the post-graduation program in social work from the Universidade Estadual da Paraíba (PPGSS/UEPB) and the social strategic direction of the profession it had as its specific objectives: Identify the prevalent thematic in the productions; learn the theoretical perspective presented in the studies and identify the most used bibliographic references. The interest in the thematic started due to our participation in the research and social practices center (NUPEPS), when we had the opportunity to take part in studies and discussions developed around the topic of the research and knowledge production in social work, as well as scientific initiation projects. Concerning the methodology, we prioritized the conduct of documental research, having as universe the dissertations produced in the PPGSS/UEPB. It is based on the critical-dialectical method, which allows the analysis of phenomena from a totality perspective in order to reveal the dynamics of movement between the appearance and essence of the object of study. The results suggest that, although a considerable amount of dissertations are in harmony with the postmodern ideals, a social direction based on the Marxist theoretical-methodological perspective prevails in the analyzed theoretical knowledge, thus signaling an approximation relationship with the social direction. Finally, we believe that the results presented here can contribute to the production of knowledge debate in the social work and strengthening of graduate studies in the area, in line with the profession's ethical-political project. In addition to contributing to the socialization of knowledge produced by the PPGSS/UEPB, as well as contributing to the visibility of its importance for the area of knowledge, for the profession, for the Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) and for those who build the program on a daily basis.

Keywords: Knowledge production. Post-graduation in social work. Strategic social direction.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Dissertações de mestrado produzidas entre 2015 e 2019 e liberadas para consulta pública, distribuídas por eixo temático, conforme GTPs da ABEPSS.....	116
--	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
BM	Banco Mundial
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CBCISS	Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
EC	Emendas Constitucionais
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social
EAD	Ensino a Distância
ERE	Ensino Remoto Emergencial
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FMI	Fundo Monetário Internacional
GTP	Grupos Temáticos de Pesquisa
IES	Instituições de Ensino Superior
IFs	Institutos Federais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MARE	Ministério da Administração e da Reforma do Estado
MEC	Ministério da Educação e Cultura
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UFA's	Unidades de Formação Acadêmicas
OMC	Organização Mundial do Comércio
OSs	Organizações Sociais
PT	Partido dos Trabalhadores
PDARE	Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado
PNPG	Plano Nacional de Pós-Graduação
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

PUC-RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PPGSS	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
PROUNI	Programa Universidade para Todos
SNPG	Sistema Nacional de Pós-Graduação
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: o legado da tradição Marxista.....	20
2.1	O conhecimento teórico-metodológico na perspectiva de Marx.....	20
2.2	O Serviço Social no Brasil: contribuições da tradição marxista para o fortalecimento da produção de conhecimento na área.....	36
3	A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE CONTRARREFORMA DO ENSINO SUPERIOR.....	54
3.1	Crise contemporânea do capital e o ensino superior no contexto de contrarreforma do Estado: implicações para a universidade pública e para a produção de conhecimento.....	54
3.1.1	A contrarreforma do ensino superior no Brasil e suas repercussões para a Pós-Graduação e a produção de conhecimento teórico-metodológico.....	65
3.2	A Pós-Graduação em Serviço Social no país: avanços e desafios em tempos de contrarreforma.....	86
4	A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA: tendências teórico-metodológicas e sua relação com a direção social estratégica da profissão.....	103
4.1	O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.....	103
4.2	A produção de conhecimento nas dissertações de Mestrado defendidas e aprovadas no Programa de Pós-graduação em serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba: temáticas prevaletentes.....	113
4.3	A relação entre o conhecimento teórico-metodológico produzido nas dissertações do PPGSS/UEPB e a direção social estratégica da profissão.....	124
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	146
	REFERÊNCIAS.....	149
	APÊNDICE A.....	165
	APÊNDICE B.....	166

1. INTRODUÇÃO

“Todo começo é difícil, em qualquer ciência”. (Karl Marx)

A produção de conhecimento no âmbito do Serviço Social brasileiro passa, necessariamente, pela construção do diálogo com as diferentes matrizes do pensamento social, estando diretamente relacionada com o surgimento dos primeiros cursos de pós-graduação na área das Ciências Sociais e em Serviço Social. Logo, a pós-graduação se constitui como um espaço essencial para o desenvolvimento da produção de conhecimento da área. É, portanto, nesse espaço que se intensifica a interlocução do Serviço Social com a teoria crítica de Marx.

O movimento de renovação do Serviço Social brasileiro, na sua terceira vertente, ancorada na aproximação a tradição marxista contribuiu significativamente para a expansão da produção intelectual da área, particularmente nos anos 1980 e 1990, quando ocorreu a expansão e adensamento dessa produção influenciada pela teoria crítica. Nesse sentido, podemos destacar que a incorporação do método de Marx foi fundamental para o amadurecimento do Serviço Social e seu reconhecimento como área de conhecimento junto às agências de fomento à pesquisa. Portanto, a profissão em sua trajetória histórica avançou quanto ao acúmulo de conhecimentos, passando a produzi-lo tendo como referência o método crítico-dialético.

Nesse processo histórico o Serviço Social brasileiro passou a discutir a direção teórico-metodológica da formação profissional e, assim, construiu seu projeto profissional. Nas palavras de Yamamoto (2009, p. 4):

um projeto profissional radicalmente inovador e crítico, com fundamentos históricos e teórico-metodológicos hauridos na tradição marxista, apoiado em valores e princípios éticos radicalmente humanistas e nas particularidades da formação histórica do país.

Tal projeto adquire materialidade na Lei de regulamentação da profissão (1993), no Código de Ética (1993) e nas Diretrizes Curriculares (1996). Projeto este que tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central e democracia como valor político. Nesse contexto, a ampliação dos cursos de pós-graduação aliada à interlocução com outras áreas do conhecimento, “propiciou maior apreensão e densidade na análise da realidade social, coerentes com este novo

direcionamento da categoria, fortalecendo o projeto profissional que ganhava hegemonia” (SILVA; MATIAS; NÓBREGA, 2018, p. 111).

Vale destacar que a ampliação dos cursos de pós-graduação intensificou-se com a política de expansão e interiorização do ensino superior propostas pelo governo Lula (2003), em consonância com o V Plano Nacional de Pós-Graduação (2005-2010) que expôs a necessidade de expandir a pós-graduação nas regiões: Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Assim, diante do contexto de reordenamento da política educacional brasileira, o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UEPB é implantado em 2013, visando contribuir na formação de pesquisadores e docentes no Brasil e principalmente na região Nordeste. O mestrado em Serviço Social da UEPB é expressão da consolidação e maturidade do curso de graduação em Serviço Social e sua inserção no contexto de desenvolvimento social do Estado da Paraíba. O Programa vem, assim, contribuindo também para a produção de conhecimento, incorporando temáticas que problematizam as diversas expressões da Questão Social.

Neste sentido, este estudo, tem por objetivo geral: analisar a relação entre o conhecimento teórico-metodológico produzido nas dissertações de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba e a direção social estratégica da profissão. Como objetivos específicos: identificar as temáticas que prevalecem nas produções; apreender a perspectiva teórica anunciada nos estudos e identificar as referências bibliográficas mais utilizadas.

Partimos do entendimento de que a temática aqui estudada faz parte de uma particularidade inserida na realidade social rica em contradições. Desse modo, buscamos situar nosso objeto de estudo historicamente identificando as principais determinações, tendências e contradições, possibilitando desvelar a sua essência.

De acordo com Yazbek (2020a), é impossível problematizar a produção de conhecimentos sem referenciar as características que conformam o modo de ser do capitalismo contemporâneo. Nesse entendimento, pensar à produção de conhecimento implica considerar as investidas do neoliberalismo com suas contrarreformas, implicando à educação a condição de mercadoria. Com isso, destacamos o maior investimento do governo às instituições privadas, incentivo aos cursos de Educação a Distância, desfinanciamento e desqualificação das universidades públicas.

Na conjuntura de contrarreforma do Estado brasileiro, intensificadas nos últimos anos, com os governos de Michel Temer e atualmente o de Jair Bolsonaro, as políticas de educação, ciência e tecnologia têm sofrido inflexões significativas, tanto no que se refere à direção quanto ao financiamento. Neste sentido, podemos dizer que tais medidas impõem desafios à realização da pesquisa, a sobrevivência dos programas de pós-graduação nas áreas das Ciências Sociais e Humanas com conceito 03 (três) e do desenvolvimento regional, visto que a existência da pós-graduação é essencial para o desenvolvimento social e regional, principalmente na região Nordeste (SILVA; MATIAS; NÓBREGA, 2018).

Nesse contexto contraditório de avanços, ataques e retrocessos, a produção de conhecimento elaborada nos diferentes programas de pós-graduação da área de Serviço Social tem resistido aguerridamente aos ataques acima citados, além do revigoração do pensamento conservador e da adesão ao pensamento pós-moderno e às suas inflexões nas produções teóricas. Ainda que com todos os limites impostos, essas produções vêm se constituindo enquanto instrumento valioso na defesa dos direitos da classe trabalhadora e na luta pela preservação e consolidação da direção social estratégica da profissão.

Com base na problematização do objeto em questão e tendo em vista que a construção do conhecimento, na perspectiva marxiana/marxista¹, requer aproximações sucessivas ao objeto de estudo, é importante destacar que a motivação por esse tema de investigação, decorre de experiências vivenciadas a partir da nossa graduação em Serviço Social, quando tivemos a oportunidade de participar de estudos e discussões desenvolvidos no NUPEPS, bem como na participação de pesquisas vinculadas ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), com as seguintes pesquisas: *O Papel da Pesquisa na Formação dos(as) Estudantes de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba* (PIBIC – cota 2011/2012). O estudo voltou-se para os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) produzidos entre as décadas de 1960 a 1980, que foram decorrentes de pesquisas desenvolvidas a partir do estágio curricular. Os seus resultados evidenciaram que a pesquisa na formação profissional articulada ao estágio, possibilita uma aproximação do corpo

¹ Para Netto (1989), a produção marxiana refere-se a tudo que é inerente e de autoria do próprio Marx, enquanto que a tradição marxista se refere à tradição construída a partir de Marx, são diferentes propostas, estudos, elaborações e contribuições concretizado pela reflexão dos vários estudiosos marxistas.

discente à realidade. Evidenciou-se ainda a importância da pesquisa na formação profissional e do estágio como espaço que propicia ao(à) discente o contato com a realidade da profissão e possibilita a prática investigativa, dentre outros (SILVEIRA *et al.*, 2012).

Outra investigação desenvolvida teve por título: *A Pesquisa na Formação Profissional das(os) Discentes do Curso de Serviço Social da UEPB: a contribuição dos grupos de pesquisa* (PIBIC – cota 2012/2013). Os resultados obtidos demonstraram a importância dos grupos e núcleos de pesquisa para o processo de consolidação da pesquisa na formação profissional, na medida em que possibilita o acesso de discentes ao PIBIC na UEPB. Evidenciou, ainda, a contribuição desses espaços para a produção do conhecimento no referido curso e as suas influências na aprovação pela CAPES do mestrado em Serviço Social da UEPB, bem como na inserção dos(as) discentes egressos destes grupos e núcleos nos programas de pós-graduação (SILVEIRA; RODRIGUES; SILVA, 2013).

Os referidos estudos resultaram posteriormente em um artigo intitulado: *Perfil dos TCCs no Curso de Serviço Social da UEPB, publicado no livro O Curso de Serviço Social da UEPB: elementos para uma análise histórica e teórico-metodológica, com nossa participação* (2014).

Considerando esses argumentos, a nossa dissertação apresenta relevância acadêmica e se justifica por evidenciar a importância do conhecimento produzido nos programas de pós-graduação na área, visto que este poderá instrumentalizar a construção de respostas profissionais sintonizadas com a direção social estratégica assumida pela profissão, numa perspectiva de manutenção e afirmação dos direitos sociais em um contexto de aprofundamento da crise capitalista e de uma pandemia mundial causada pelo coronavírus, o que tem provocado consequências sanitárias, econômicas, políticas, éticas, sociais, dentre outras. Destacamos também a sua relevância social, fundamentada na função social da universidade de produzir conhecimento que subsidie a elaboração de respostas às necessidades sociais da população.

Vale ressaltar, que durante a realização da pesquisa, elaboração e defesa desta dissertação vivenciamos no Brasil um contexto histórico de crises sem precedentes, que se aprofunda diante de um (des)governo federal que assume claramente um projeto ultraneoliberal, ultraconservador, negacionista e obscurantista, que estimula o ódio aos grupos sociais historicamente excluídos da sociedade, aos

serviços públicos e aos direitos sociais. Enfim, que declara guerra ao saber científico, à educação, à universidade e à comunidade acadêmica, asfixiando as instituições de fomento à pesquisa, impondo obstáculos à produção de conhecimento, principalmente nas áreas das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas. Vivemos tempos difíceis, como afirma Yazbek (2020b, p. 13) “Tempos de necropolítica, de Estado penal e racista, de colapso social e institucional. Tempos de eliminação da classe que vive do trabalho. Tempos em que crescem vertiginosamente as desproteções”.

Tem sido consensual entre os estudiosos(as) do Serviço Social que o avanço do conservadorismo e do irracionalismo na forma de interpretação da realidade, ganhou espaço nas produções e análises do Serviço Social, influenciado pelo pensamento pós-moderno, o qual nega a razão e as conquistas da Modernidade, “sendo funcional à positividade do capitalismo e, portanto, portador de um caráter conservador, de uma constituição epistemológica da leitura da realidade que o afasta de uma apreensão ontológico-social” (NÓBREGA, 2013, p. 25).

O pensamento pós-moderno reforça a crítica conservadora às teorias sociais, em particular à Teoria Social de Marx e à tradição marxista, na qual está ancorada a direção social estratégica do Serviço Social brasileiro.

Ao se debruçar sobre a influência do pensamento pós-moderno nas produções teóricas do Serviço Social, autoras como Santos (2007), Cantalice (2013), Nóbrega (2013), Galdino (2016), constataram a presença de autores e obras que incorporam essas influências pós-modernas, sejam conscientemente ou não e, assim, reanima traços do conservadorismo profissional, além de tensionar a direção teórico-política crítica assumida no âmbito do seu projeto ético-político profissional.

Diante de tais constatações alguns questionamentos se impuseram, em particular: qual a tendência teórico-metodológica que prevalece nas produções do PPGSS/UEPB? Como se configura a relação entre essa produção e a direção social estratégica do projeto ético-político do Serviço Social?

A hipótese central que sustenta a problematização do objeto de estudo é a de que entre a produção teórica do PPGSS/UEPB e a direção social estratégica da profissão se configura uma relação de aproximação, embora tensionada pela presença de referenciais teóricos alinhados ao pensamento pós-moderno.

No intuito de responder as questões acima citadas e buscar verificar a confirmação da nossa hipótese, realizamos uma pesquisa documental, de caráter exploratório. Para Gil (1991, p. 51), a pesquisa documental “vale-se de materiais que

não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. De acordo com Richardson (2012, p. 228), os documentos possuem um valor fundamental para a pesquisa social, sendo uma “fonte que reúne as manifestações da vida social em seu conjunto e em cada um dos setores”. Esse tipo de pesquisa permite ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural.

A perspectiva teórico-metodológica adotada fundamentou-se no método crítico-dialético, o qual nos permitiu compreender o objeto de estudo e apreender as contradições e articulações entre os fenômenos, considerando as múltiplas determinações que os permeiam. Segundo Netto, (2011, p. 53) “o método implica, pois, para Marx, uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se opõe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações”.

Deste modo, em todo o percurso da pesquisa levamos em consideração a perspectiva de totalidade, para alcançar os objetivos traçados. Marx compreende a sociedade a partir de uma totalidade, esta “não é sinônimo de tudo, mas significa um conjunto de partes, articuladas entre si, com uma determinada ordem e hierarquia, permeadas por contradições e mediações e em constante processo de efetivação” (TONET, 2013, p. 115). Para ele a categoria da totalidade é essencial no processo de conhecimento, pois caracteriza a realidade em si mesma.

Para uma aproximação teórica acerca do nosso tema, recorreremos às referências teóricas que deram uma significativa contribuição para a análise do objeto de estudo, tais como: Karl Marx, Friedrich Engels, Gyorgy Lukács, David Harvey, Carlos Nelson Coutinho, Ernest Mandel, François Chesnais, István Mészáros, Marilena Chauí, José Paulo Netto, Marilda Iamamoto, Maria Ozanira da Silva e Silva, Ivete Simionato, Nobuko Kameyama, Yolanda Guerra, Ana Elizabete Mota, Roberto Leher, Kátia Lima, Mônica Nóbrega, Luciana Cantalice dentre outros. Logo, a investigação envolveu um amplo levantamento bibliográfico das fontes que constituíram o aporte teórico da pesquisa. Consideramos como material empírico as dissertações defendidas e aprovadas nos PPGSS/UEPB, disponibilizadas em meio digital, na Biblioteca de Teses e Dissertações da UEPB. Quanto ao recurso digital, consideramos as facilidades de acesso e de agilidade na aquisição do material a ser analisado. Estabelecemos como recorte temporal o período que compreendeu os

anos de 2015² a 2019. No mapeamento realizado encontramos 45 (quarenta e cinco) dissertações liberadas para consulta pública, compondo, assim, a nossa amostra. Em seguida elaboramos um roteiro para uma leitura do material mapeado, ou seja, no qual privilegiamos o título, autor(a), orientador(a), ano de defesa, linha de pesquisa, tema, objetivo da pesquisa, perspectiva teórica anunciada, referências bibliográficas mais utilizadas etc., (ver apêndice A). Para mantermos o anonimato dos sujeitos autores das dissertações, utilizamos a estratégia de enumerá-las de acordo com o ano da sua defesa pública. Posteriormente, construímos um quadro para realizarmos as sucessivas aproximações ao objeto de estudo, no qual priorizamos, essencialmente, o eixo temático, o objeto de estudo, a perspectiva teórico-metodológica anunciada, o tratamento dado ao objeto, às categorias de análises e os autores mais referenciados (apêndice B).

A estrutura desse trabalho encontra-se, didaticamente, disposta em quatro capítulos. No primeiro capítulo fazemos a introdução da dissertação. No segundo capítulo discorremos sobre o conhecimento científico, dando destaque para o conhecimento na perspectiva de Marx, evidenciando que esta trouxe uma nova concepção de conhecimento, de método e de relação com as ciências que existiam na época. Abordamos também a Teoria Social de Marx e a sua aproximação com o Serviço Social, discussão extremamente necessária para compreender o processo de produção, consolidação e direção do conhecimento produzido no Serviço Social. No terceiro capítulo, centramos a análise no processo de contrarreforma do Estado brasileiro e suas repercussões no ensino superior e, por conseguinte, na produção de conhecimento. Recuperamos a trajetória histórica da pós-graduação em Serviço Social e as implicações do processo de contrarreforma para a área. No quarto e último capítulo, discorremos sobre a criação e desenvolvimento do PPGSS/UEPB, evidenciando a sua importância para a formação de docentes e para a produção de conhecimento, destacando os temas abordados e os autores mais utilizados em cada eixo temático e, por fim, identificamos a perspectiva teórico-metodológica prevalecente e as inflexões do pensamento pós-moderno, com o propósito de problematizar a relação que essa produção teórica mantém com a direção social estratégica da profissão.

² Ano que corresponde as primeiras defesas do Programa.

2. A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: o legado da tradição Marxista

Na tentativa de apreender as tendências teórico-metodológicas presentes nas dissertações do PPGSS/UEPB, em face da nossa orientação teórico-metodológica, se fez necessário elucidarmos dois pontos importantes: primeiro, a produção de conhecimento tratada neste estudo, situa-se no campo científico, que, por sua vez, envolve uma atitude investigativa a partir de meios, métodos e procedimentos cujo objetivo é apropriar-se do real e gerar um saber sobre tal. Ressaltamos, ao especificar que o conhecimento tratado neste trabalho será o conhecimento científico, não se está desconsiderando as outras modalidades de conhecimento, cada forma de produção de conhecimento é importante, parte de uma compreensão da realidade e produz saberes. Portanto, corroboramos com a afirmação de Netto,

Se a ciência é indispensável para o conhecimento do mundo, isto não significa dizer que as outras modalidades de conhecimento sejam dispensáveis: não se pode conceber o mundo, quando a sociabilidade está desenvolvida, sem a arte e sem a manipulação prático-mental. Mas é a ciência que permite saber como o mundo é independentemente da sua subjetividade (2011, p. 337).

A segunda elucidação necessária é que, decidimos partir do conhecimento teórico-metodológico na perspectiva de Marx, por entendermos que, esse conhecimento nos fornece elementos para apreendermos e analisarmos criticamente a sociedade capitalista, suas contradições, enfim, a sua lógica. No decurso de suas elaborações teóricas Marx estabeleceu progressivamente o método adequado para produzir conhecimento. Nesse sentido, compreendemos ser esse o método mais fecundo para o conhecimento do ser social, dos fenômenos da vida social, visto que, busca captar esses fenômenos em sua totalidade. Ademais, o método utilizado por Marx é referência para a formação acadêmica profissional em Serviço Social.

A aproximação do Serviço Social com a tradição marxista constitui um marco significativo que impulsionou a produção de conhecimento na área, conforme discutiremos ao longo deste trabalho.

2.1 O conhecimento teórico-metodológico na perspectiva de Marx

A busca pelo conhecimento não é restrita apenas ao campo da ciência, está presente nos homens, é uma atitude inerente aos seres humanos. O homem em sua existência sempre buscou compreender o mundo e a si mesmo, construindo interpretações da realidade de diferentes formas. Compreendemos que o conhecimento compõe um dado de nossa existência, ele surge de necessidades práticas, e se constrói a partir de interesses. Sabe-se que a ciência é uma das formas existentes, pela qual o homem busca conhecer a realidade. Nesse processo de construção do conhecimento se criou uma ideia de que a ciência é uma forma superior em relação às outras formas de conhecimento, a exemplo do senso comum, devido ao fato de ser um tipo de conhecimento rigorosamente testado e verificado. Portanto, possibilita uma garantia maior de veracidade. Segundo Chauí (2012), o conhecimento científico é

objetivo, pois procura as estruturas universais e necessárias das coisas investigadas; é quantitativo, ou seja, busca medidas, padrões, critérios de comparação, e de avaliação para coisas que parecem diferentes; é homogêneo, isto é, busca as leis gerais de funcionamento dos fenômenos, que são as mesmas para fatos que nos parecem diferentes; é generalizador, pois reúne individualidades sob as mesmas leis, os mesmos padrões ou critérios de medidas; é diferenciador, pois não reúne nem generaliza por semelhanças aparentes, mas distingue as que parecem iguais, desde que obedeçam a estruturas diferentes; procura renovar-se e modificar-se continuamente, evitando a transformação das teorias em doutrinas e destas em preceitos sociais (CHAUÍ, 2012, p. 274-275).

Os grandes pensadores de todos os tempos e de todas as tendências, desde Platão a Marx, caracterizaram o conhecimento como superação da natureza. Para tanto, os homens necessitam empreender esforços para sair do estado natural e conhecer a realidade como tal. O homem enquanto sujeito social e histórico numa constante busca pelo conhecimento da realidade adquiriu criticidade para compreender os fenômenos que o cercam. Segundo Luckesi (2004, p. 122) “o conhecimento é a compreensão inteligível da realidade, que o sujeito humano adquire através de sua confrontação com essa mesma realidade”. Assim, o conhecimento só se torna possível por meio da interação com a realidade.

Diante da realidade social, o homem não é compelido a agir de modo cognoscente, de modo a examinar a realidade para depois agir, mas antes, é impelido a agir de forma objetiva buscando conseguir seus próprios interesses imediatos,

prático, assim sendo, o homem age baseado em uma práxis³ utilitária, fundamentado no senso comum⁴, de modo que o homem não consegue compreender a realidade (KOSIK, 1976).

O conhecimento da realidade, o modo e a possibilidade de conhecer a realidade dependem, afinal, de uma concepção de realidade, explícita ou implícita. A questão: como se pode conhecer a realidade? É sempre precedida por uma questão mais fundamental: que é a realidade (KOSIK, 1976, p. 35).

Sabe-se que essa realidade não se apresenta em sua essência à primeira vista, mas como um objeto que precisa ser analisado e compreendido. A realidade não é estável, ela é um processo que se encontra em constante transformação, que deve se constituir na práxis do sujeito, “a realidade é complexa, é heterogênea, é contraditória; apresenta diversas facetas, diversas peculiaridades” (IANNI, 2011, p. 397). E, conforme afirmam Marx e Engels (2009), os homens ao mudarem a sua realidade, mudam também o seu pensamento e conseqüentemente o produto do seu pensamento.

Historicamente o conhecimento científico pode ser abordado a partir de dois pontos de vista: o gnosiológico e o ontológico. Segundo Tonet (2013), essas duas abordagens não são meras construções arbitrárias, antes são, produtos histórico-sociais, e, portanto, precisam ser entendidos a partir de sua gênese histórico e social. Assim,

Como se sabe, gnosiologia é o estudo da problemática do conhecimento a ser estudado. Neste caso, portanto, o conhecimento é o objeto a ser estudado, assim como poderia ser qualquer outro objeto. Deste modo, o próprio conhecimento (gnosis, em grego) pode ser abordado de um ponto de vista gnosiológico ou de um ponto de vista ontológico. Por sua vez, a ontologia é o estudo do ser, isto é, a apreensão das determinações mais gerais e essenciais daquilo que existe. A ontologia poder ter um caráter geral, quando se refere a todo e qualquer existente ou um caráter particular, quando diz respeito a uma esfera determinada do ser, como, por exemplo, o ser natural ou o ser social (TONET, 2013, p. 12).

Em termos essenciais, a problemática do conhecimento se resume à relação entre um sujeito e um objeto, na qual, um tem prioridade sobre o outro. Do ponto de

³ Segundo Vasquez (1975), a práxis é a atividade material do homem que transforma o mundo natural e social para torná-lo um mundo mais humano.

⁴ Para Heller (1985) o senso comum está presente, em maior ou menor nível, na vida cotidiana de todo indivíduo, como forma de conhecimento fundamentada sobre a base da probabilidade e da possibilidade. Portanto, o ponto de vista do senso comum é o praticismo.

vista gnosiológico a prioridade está no sujeito, ele é o polo regente do processo de conhecimento, assim, ele constrói teoricamente o objeto. Para os pensadores, gnosiológicos, que se situam no interior do campo da cientificidade moderna, quem produz conhecimento é o indivíduo singular, que pode até trabalhar coletivamente, porém a responsabilidade última da produção do conhecimento incide sobre o indivíduo singular. Nessa concepção, o indivíduo singular precede ontologicamente a sociedade, esta é entendida como o resultado das relações que esses indivíduos, ontologicamente anteriores a ela, estabeleceram entre si. Isso faz com que a relação entre indivíduo e sociedade se realize sem que as mediações particulares dos diversos grupos sociais tenham valor significativo. Sabe-se que, essa forma de conceber a relação indivíduo e sociedade anula uma das mediações reais mais importantes e decisivas, as classes sociais (TONET, 2013).

O conhecimento exerce função essencial na sociedade e assume diversas configurações. No padrão moderno de conhecimento, verifica-se o abandono da centralidade do objeto e o estabelecimento da centralidade do sujeito, esta mudança prevalece até os dias atuais. A produção do conhecimento no padrão moderno, segundo Tonet (2013), recusa a busca da essência e da totalidade, por compreender que o mundo objetivo somente pode ser apreendido pela razão, mas nunca apreendido em sua essencialidade e totalidade. Esse padrão, cujos pressupostos se sustentam no cientificismo positivista, se apresenta como a única forma de se fazer ciência. Neste sentido, Lukács sobre essa abordagem afirma:

O positivismo do início do século já fora muito mais a fundo nessa direção do que as correntes que o haviam precedido. A teoria do conhecimento de Avenarius, por exemplo, excluía completamente a realidade existente em si, ao passo que as grandes revoluções que se iniciavam nas ciências da natureza pareciam oferecer um fundamento para excluir completamente da teoria do conhecimento científico-positivista e da metodologia das ciências naturais às categorias ontológicas decisivas da natureza, como, sobretudo, a categoria da matéria. (LUKÁCS, 2012, p. 47).

O positivismo, bem como o neopositivismo, herdeiros do idealismo subjetivo, o qual tem como base uma orientação gnosiológica, assumem uma posição de neutralidade em todas as questões relativas à concepção de mundo, buscando eliminar toda problemática ontológica do seu âmbito, ao passo que neste campo gnosiológico, exatamente, nessa suposta neutralidade se busca garantir um conhecimento científico.

O predomínio mundial do neopositivismo, que emerge de maneira gradual, justamente por sua postura de neutra recusa a toda ontologia tornou-se um fator decisivo na formação das modernas concepções de mundo, tanto no sentido da teoria pura como no da práxis a ela intimamente vinculada, na acepção mais ampla da palavra práxis (LUKÁCS, 2012, p. 53).

O neopositivismo incorpora a lógica matemática, atribuindo-lhe uma aparência de objetividade. No entanto, não rompe com o idealismo subjetivo do positivismo, nas palavras de Lukács, “o neopositivismo consiste, sobretudo, numa regulação linguística para a filosofia científica” (2012, p. 39). Em seu período de desenvolvimento, o neopositivismo “qualificou toda indagação sobre o ser, até mesmo qualquer tomada de posição em relação ao problema de saber se algo é ou não é, como uma insensatez inoportuna e anticientífica” (LUKÁCS, 2010 p. 30).

A perspectiva gnosiológica estabelece uma separação entre filosofia e ciência, assim, ficando a cargo da filosofia o papel de discutir a problemática relativa aos fundamentos do conhecimento, e às ciências particulares a tarefa de produzir conhecimento que pode ser empiricamente comprovável.

Por sua vez, na ontologia, a prioridade está no objeto, este é o polo regente do processo de conhecimento. Nesta perspectiva há uma articulação entre sujeito coletivo, que são as classes sociais, e sujeito singular, os indivíduos, sendo o primeiro o elemento fundamental. A ontologia se ocupa no estudo do ser, busca apreender as determinações mais gerais e essenciais do ser. Podendo ter um caráter geral, quando se trata do todo existente ou um caráter particular, quando se refere a uma parte determinada do ser, por exemplo, o ser natural ou o ser social (TONET, 2013).

Para Marx, as questões relativas ao conhecimento só seriam compreendidas, após a elaboração de uma teoria do ser social, ou seja, uma ontologia do ser social, portanto, ele “parte da gênese do ser social, do ato que funda a sociabilidade. É na análise desse ato que ele descobrirá a origem, a natureza e a função social essenciais do conhecimento científico” (TONET, 2013, p.74).

A ontologia marxiana se constrói na busca pela apreensão do modo de ser e de constituir o ser social, neste sentido para Marx (2004, p. 107):

O indivíduo é o ser social. Sua manifestação de vida – mesmo que ele também não apareça na forma imediata de uma manifestação comunitária de vida, realizada simultaneamente com outros – é, por isso, uma externalização e confirmação da vida social. A vida individual e a vida genérica do homem não são diversas, por mais que também – e isto necessariamente – o modo de existência da vida individual seja um modo mais particular ou mais universal

da vida genérica, ou quanto mais a vida genérica seja uma vida individual mais particular ou universal.

Esse ser social é extremamente complexo e inesgotável, pois está em constante transformação. O ser social, para Marx, é um ser objetivo, se estabelece com base em categorias fundamentais, "as categorias expressam formas do ser, determinações de existência" (Marx, 2011a, p. 85). Para o filósofo húngaro Lukács (1968), um dos pressupostos essenciais para o conhecimento do ser social consiste em compreender a práxis em seu sentido objetivo e subjetivo. Desse modo, a ontologia do ser social é uma condição prévia para compreender as questões relativas ao conhecimento e seu intercâmbio com a ciência é imprescindível para uma produção de conhecimento que corresponda com a realidade social.

Analisando o conhecimento ontológico a partir de Marx, Chasin (2009) afirma que o ser social é um ser ativo que pensa e comprova seu conhecimento no exercício de sua capacidade. Sendo assim, para o autor, o conhecimento em Marx além de ontológico, é também "ontoprático", pois é na prática social que o conhecimento é validado.

Nas análises de Lukács (2012), Marx criou uma nova forma de cientificidade em geral e de ontologia; uma forma destinada a superar no futuro a constituição profundamente problemática da cientificidade moderna. Referindo-se a nova forma de cientificidade instaurada por Marx, diz Lukács:

Só após ter assim demarcado com precisão as fronteiras em todas as direções é que se torna possível expor adequadamente os escritos econômicos de Marx em seu caráter ontológico. Eles são diretamente obra da ciência e não da filosofia. Mas seu espírito científico passou pela filosofia e jamais a abandonou, de modo que toda verificação de um fato e toda apreensão de um nexos, não são simplesmente fruto de uma elaboração crítica na perspectiva de uma correção factual imediata; ao contrário, partem daí para ir além, para investigar ininterruptamente toda factualidade na perspectiva do seu autêntico conteúdo de ser, de sua constituição ontológica (2012, p. 203-204).

Para a ciência moderna, o conhecimento representa uma das formas de apropriação do mundo pelo homem, "cada modo de apropriação da realidade, é uma atividade baseada na práxis objetiva da humanidade, e por tanto ligada a todos os outros vários modos, em medida maior ou menor" (KOSIK, 1976, p. 29-30). No padrão marxiano, a produção do conhecimento realizada pelo indivíduo singular, enquanto síntese de múltiplas determinações é atividade subjetiva e objetiva mediada pela

categoria da práxis. Segundo Tonet, “a práxis [...] é exatamente o conceito que traduz a forma como se articulam subjetividade e objetividade, sob a regência desta última, em todas as atividades humanas” (2013, p. 73). Assim, tanto a realidade objetiva quanto o conhecimento são resultados da práxis. Para Marx e Engels (2009) é na práxis que o ser humano prova a verdade, isto é, a realidade e o poder, a natureza de seu pensamento.

Sabe-se que o conhecimento e a produção de conhecimentos têm uma íntima relação com a realidade social, estão interligados ao desenvolvimento da sociedade, de modo que acompanha as transformações dos modos de produção da sociedade capitalista. O modo de produção da vida material e as relações dela decorrentes, são fundamentais para entender o modo como os homens vivem, pensam e constroem conhecimento.

A produção das ideias, das representações, da consciência está em princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparece aqui ainda como direta exsudação do seu comportamento material. O mesmo se aplica à produção espiritual como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são os produtores das suas representações, ideias etc., e precisamente os homens condicionados pelo modo de produção da sua vida material, pelo seu intercâmbio material e o seu desenvolvimento posterior na estrutura social e política (MARX; ENGEL, 2009, p. 31).

Assim, entendemos a partir da perspectiva materialista e histórica de apreensão do mundo dos homens, que o ser dos homens é o seu processo real de vida, são eles que desenvolvem a sua produção material e espiritual. Portanto,

não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou se representam, e também não dos homens narrados, pensados, imaginados, representados, para daí se chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, com base no seu processo real de vida, apresenta-se também o desenvolvimento dos reflexos e ecos ideológicos desse processo de vida. [...] Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (MARX; ENGELS, 2009, pp.31-32).

Na concepção marxista compreendemos que no interior da produção espiritual está a reprodução de ideias, as quais estão intimamente vinculadas aos interesses da classe dominante e são apresentadas para toda a sociedade como um ideal comum, pertencente a todos. Neste sentido, é impossível entender uma visão de mundo, as ideias, sem considerar o desenvolvimento das classes sociais, pois

As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe, que é o poder *material* dominante da sociedade, é, ao mesmo tempo, seu poder *espiritual* dominante. A classe, que tem à sua disposição os meios para a produção material, dispõe assim, ao mesmo tempo, dos meios para a produção espiritual, pelo que lhe estão, assim, ao mesmo tempo submetidas em média as ideias daqueles a quem faltam os meios para a produção espiritual. As ideias dominantes não são mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, das relações que precisamente tornam uma classe dominante, portanto, as ideias de seu domínio. Os indivíduos, que constituem a classe dominante também têm, entre outras coisas, consciência, e daí que pensem; na medida, portanto, em que dominam como classe e determinam todo o conteúdo de uma época histórica, é evidente que o fazem em toda a sua extensão, e, portanto, entre outras coisas, dominam também como pensadores, como produtores, de ideias; que regulam a produção e a distribuição de ideias do seu tempo; que, portanto, as suas ideias são as ideias dominantes da época (MARX; ENGELS, 2009, p. 67).

Diante do exposto, entendemos que a produção de conhecimento está relacionada ao surgimento das classes sociais, e é fundamental para que uma classe conquiste e mantenha o domínio sobre outras classes. Para tanto, é necessário além de força material, ideias e valores que contribuam para configurar a concepção de mundo que fundamente o seu domínio. Nas palavras de Marx e Engels (2005, p. 57) “a história de toda a sociedade até nossos dias moveu-se em antagonismos de classes, antagonismos que se têm revestidos de formas diferentes nas diferentes épocas”. No processo de produção de conhecimento existe uma articulação entre os indivíduos e as classes sociais, sendo essa predominante. As classes sociais são o sujeito fundamental da história e do conhecimento, os indivíduos elaboram teorias, explicações e concepções de mundo. No entanto, ao fazerem, expressam, de modo consciente ou não, os interesses das classes sociais (TONET, 2013).

Numa sociedade permeada por lutas de classe, a produção de conhecimento assume papel decisivo no desvelamento da realidade, o conhecimento incide diretamente no comportamento das classes sociais. Para Lowy (1994, p. 202),

O conhecimento da verdade pode ter consequências profundas (diretas ou indiretas) sobre o comportamento das classes sociais, sobre a sua relação de força, e, portanto, sobre o resultado de seus confrontos. Revelar ou ocultar a realidade objetiva é uma arma poderosa no campo da luta de classes.

Com o desenvolvimento das forças produtivas, no interior da sociedade capitalista, as relações entre as classes se complexificaram acarretando inúmeras transformações, principalmente na forma de produzir conhecimento. A produção de conhecimento elaborada inicialmente pelos pensadores burgueses ancorava-se em

três grandes categorias: o humanismo; o historicismo concreto e a razão dialética. Segundo Coutinho (2010, p. 14),

O humanismo, a teoria que o homem é produto de sua própria atividade, de sua história coletiva; o historicismo concreto, ou seja, a afirmação do caráter ontologicamente histórico da realidade, com consequente defesa do progresso e do melhoramento da espécie humana; e, finalmente, a razão dialética, em seu duplo aspecto, isto é, o de uma racionalidade objetiva imanente ao desenvolvimento da realidade (que se apresenta sob a forma da unidade dos contrários), e aqueles das categorias capazes de aprender subjetivamente essa racionalidade objetiva, categorias estas que englobam, superando, as provenientes do 'saber imediato' (intuição) e do 'entendimento' (intelecto analítico).

O amadurecimento da hegemonia burguesa acirrou a luta de classe. Desse ponto em diante, os ideólogos burgueses se empenham em produzir um conhecimento que tem por premissa uma fuga da realidade, deixando de buscar conhecer a realidade como ela realmente se apresenta, com o intuito de manter a ordem social burguesa. Esse processo é denominado de decadência ideológica da burguesia. Marx sinaliza esse processo em seus escritos e Lukács (1968) aprofunda-o e interpreta. Neste sentido, sobre o surgimento da decadência ideológica afirma,

Marx descobriu e escreveu, pela primeira vez, a história dessa decomposição. Sua caracterização sumária, feita por Marx (no que diz respeito ao período 1820-1830) torna-se, ao mesmo tempo, uma exposição e uma crítica rica e multilateral de decadência ideológica da burguesia. Esta tem início quando a burguesia domina o poder político e a luta de classe entre ela e proletariado se coloca no centro do cenário histórico. Esta luta de classe, diz Marx, 'dobrou finados pela ciência econômica burguesa. Agora não se trata mais de saber se este ou aquele teorema é verdadeiro, mas sim se é útil ou prejudicial ao capital, cômodo ou incômodo, contrário aos regulamentos da polícia ou não. Em lugar da pesquisa desinteressada, temos a atividade de espadachins assalariados; em lugar de uma análise científica despida de preconceitos, a má consciência e a premeditação da apologética (LUKÁCS, 1968, p. 50).

Para Lukács (1968), portanto, a decadência ideológica surge quando as tendências da dinâmica objetiva da vida deixam de ser reconhecidas, ou são ignoradas, à medida que se colocam em seu lugar desejos subjetivos, vistos como explicações da realidade. Historicamente, esse período da decadência burguesa corresponde ao desdobramento das revoluções ocorridas entre 1830-1848. Essa fase se inicia, especificamente, a partir de 1848, quando a burguesia perdeu seu lugar frente ao progresso social e o proletariado entra na cena política como o novo protagonista revolucionário.

Nesta trilha argumentativa, Coutinho (2010) ao tratar do conhecimento na sociedade burguesa, destaca dois grandes períodos do conhecimento e da filosofia burguesa, que vai de uma conjuntura progressista até o período que o autor denomina de miséria da razão. O primeiro período da filosofia burguesa vai dos pensadores Renascentistas a Hegel, caracterizando-se como um movimento progressista, orientado numa racionalidade humanista dialética. Esse momento foi marcado pela busca do desenvolvimento social, o progresso humano em vários sentidos. O segundo período, ocorreu por volta de 1830-1848, quando aconteceu uma ruptura radical com a tradição progressista. Este momento foi marcado por um abandono quase por completo das conquistas anteriores, algumas até definitivas para a humanidade, por exemplo, as categorias do humanismo, do historicismo e da razão dialética.

Para o supracitado autor, a decadência começa exatamente quando se rompe com as categorias humanismo, historicismo e razão dialética, pois estas são os instrumentos capazes de fundar a ética e a ontologia.

A então burguesia, enquanto porta voz do progresso social, considerava o conhecimento e, conseqüentemente, o seu domínio uma possibilidade aberta à razão humana. No entanto, ao abandonar seus ideais progressistas, tornou-se classe conservadora, defendendo interesses individualistas e classistas, ou seja, passou a negar o papel da razão no conhecimento e na práxis dos homens. Como destaca Coutinho (2010, p. 8), “ao tornar-se uma classe conservadora, interessada na perpetuação e na justificação teórica do existente, a burguesia estreita cada vez mais a margem para uma apreensão objetiva e global da realidade”.

Ao apreender as determinações que permitiu realizar uma crítica ao modo de produção feudal, a burguesia conseqüentemente, revelou a forma que poderia ser utilizada para criticar o modo de produção capitalista. Desse modo,

a burguesia tinha uma noção exata do fato de que todas as armas que forjara contra o feudalismo voltavam seu gume contra ela, que todos os meios de cultura que criara rebelava-se contra sua própria civilização, que os deuses que inventara a tinham abandonado (MARX, 2011b, p. 25).

A burguesia, diante das contradições do modo de produção capitalista, com explícita intenção de conservar a ordem do capital e conseqüentemente se manter no poder, rompeu com a tradição progressista e, por conseguinte, com Hegel. A filosofia hegeliana era a mais radical expressão do pensamento burguês, em Hegel a tradição

progressista encontrou as categorias que permitiram um conhecimento mais aproximado da realidade (COUTINHO, 2010).

A filosofia da decadência renegando a razão se lançou no irracionalismo, num esvaziamento da cientificidade rompendo com as categorias e apresentando-as “corrigidas”:

Em lugar do humanismo, surge um individualismo exacerbado que nega a sociabilidade do homem, ou a afirmação de que o homem é uma „coisa” ambas as posições levando a uma negação do momento (relativamente) criador da práxis humana; em lugar do historicismo, surge uma pseudo-historicidade subjetivista e abstrata ou uma apologia a positividade, que transforma a história real (o processo de surgimento do novo) em algo „superficial” ou irracional; em lugar da razão dialética, que afirma cognoscibilidade da essência contraditória do real, vemos o nascimento de um irracionalismo fundado na intuição arbitrária, ou um profundo agnosticismo decorrente da limitação da racionalidade às suas formas puramente intelectivas (COUTINHO, 2010, p. 17).

Essa filosofia decadente serve ideologicamente aos interesses da burguesia, principalmente pelo fato de se limitar à apreensão da realidade imediata, em vez de buscar a essência. Dessa forma, se sujeita ao capitalismo e a fetichização das relações humanas de forma acrítica. A filosofia decadente, pois, divide-se em duas correntes conservadoras: irracionalismo e agnosticismo. Nas palavras de Coutinho (2010, p. 31):

Essa duplicidade, contudo, faz lembrar a cabeça de Janus: a bipartição das faces não anula a unidade do corpo, pois ambas as correntes rompem com as categorias do humanismo, do historicismo, e da dialética, ambas são encarnações de um pensamento imediatista incapaz de atingir a essência do objeto. Essa unidade explica, por outro lado, a comum atitude de ambas as orientações em face do problema da Razão: irracionalistas e agnósticos negam explicitamente que a totalidade do real possa ser objeto de uma apreensão racional. Quando se reconhece o valor da razão, este é sempre limitado a algumas esferas da realidade; a totalidade do mundo- o objeto da ontologia- aparece dominada por uma ineliminável irracionalidade.

Assim, observa-se que o desenvolvimento do pensamento filosófico burguês, caminhou da luz a escuridão, da razão como potencialidade humana, para a sua negação, de uma filosofia progressista para uma decadência (COUTINHO, 2010).

Marx fizera duras críticas à ideologia decadente, em todos os campos, na história, na economia, na sociologia e na filosofia. “A crítica endereçada por Marx à decadência ideológica concentrava-se na tarefa de revelar o espírito pequeno-burguês que se esconde por trás da retórica superficial pomposa” (LUKÁCS, 1968, p. 98). A superação de tal espírito se dá pela relação dialética da realidade objetiva. É

neste sentido, inteiramente oposto a ideologia decadente, que o pensamento marxiano, a partir do materialismo histórico dialético, supera as correntes filosóficas que o antecede e instaura como uma nova abordagem metodológica. Nas palavras de Tonet (2013, p. 10) “Marx respondendo às demandas da classe trabalhadora, lançou os fundamentos de um paradigma científico-filosófico radicalmente novo e que este paradigma é o que melhor permite compreender a realidade social”.

Apropriando-se criticamente de elementos criados ao longo de toda história do pensamento, Marx, rompendo com os padrões anteriores, inaugurou uma nova concepção de conhecimento. Compreendemos a partir de Marx, que a teoria é uma modalidade de conhecimento, que se distingue de todas as demais concepções. Ao explicitar sua concepção de conhecimento Marx e Engel (2009) ressaltam o seu caráter transformador, afirmam que o conhecimento teórico não é contemplativo, visto que se refere ao conhecimento do objeto real, tal como ele é, portanto, pressupõe transformação deste real.

Marx move-se a partir do diálogo com os teóricos que o antecedeu, numa direção crítica à filosofia. Nele encontramos uma teoria que “constitui a mais formidável denúncia já elaborada e apresentada contra uma ordem social por inteiro” (BERLIN *apud* AZEVEDO, 2020, p. 225). Sua teoria social é histórica, pois expressa as contradições do modo de produção e das relações sociais capitalistas no movimento histórico da sociedade, “trata-se de uma teoria que, como crítica, é a forma possível de apreensão destas contradições que, compreendidas como tal, pensadas como historicamente determinadas, abrem-se para o campo da práxis humana transformadora” (AZEVEDO, 2020, p. 251).

A teoria é a reprodução, no plano do pensamento, do movimento real, e esta reprodução, que é propriamente o conhecimento teórico, será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto (NETTO, 2009).

Neste sentido, o ponto de partida para o conhecimento é a aparência, o empírico, assim, parte-se dele para superá-lo. Nessa lógica Marx propõem o seu método, entretanto, não oferece um conjunto de regras para guiar a pesquisa, tampouco definições para conduzir a investigação, pois, não objetivava construir uma teoria positiva da sociedade burguesa. Nas palavras de Marx, segundo Netto (2009, p. 25),

O método crítico dialético não é um conjunto de regras formais que se aplicam a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme a sua vontade, para enquadrar o seu objeto de investigação.

Portanto, o referido método não foi o centro das elaborações teóricas de Marx. No entanto, na medida em que buscava compreender a sociedade burguesa em sua totalidade, verifica-se o seu desenvolvimento na teoria marxiana, como ressalta Mathis e Santana (2009, p. 2),

O resultado de suas pesquisas – por volta 1857/58 – permite indicar o caminho de apreensão de seu objeto de estudo: Marx procura compreender a processualidade do ser social. Seus estudos têm por objeto de análise a gênese, constituição e crise da ordem burguesa.

O seu método é, antes de tudo, uma crítica à economia política clássica e a dialética de Hegel em seus alicerces fundamentais. Diferenciando seu método do método de Hegel, Marx assevera,

Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente seu oposto. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de Ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo, é o demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem (MARX, 2013, p. 90).

Ao se confrontar com a filosofia hegeliana sob influência materialista de Feuerbach, Marx direcionou suas pesquisas para a análise concreta da sociedade capitalista. Assim, desenvolveu uma nova concepção de dialética, diferente da hegeliana. Ao contrário dos pensadores clássicos que analisavam os fenômenos da sociedade capitalista de forma empírica, e em sua imediatez, que buscavam apenas a superficialidade dos fenômenos, Marx, buscou as determinações mais essenciais dessa sociedade, partindo do real simples e abstrato para o complexo, ou seja, da aparência para a essência (CHAGAS, 2012). O próprio objeto é o ponto de partida para entendê-lo e reconstruí-lo. Assim, em Marx, o processo de conhecimento na perspectiva do materialismo histórico-dialético parte do concreto para o abstrato e do abstrato para o concreto.

O interesse de Marx voltava-se para a maneira de como conhecer um objeto real e determinado. Nas palavras de Lênin o legado de Marx consistia na “análise

concreta de uma situação concreta”, portanto seu objetivo não era elaborar uma ciência da lógica, mas a lógica de um objeto determinado, por isso Lênin afirma que “Marx não deixou uma lógica, deixou a lógica de *O Capital*” (1989, p. 284, *apud* NETTO, 2009, p. 676). Para Marx, a aparência é o ponto de partida para o conhecimento, “sendo esta aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável, é apreender a essência do objeto, ou seja, a estrutura e a dinâmica do objeto” (NETTO, 2009, p. 674).

Para conhecer o real, há um trajeto a ser percorrido. A primeira via que é o ponto de partida e o caminho de volta, que é o ponto de chegada. O caminho de ida é o primeiro momento, no qual nos deparamos com a representação caótica do todo, e alcançamos as “determinações mais simples”, neste momento, o concreto, ou seja, a realidade se mostra na sua aparência. Este percurso foi seguido pelos economistas clássicos, que ficaram apenas no conhecimento abstrato da realidade, pois chegando neste ponto era necessário retornar, “mas desta vez não como uma representação caótica do todo, porém como uma rica totalidade de determinações e relações diversas” (MARX, 2008, p. 258). O segundo momento, a viagem de modo inverso, que é o ponto de chegada, o momento em que, através da compreensão do concreto em sua universalidade, retorna-se para ele, agora como um concreto pensado.

O caminho de volta é, portanto, a plenitude do processo de conhecimento, visto que representa o retorno ao objeto, possibilitando uma visão do todo não como uma representação caótica, mas como uma totalidade de determinações e relações diversas (MARX, 2008). Esse percurso caracterizado por Marx é o método adequado para a produção de conhecimento teórico. Portanto,

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. [...]. No segundo (caminho), as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento. [...] O método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo mentalmente como coisa concreta. Porém, isso não é, de nenhum modo, o processo da gênese do próprio concreto. A mais simples categoria econômica, suponhamos por exemplo o valor de troca, pressupõe a população, uma população que produz em determinadas relações e também certo tipo de famílias, de comunidades ou Estados. Tal valor nunca poderia existir de outro modo senão como relação unilateral, abstrata de um todo dado, concreto e vivo. Como categoria, ao contrário, o valor de troca leva consigo a existência antediluviana (MARX, 2008, p. 258-259).

Assim, fica evidente o concreto é o que se deseja alcançar, é o ponto de partida para conhecer as múltiplas determinações do objeto. Logo, é indispensável o uso da razão, através da mediação do abstrato. A abstração, que de acordo com Netto (2009, p. 18),

É a capacidade intelectual que permite extrair da sua contextualidade determinada (de uma totalidade), um elemento, isolá-lo, examiná-lo; é um procedimento intelectual sem o qual a análise é inviável- aliás, no domínio do estudo da sociedade, o próprio Marx insistiu com força em que a abstração é um recurso indispensável para o pesquisador. A abstração, possibilitando a análise, retira do elemento abstraído as suas determinações mais concretas, até atingir 'determinações mais simples'.

Esse movimento do abstrato para o concreto é o que Kosik (1976) chama de dialética da totalidade concreta. Marx compreende a sociedade numa perspectiva de totalidade, esta “não significa todos os fatos. [...] significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classe de fatos, conjuntos de fatos) pode vim a ser racionalmente compreendido” (KOSIK, 1976, p. 43-44). Conforme Luckás (2012, p. 24), para Marx a categoria da totalidade é essencial no processo de conhecimento, pois caracteriza a realidade em si mesma, ou seja,

Esta concepção dialética da totalidade, que tanto se afasta em aparência da realidade imediata e que constrói esta realidade de um modo aparentemente não-científico, é, de fato, o único método que pode captar e reproduzir a realidade no plano do pensamento. A totalidade concreta é, pois, a categoria fundamental da realidade.

Segundo Kosík (1976), a categoria da totalidade é um dos conceitos centrais que distingue polemicamente a dialética da metafísica, ela também se opõe ao empirismo, que considera apenas as manifestações fenomênicas e casuais e não atinge a compreensão dos processos evolutivos da realidade. Assim sendo, “Marx se apossou desta concepção dialética, purgou-a das mistificações idealistas e, sob este novo aspecto, dela fez um dos conceitos centrais da dialética materialista” Kosík (1976, p. 42).

Sob o ponto de vista da totalidade concreta cada fenômeno pode ser compreendido como um momento do todo, isto segundo Kosik (1976) constitui o princípio metodológico da investigação dialética da realidade social. O autor destaca que o pensamento dialético parte do pressuposto de que o conhecimento humano se processa num movimento em espiral, em que cada início é abstrato e relativo, “todo

conhecimento [...] é necessariamente conhecimento de aspectos abstratos e não poderemos jamais compreender a estrutura concreta da realidade social em si mesma” (KOSIK, 1976, p. 35). Afirma que se a realidade é um todo dialético e estruturado, o conhecimento concreto desta não consiste em um acréscimo sistemático de fatos a outros fatos.

Para o método dialético, conhecer o concreto do objeto envolve uma articulação entre as categorias: universalidade, particularidade e singularidade. Portanto, o objeto é simultaneamente singular, particular e universal. No processo de aproximação com a realidade objetiva, parte-se do singular para o universal, essa passagem é mediatizada pela categoria da particularidade (LUKÁCS, 2012). Nessa relação dialética entre particularidade e universalidade, na determinação de suas mediações, busca-se compreender a aparência e a essência do objeto, revelando suas contradições.

Portanto, o método de Marx nasce de uma determinação ontológica do ser social, pressupõe uma análise histórica do objeto concreto, visando compreender sua aparência e essência, revelando suas contradições e mediações com a totalidade social, com o objetivo de superá-las. É o método mais adequado, “um método para, ao mesmo tempo, interpretar e mudar o mundo” (HOBSBAWM, 1983, p. 12). Ademais, nos permite ter uma visão do todo vivo e articulado e, assim, compreender o funcionamento da sociedade capitalista debater e analisar a composição da sociedade burguesa de forma crítica e conseqüentemente, nos possibilita superar as contradições capitalistas.

A produção do conhecimento pela perspectiva crítica deve ser elaborada como elemento de transformação da realidade social, pois, é um aspecto fundamental o caráter transformador da teoria crítica de Marx. Neste sentido, Kameyama (1989, p. 100), ressalta que a teoria é:

A forma de organização do conhecimento científico que nos proporciona um quadro integral de leis, de conexões e de relações substanciais num determinado domínio da realidade. [...] A teoria consiste também num conjunto de princípios e exigências interligadas que norteiam os homens no processo de conhecimento e na atividade transformadora. Por isso, então, na teoria marxiana a questão do conhecimento está internamente ligada com a questão da transformação. O conhecimento visa a transformação que é a prática social.

A teoria crítica de Marx, como já explicitado anteriormente, trouxe uma nova concepção de conhecimento, de método, e inovou na relação com as ciências que existiam anteriormente, ele propôs um método revolucionário que privilegia a contradição e a mediação, o movimento histórico, a totalidade, e a unidade dos contrários.

Com relação ao Serviço Social é inegável a contribuição do método crítico dialético no seu avanço teórico-metodológico e político alcançado ao longo de sua luta contra o Serviço Social brasileiro tradicional. A profissão deu um salto significativo quanto ao acúmulo de conhecimentos, deixou de ser consumidor do saber produzido por outras áreas do conhecimento e passou a produzi-lo tendo como referência o método crítico dialético, o que passaremos a tratar no ponto a seguir.

2.2 O Serviço Social no Brasil: contribuições da tradição marxista para o fortalecimento da produção de conhecimento na área

Para que possamos analisar a aproximação do Serviço Social brasileiro com a tradição marxista faz-se necessário situarmos a gênese e desenvolvimento do Serviço Social, ainda que de forma breve, pois, entendemos que,

Só pela identificação, compreensão e pelo conhecimento das condições históricas do Serviço Social pode-se identificar os desafios em relação à pesquisa e à consolidação da área como produtora e disseminadora de conhecimento” (SETUBAL, 2007, p. 66).

Desse modo, o surgimento do Serviço Social no Brasil, ocorreu na década de 1930 e a sua institucionalização nos anos 1940. Enquanto profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho institucionalizou-se na vigência de um projeto reformista-conservador, sintonizado com o desenvolvimento do capitalismo monopolista no Brasil. Emergiu como um importante instrumento de controle da Igreja, do Estado e das classes dominantes, com o objetivo de intervir nas expressões da Questão Social, conceituada por Yamamoto e Carvalho (2008, p.77) como sendo:

As expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

Para Barroco (2001), a Questão Social surge vinculada à emergência do proletariado no cenário político reivindicando direitos sociais. Nesse período, a Questão Social, era tratada como uma questão moral, aparecia como resposta política de diversas forças sociais ao potencial emancipador das lutas dos trabalhadores. Uma resposta de cunho conservador por parte do Estado capitalista e da Igreja Católica. Assim, o Serviço Social nasce e se desenvolve em base conservadora, a mesma que garantiu sua legitimação na sociedade.

Ainda na década de 1930, surgem às primeiras escolas de Serviço Social, a criação destas favoreceu a formação teórica de técnicos especializados no enfrentamento da Questão Social. Neste contexto, tanto a formação, quanto a prática profissional do/da assistente social, era pautada na doutrina social da igreja e no neotomismo, implicando no entendimento da Questão Social como sendo um problema moral e religioso, e numa prática profissional voltada à integração dos indivíduos às relações sociais vigentes, visando à mudança dos seus valores e comportamentos. Assim, a profissão seguiu nutrindo-se do conservadorismo que a tornou extremamente funcional aos interesses da burguesia (YAZBEK; SILVA, 2005).

A criação das instituições sócio assistenciais, nos anos de 1940, possibilitou a profissionalização e institucionalização do Serviço Social, a qual “está vinculada a dois processos imbricados: o movimento do capital em sua fase monopólica, com o necessário e consoante redimensionamento do Estado; e, por outro lado, o fortalecimento da Ação Católica no país” (SILVA; MATIAS; NÓBREGA, 2018, p. 106).

Nos anos de 1950 com a profissão sendo legalmente⁵ reconhecida e consolidada na divisão social e técnica do trabalho, ampliou-se o campo de atuação para os(as) assistentes sociais e a requisição de novos profissionais, contribuindo para a expansão das unidades de ensino no Brasil (IAMAMOTO; CARVALHO 2008).

Desta feita, o Serviço Social, passou a se constituir, “numa das engrenagens de execução da política social do Estado e de setores empresariais” (IAMAMOTO, 1992, p. 31), exigindo o seu aprimoramento técnico. Neste período, a profissão recebeu influência do Serviço Social norte-americano de cunho positivista e

⁵ Através da Lei 1.889/53 foi normatizado o ensino de Serviço Social no Brasil, do Decreto n.º 35.311/54 que regulamentou a Lei 1.889/53, que dispunha sobre os objetivos do ensino do Serviço Social e a Lei 3.252/57 que dispõem sobre o exercício profissional.

funcionalista, que somado ao humanismo cristão resultou no que Iamamoto (1992) denominou de “arranjo teórico-doutrinário”.

A direção social assumida pela profissão nesse período aponta para ações assistencialistas voltadas aos segmentos mais pobres da sociedade. Expressa, pois, numa

prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada, dos profissionais, paramentada por uma ética liberal-burguesa e cuja teleologia consiste na correção - desde um ponto de vista claramente funcionalista – de resultados psicossociais considerados negativos e/ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual eliminável (NETTO, 2008, p. 117).

Ainda considerando a direção social assumida pelo Serviço Social, conforme Cantalice (2013), a incorporação do positivismo e do funcionalismo estabeleceu no interior da profissão novas relações, principalmente com a ciência, novos valores e visões de mundo, colocando em questão a base confessional hegemônica da profissão. Nesse contexto,

Inseriu-se nesse campo uma gama de contradições que poderia significar a passagem de um momento da consciência a outro, tendo em vista que o choque entre os valores da doutrina humanístico-cristã e os pressupostos da ciência gerou conflitos tanto para a perspectiva de análise da realidade social quanto para a direção social e estratégica firmada no âmbito do projeto profissional vigente. No entanto, apesar dessas contradições e conflitos terem provocado alterações no conjunto de valores da categoria, não culminaram numa mudança de direção, uma vez que há uma raiz comum entre as referidas vertentes, que passam a influenciar o Serviço Social, expressa na perspectiva da naturalização das relações sociais. Não houve a ultrapassagem de um momento da consciência a outro, assim, a forma de consciência é rerepresentada (alienação). O que significou concretamente que, apesar de a profissão ter inaugurado novas perspectivas teórico-metodológicas de apreensão da realidade social, reafirmou a tendência conservadora vinculada à manutenção da ordem (CANTALICE, 2013, p. 99).

Nesta conjuntura de reforço do conservadorismo no Serviço Social, as atividades de pesquisa ganharam destaque no cotidiano do profissional.

Ganham relevo as atividades de pesquisa e classificação da população cliente, que sempre constaram como uma das atribuições básicas do assistente social, como pressuposto para a concessão de auxílios e benefícios sociais. [...]. Essa atividade de pesquisa, [...] busca na realidade identificar os elementos que compõem o modo de vida e de existência do proletariado, o que possibilita uma hierarquização dos riscos sociais a que estão sujeitos os indivíduos, famílias e grupos sociais, e a conseqüente delimitação de uma população, alvo preferencial a ser atingido pelos programas sociais e pelo próprio Serviço Social (IAMAMOTO, 1992, p. 30).

É importante salientar que a pesquisa se insere como matéria já no primeiro currículo mínimo dos cursos de Serviço Social, por determinação da Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953, que dispunha sobre os objetivos do ensino do Serviço Social, sua estruturação e as prerrogativas dos portadores de diplomas de assistentes sociais e agentes sociais. No segundo currículo mínimo sua importância foi reafirmada por intermédio do Parecer nº 286 de 19 de outubro de 1962 (SETUBAL, 2007).

Nos anos de 1960, iniciou-se o processo denominado Movimento de Reconceituação⁶ do Serviço Social na América Latina, no qual surgem críticas ao conservadorismo na profissão e na sociedade, a sujeição da profissão aos postulados de cunho positivista das Ciências Sociais e ao ecletismo metodológico,⁷ até então, o modelo tradicional de atuação profissional, não apresentava grandes polêmicas quanto as suas elaborações teórico-metodológicas.

É após o processo de reconceituação e, com ele, da construção da identidade social latino-americana do Serviço Social que, ao questionar sua 'base científica' europeu-americana, a preocupação com o conhecimento no e para o Serviço Social se fortalece (SPOSATI, 2007, p. 17).

Esse Movimento, tipicamente latino-americano, se manifestou nos anos 1965⁸ até 1975, buscava uma nova qualidade na base teórico-metodológica e uma recriação do exercício profissional fundamentado num compromisso de classe, "propondo romper com a base liberal e positivista e a visão de neutralidade que marcou a profissão" (SILVA, 2009, p. 623). Gestou-se num contexto de diversas mudanças na América Latina, demarcadas pelo ciclo expansionista do capitalismo a nível mundial e por uma forte efervescência das lutas sociais. Segundo Faleiros (1999), a conjuntura marcada pelo capitalismo monopolista e pelo imperialismo norte-americano revelou o que foi para o Serviço Social, o Movimento de Reconceituação. Para Faleiros (1999, p. 143),

⁶ Não se pretende neste trabalho aprofundar o debate histórico do Movimento de Reconceituação, amplamente discutido na literatura especializada. Acerca do Movimento de Reconceituação, ver Netto (2008); Iamamoto (1992).

⁷ Para Tonet (1995, p. 35) o ecletismo se constitui "na liberdade de tomar ideias de vários autores e articulá-las segundo a conveniência do pensador, sem, contudo, verificar com rigor a compatibilidade de ideias e paradigmas diferentes, resultando numa verdadeira 'colcha de retalhos'". Portanto, não possibilitando a apreensão da realidade para além de sua aparência.

⁸ O marco inicial do Movimento de Reconceituação foi o "I Seminário Latino-Americano de Serviço Social", realizado em Porto Alegre, em maio de 1965, contou com a presença de 415 participantes do Brasil, Uruguai e Argentina (NETTO, 2005).

É nessa conjuntura que é preciso situar o movimento de reconceituação, não como um projeto isolado e vanguardista, mas como um processo vivo e contraditório de mudanças no interior do Serviço Social latino-americano. A ruptura com o Serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora.

Netto (2005, p. 14) ressalta que o Movimento de Reconceituação permaneceu como um capítulo inconcluso, “asfixiada pela maré montante das ditaduras latino-americanas”. Esse Movimento foi marcado por um contexto histórico de lutas sociais e políticas que foram duramente reprimidas através de golpes de Estado que se estenderam à Argentina, Bolívia, Chile, Uruguai, Peru e Brasil⁹.

Conforme Iamamoto (2010), o Movimento de Reconceituação na América Latina, representou um marco no desencadeamento do processo de revisão crítica do Serviço Social no continente. Entretanto, não foi um Movimento nem unitário nem homogêneo, moldou-se como uma unidade repleta de diversidades, que se manifestou não só nas críticas e propostas, mas também no conteúdo atribuído ao Serviço Social na América Latina. Netto (2008), também ressalta a heterogeneidade deste Movimento, destacando como um traço pertinente à relação com a tradição marxista.

É no marco da reconceituação que, pela primeira vez de forma aberta, a elaboração do Serviço Social vai socorrer-se da tradição marxista- e o fato central é que, depois da reconceituação, o pensamento de raiz marxiana deixou de ser estranho ao universo profissional dos assistentes sociais. O recurso dos reconceptualizadores à tradição marxista não se realizou sem problemas de fundo: excepcionalmente com apelo às suas fontes originais, no geral, valeu-se de manuais de divulgação de qualidade muito discutível ou de versões deformadas pela contaminação neopositivista e até pela utilização de materiais notáveis de caráter tosco. Mais ainda: a diluição da especificidade do pensamento de inspiração marxiana no cadinho do ecletismo redundou em equívocos tão grosseiros que se chegou a supor a sua congruência teórico-metodológica com o substrato das propostas de Paulo Freire. Não se trata, como se vê, de um ingresso muito feliz da tradição marxista no nosso terreno profissional; entretanto- e não há que perder de vista este aspecto-, o principal é que, a partir de então, criaram-se as bases, antes inexistentes, para pensar-se a profissão sob as lentes de correntes marxistas; a partir daí, a interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista inscreveu-se como um dado da modernidade profissional (NETTO, 2008, p. 148-149).

⁹ O golpe militar no Brasil teve o apoio dos Estados Unidos e derrubou o governo do presidente democraticamente eleito João Goulart. Esse período marcado pela ditadura militar, se instaurou em 1964 e perdurou até 1985.

Foi, portanto, no âmbito deste Movimento, que se iniciou o diálogo do Serviço Social com setores da tradição marxista. É, por conseguinte, inegável a importância atribuída ao Movimento de Reconceituação no processo de aproximação do Serviço Social com a tradição marxista, embora inicialmente realizada de forma “enviesada” e com todos os problemas e equívocos. Como destaca Simionatto (2018, p. 86), “pode-se afirmar que o maior legado teórico da experiência reconceitualizadora foi a aproximação da profissão com a perspectiva marxista e a abertura de interlocução com outras áreas do conhecimento”.

Como bem ressalta Iamamoto (2010, p. 211), essa aproximação contribuiu para um processo de ruptura teórica e prática com a tradição profissional, mas também foi responsável por vários impasses e equívocos de ordem teórica, política e profissional que refletem até os dias atuais, isso devido ao fato de tal aproximação dar-se a princípio por meio do filtro da prática político-partidária, bem como por meio de manuais de divulgação do “marxismo-oficial, ou seja, essa aproximação não foi orientada para as fontes clássicas, desse modo ‘foi à aproximação a um marxismo sem Marx’”.

O debate das temáticas centrais do Movimento de Reconceituação na América Latina se diferenciava do debate brasileiro, apenas em meados dos anos de 1970, no bojo da crise da ditadura que o Serviço Social brasileiro se defrontou com a herança do Movimento de Reconceituação, “quando o próprio revigoramento da sociedade civil faz com que se rompam as amarras do silêncio e do alheamento político forçado a que foi submetido à maioria da população no cenário ditatorial” (IAMAMOTO, 2010, p. 215). Assim,

Esse panorama contribuiu para que, no Brasil, o embate com o Serviço Social tradicional se revertesse em uma modernização da profissão que atualiza a sua herança conservadora. Verificou-se uma mudança no discurso, nos métodos de ação e nos rumos da prática profissional, no sentido de obter um reforço de sua legitimidade junto às instâncias demandantes da profissão, em especial ao Estado e as grandes empresas. Tais mudanças se traduzem em uma tecnificação pragmatista do Serviço Social (IAMAMOTO, 2010, p. 215).

A crise da ditadura, o aprofundamento da expansão monopolista e a reorganização do aparelho do Estado criaram as condições históricas para o surgimento de um novo perfil da categoria profissional. Com a consolidação do mercado de trabalho para os(as) assistentes sociais, ampliou-se o contingente de

profissionais e de unidades de ensino e o Serviço Social se inseriu nos quadros universitários. Neste momento criou-se a pós-graduação na área – essa discussão será aprofundada nos capítulos seguintes – o que possibilitou entre outras, a interlocução do Serviço Social com as ciências afins. Desse modo, é, pois, no interior do Estado, vale ressaltar, a serviço do grande capital, que foram criadas as condições para a maturação acadêmica e profissional do Serviço Social (IAMAMOTO, 2010).

De acordo com Iamamoto (2010), faltava ao Serviço Social brasileiro uma massa crítica acumulada para embasar sua renovação. Nesse sentido, os profissionais assumiram as inquietudes do Movimento de Reconceituação, como afirma a citada autora,

Sua relação com o legado do Movimento de Reconceituação foi de continuidade e ruptura, que se desdobrou na superação da Reconceituação. A linha de continuidade manifestou-se na retomada de um espírito essencialmente crítico no trato com o conservadorismo profissional e no resgate da inspiração marxista para a interpretação da sociedade e da profissão [...]. Os pontos de ruptura podem ser localizados em dois grandes âmbitos: na crítica marxista do próprio marxismo e dos fundamentos do conservadorismo assim como no redimensionamento das interpretações históricas da profissão [...]. (IAMAMOTO, 2010, p. 218).

Assim, o Serviço Social brasileiro passou por um importante momento em que repensou sua formação e sua intervenção. Nesse período, influenciado pelo Movimento de Reconceituação, a profissão ampliou o debate teórico-metodológico e prático-político culminando, assim, no processo denominado Movimento de Renovação do Serviço Social brasileiro. De acordo com Netto (2008, p.131),

Entendemos por renovação o conjunto de características novas que, no marco das constrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais.

Esse Movimento de Renovação profissional iniciou-se sob a égide da autocracia burguesa¹⁰, como bem destaca Netto em seu livro *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós- 64* (2008). De acordo com o autor, o Movimento se desenvolveu em três direções principais: 1) perspectiva

¹⁰ Este termo é utilizado por Netto (2008) com referência ao processo da Ditadura Militar.

modernizadora, 2) perspectiva de reatualização do conservadorismo e 3) perspectiva de intenção de ruptura.

Conforme Netto (2008), a perspectiva modernizadora buscava adequar o Serviço Social às exigências postas pelos processos sócio-políticos do período ditatorial, reporta aos valores e concepções mais tradicionais, não para superá-los ou negá-los, mas para inseri-los em uma nova base teórica e metodológica. Tal perspectiva fundamentava-se nas abordagens funcionalistas, estruturalistas e, posteriormente, na matriz positivista, sua formulação foi afirmada nos resultados dos Seminários de Teorização do Serviço Social, realizados em Araxá - MG, no ano de 1967 e em Teresópolis - RJ, no ano de 1970, seus textos finais foram sintetizados nos Documentos de Araxá e de Teresópolis. Sobre tais Documentos Netto (2008, p. 197) declara:

Com seus vieses, omissões e referências teóricas particularmente determinadas, as formulações de Araxá e Teresópolis eram contemporâneas de preocupações e vivências expressivas que compunham a atualidade dos debates teóricos, culturais e políticos do contexto brasileiro. Criticáveis em maior ou menor grau, o que importa é que eram objetivamente modernas no seu contexto histórico da angulação própria da perspectiva modernizadora, propiciavam um amplo espaço de diálogo e confronto com vertentes significativas do enfrentamento ideocultural que estavam postas na polemização possível das ciências sociais e do Serviço Social ao seu tempo.

Entretanto, as formulações resultantes dos encontros de Araxá e Teresópolis não superaram os traços conservadores que marcaram historicamente o Serviço Social. Não há nesse contexto mudança alguma na direção social da profissão, permanece a perspectiva de uma intervenção ajustadora, de integração dos indivíduos ao projeto de desenvolvimento capitalista. Em meados dos anos de 1970, a perspectiva modernizadora gradualmente foi perdendo forças nos foros de discussão e nas instâncias profissionais, abrindo-se espaços para outras vertentes renovadoras.

A perspectiva denominada por Netto (2008) de reatualização do conservadorismo teve como referência teórico-metodológica a fenomenologia¹¹, quanto ao exercício do Serviço Social buscava fundamentá-lo na ajuda psicossocial, reforçando a psicologização da Questão Social. Tal perspectiva se expressa nos

¹¹ A fenomenologia é uma corrente filosófica puramente descritiva, que defende a utilização de um método voltado para a descrição da essência do fenômeno. Tem como grande referência Edmund Husserl (NÓBREGA, 2013).

Seminários de Sumaré (1978) e Alto da Boa Vista (1984) e objetivava deter a erosão do Serviço Social tradicional, estruturando-se como uma alternativa capaz de neutralizar as influências de referências marxistas. Manifestou “um elenco de traços que conferem às suas concepções conservadoras do Serviço Social uma nova roupagem” (NETTO, 2008, p. 203).

A influência da fenomenologia no tocante a elaboração teórica da profissão conferiu importância à questão da subjetividade, da ajuda psicossocial, do olhar profissional direcionado à essência dos fenômenos. Essas ideias podem ser observadas nas produções teóricas desenvolvidas nesse período. Nessa perspectiva, destacam-se alguns estudos, como o de Anna Augusta de Almeida, *Possibilidades e Limites da Teoria do Serviço Social* (1978), na qual a autora apresenta uma “nova proposta” para o fazer profissional, destacando uma metodologia considerada por ela como inovadora, desenvolvida a partir do processo de ajuda psicossocial. “O tripé diálogo-pessoa-transformação social demarcaria as bases desse novo fazer profissional” (TATAGIBA, 2020, p. 211). Para Almeida (1978), o Serviço Social é posicionado como um instrumento de adaptação social, sua obra demonstra um profundo conservadorismo. A fenomenologia também se fez presente na obra *O Princípio de Autodeterminação no Serviço Social: uma visão fenomenológica* (1981), de Ana Maria Braz Pavão. Como afirma Nóbrega (2013), o estudo de Pavão privilegiou a apresentação das ideias fenomenológicas, recuperou os valores universais do Serviço Social referentes ao “cliente”, o respeito, a dignidade, a pessoa humana, a autodeterminação. Complementando as obras com abordagem fenomenológica, tem-se o estudo de Anésia de Souza Carvalho, *Metodologia da entrevista: uma abordagem fenomenológica* (1991), a partir da fenomenologia Carvalho repensa o instrumento entrevista, destacando o fato do assistente social compreender o que lhe chega, em detrimento de explicar o que se passa com o cliente (TATAGIBA, 2020). Para Carvalho (1991), o objetivo do(a) assistente social ao atender o(a) cliente era ajustá-lo, adaptá-lo ao meio em que estava inserido.

Netto (2008), na análise dessas obras, cujo aporte teórico fundamentava-se na fenomenologia, avalia-as como simplista, reducionista, sem aprofundamento de seus pressupostos e destaca a ausência de interlocução com autores e as fontes originais da fenomenologia. Tais produções contribuíram para a reafirmação de uma direção social da profissão firmada em valores conservadores, moralistas, centrada no indivíduo, responsabilizando-o pelos seus fracassos, numa linha de manutenção

do *status quo*. Nesta mesma perspectiva de análise, Cantalice (2013) acrescenta que a fenomenologia

Apesar de delimitar a adoção de novos valores e comportamentos à profissão, também não trará alterações significativas no processo de consciência e na direção social da profissão. Embora, nesse contexto, as contradições da realidade e o movimento das classes não mais correspondam à lógica de atuação da profissão e exijam dessa a incursão sobre novos rumos, ainda não teremos a passagem para outra forma de consciência e o rompimento com o projeto profissional conservador em vigor (2013, p. 108).

A perspectiva de intenção de ruptura buscava romper com a herança conservadora e com o reformismo, recorrendo progressivamente à tradição marxista. Materializada no denominado Método de Belo Horizonte, que é considerado um marco na intenção de ruptura do Serviço Social brasileiro. Foi ainda na intenção de ruptura

Que o Serviço Social expressou a busca pela ruptura com o conservadorismo, posicionando-se a favor dos interesses e das lutas da classe trabalhadora. Nesse caminho, a preocupação com a pesquisa no e para o Serviço Social se fortaleceu (SILVA; MATIAS; NÓBREGA, 2018, p. 110).

Netto (2008) destaca que é sob o legado da perspectiva de intenção de ruptura que se dará as aproximações com as produções marxianas e marxistas, e ressalta que um fato importante que se desenvolve no interior da perspectiva da intenção de ruptura é a vinculação do Serviço Social à Universidade. A partir de então se gesta oportunidades para o desenvolvimento da pesquisa e da produção de conhecimento.

A pós-graduação em Serviço Social, no Brasil, inscreve-se no interior do movimento de criação do “Projeto Profissional de Ruptura do Serviço Social”, cujo objetivo era direcionar o compromisso da profissão para a construção de uma sociedade democrática e mais igualitária, privilegiando o apoio e compromisso profissional com a classe trabalhadora (NETTO, 2008).

Nesse contexto, vale ressaltar que, ainda na vigência da ditadura militar, são criados os primeiros cursos de pós-graduação na área de Ciências Sociais e, especificamente, na área de Serviço Social, “impulsionada por professores motivados pelo ideal de desenvolver a vida acadêmica e a produção científica, com pesquisa qualificada” (SILVA; CARVALHO, 2005, p. 197), foram criados programas de mestrado e doutorado na área de Serviço Social no Brasil.

O primeiro curso de pós-graduação em Serviço Social, foi instituído em 1972, trata-se do mestrado em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em seguida, no mesmo ano, tem-se a criação do mestrado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), sendo os pioneiros no continente latino-americano. Nos anos seguintes, foi criado, em 1976 o mestrado da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1977 da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). No Nordeste, a pós-graduação foi criada em 1978 na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e em 1979 na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), possibilitando novas oportunidades numa região geograficamente distante dos principais centros de pós-graduação (KAMEYAMA, 1998).

A emergência da pós-graduação cria um espaço privilegiado de interlocução do Serviço Social com as diferentes áreas do saber, o que propiciou o fortalecimento da produção teórica do Serviço Social. Assim,

É nos espaços da pós-graduação, cujos primeiros frutos se recolhem no trânsito dos anos setenta aos oitenta, que, no Brasil, se inicia e, nos anos seguintes, se consolida a produção de conhecimentos a partir da área de Serviço Social (NETTO, 1999, p. 11).

Conforme é possível verificar, a pós-graduação desempenhou um significativo papel na adoção do Serviço Social ao referencial crítico, pois “o pensamento crítico entra no Serviço Social, se não exclusivamente, pelo menos, predominantemente, através dos programas de pós” (GUERRA, 2011, p. 136), contribuindo expressivamente para o desenvolvimento da produção de conhecimento tanto para o Serviço Social quanto para as Ciências Sociais.

Com isso, a profissão que surge com forte carisma interventivo foi conquistando em seu processo de consolidação profissional a potencialidade de produzir conhecimento. A pós-graduação na área criou as bases para nutrir a produção científica. Essa produção precisava ser socializada e, assim, nasce um mercado editorial, com a criação da revista *Serviço Social e Sociedade* em 1979, que “foi de suma relevância para dar conta desse processo que repercutirá de modo significativo na socialização de produções a partir da década de 80 do século XX” (PRATES, 2013, p. 214). Vale ressaltar, que até então, o principal veículo responsável pela elaboração e difusão da produção teórica no Serviço Social brasileiro era o Centro Brasileiro de

Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS), com publicações que abrangia um universo temático amplo, como os *Cadernos Debates Sociais*, editados semestralmente a partir de 1965, com o objetivo de divulgar o material acadêmico científico produzido no Brasil e no exterior por assistentes sociais e profissionais da área de Ciências Sociais e os *Cadernos da Serie Verde*, editados a partir de 1968 que publicava trabalhos de autores nacionais e tradução de autores estrangeiros sobre o campo social (NÓBREGA, 2013).

A partir dos anos de 1980, como observa Simionatto (2018), o Serviço Social brasileiro vai demarcar suas bases de análise crítica, com o trabalho de Marilda lamamoto em parceria com Raul de Carvalho, *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, sendo o primeiro estudo em nível de Serviço Social fundamentado nas contribuições marxianas. A partir de então, o Serviço Social recorre às fontes clássicas, da tradição marxiana para a compreensão e análise do real e do próprio Serviço Social.

Para lamamoto (2010, p. 234-235),

Se a reconceituação viabilizou a primeira aproximação do Serviço Social com o marxismo por rotas tortuosas, o primeiro encontro do Serviço Social com a obra marxiana, dela decorrendo explícitas derivações para a análise do Serviço Social, deu-se no Brasil, apenas na década de 1980. Tratou-se de um encontro de nova qualidade com a tradição marxista: mediado pela produção de Marx e por pensadores que construíram suas elaborações fiéis ao espírito da análise marxiana, desenvolvendo criativamente suas sugestões, preenchendo lacunas e enriquecendo aquela tradição com as novas problemáticas emergentes com a maturação capitalista na época do monopólios (A Gramsci, G Lukács, N. Poulantzas, E. Mandel, A Heller, entre outros).

A interlocução com a teoria social de Marx conferiu nova qualidade e direcionamento aos fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social, constituindo-se um marco decisivo no reconhecimento da profissão nos círculos e debates acadêmicos, “a apropriação do patrimônio de Marx e da tradição marxista acumulados nesse período materializaram-se na revisão curricular de 1982 e no Código de Ética de 1986” (SIMIONATTO, 2018, p. 91). Vale ressaltar que, no currículo de 1982 a preocupação com a capacitação teórico-metodológica possibilitou avançar no estudo do marxismo e na fundamentação da formação profissional de base crítica, de renúncia do conservadorismo e ligada aos interesses da classe trabalhadora (SIMIONATTO, 2018).

Todo este processo resultou nos anos de 1980, na consolidação e legitimação da pesquisa no Serviço Social, no seu reconhecimento enquanto área de conhecimento e de produção deste, por parte das principais agências de fomento, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), (SPOSATI, 2007; NETTO, 1996). Portanto,

A partir de então, foi possível o adensamento cada vez maior de uma massa crítica e de um segmento da categoria voltado para a pesquisa acadêmica e para a produção de conhecimento, o que situa o Serviço Social brasileiro na dinâmica do fomento à pesquisa e à Pós-Graduação no País (ABEPSS, 2009, p. 2)

Nesse contexto, é interessante destacar o protagonismo da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)¹², a partir dos anos de 1980, em relação às questões da pesquisa e produção de conhecimento diante da necessidade de fortalecimento do Serviço Social como profissão e área de conhecimento. A instituição se consolidou contribuindo no avanço da formação profissional e produção intelectual do Serviço Social.

Ademais, essa década, expressou a maturidade do Serviço Social, o qual rompeu com sua base conservadora e tradicional, embora essa ruptura não tenha significado a superação do conservadorismo, como bem ressalta Netto (1996). O Serviço Social foi confrontado com as transformações societárias que exigiram respostas e intervenções nas expressões da Questão Social. Desse modo, se posicionou e se consolidou como uma profissão capaz de intervir criticamente na realidade social e de produzir conhecimento sobre essa mesma realidade.

Ao registrar a trajetória da produção de conhecimento no Serviço Social Kameyama (1998) constata que o Serviço Social, a partir dos anos 1980, tornou-se produtor de conhecimento, adotando o mesmo rigor teórico-metodológico que as outras áreas das Ciências Sociais e Humanas. A autora ainda observa a grande variedade de temas e a intensificação da pesquisa com o aumento significativo do número de teses e dissertações. Para Nóbrega (2013, p.126),

Neste conhecimento foi observada a interlocução interdisciplinar com o conjunto de saberes das Ciências Sociais, em particular com a Sociologia,

¹² Foi criada em 1946, então denominada Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), depois transformada em Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em 1998, na Assembleia Nacional da entidade que aprovou o novo estatuto (ABEPSS, 2009).

Antropologia, Teoria Política e a Economia, incorporando temáticas oriundas desses saberes, a exemplo do tema cidadania, processo de trabalho, identidades culturais, movimentos sociais etc., fazendo rebater neles as suas temáticas mais específicas, quais sejam: as novas formas de pobreza, a exclusão social, as políticas assistenciais, dentre outras.

Portanto, há neste período uma expressiva ampliação da produção do conhecimento no Serviço Social, publicada em livros e periódicos, além de realizações de vários eventos científicos e congressos da categoria (SETUBAL, 2007; SILVA *et al.*, 2005). A produção do conhecimento a partir deste período fundamentada na teoria crítica possibilitou uma mudança na direção social do conhecimento produzido no Serviço Social. Imprimindo novos rumos para a profissão, culminando, na década de 1990, num novo projeto ético-político profissional materializado na nova lei que regulamenta a profissão (1993), no Código de Ética Profissional de 1993 e nas Diretrizes Curriculares de 1996 (SIMIONATTO, 2018). Como destaca Guerra:

Por meio de uma vertente crítica, o Serviço Social brasileiro consolida a sua maturidade intelectual (NETTO, 1996; IAMAMOTO, 1992), alcança o reconhecimento e a validação acadêmica como área de produção de conhecimento, determina seu estatuto profissional e o seu significado social, contribui na consolidação das Ciências Sociais no Brasil, adquire visibilidade no campo acadêmico e investe na construção de um projeto de sociedade que defende a educação laica, pública, gratuita, democrática, socialmente relevante e autônoma em face dos constrangimentos da racionalidade burguesa (2011, p. 135).

Diante desse contexto que se desdobrava na década de 1990 no Brasil, o Serviço Social “construiu um projeto profissional radicalmente inovador e crítico, com fundamentos históricos e teórico-metodológico hauridos na tradição marxista, apoiado em valores e princípios éticos radicalmente humanistas e nas particularidades da formação histórica do país” (IAMAMOTO, 2009, p. 18). Essa década, de fato, demarca uma nova fase para o Serviço Social brasileiro, toda conjuntura histórica reverberou na direção social assumida pela profissão e exigiu novas respostas, tanto em relação às práticas profissionais, quanto à produção de conhecimentos. Desse modo, o Serviço Social deu visibilidade a um novo projeto ético-político profissional, expressando, assim, o posicionamento crítico dos/das assistentes sociais, mesmo diante da reestruturação do capital e do avanço do ideário neoliberal.

No lastro desse processo, é possível verificar que a recorrência ao referencial marxista contribui com a própria valorização da pesquisa para a profissão, de modo que, a pesquisa vai deixando de ser considerada simplesmente como matéria básica,

sendo concebida como um dos princípios e uma condição da formação profissional, devendo perpassá-la (SETUBAL, 2007). A esse respeito Bourguignon (2008) acrescenta:

A prática da pesquisa no Serviço Social se põe como construção histórica que se processa na medida em que a profissão enfrenta as demandas sociais decorrentes do agravamento da questão social em suas múltiplas manifestações, tendo como referências perspectivas teórico-metodológicas críticas que sustentam a produção de conhecimento e a intervenção na profissão. Consolida-se no processo de construção e afirmação do projeto ético-político profissional comprometido com a democracia e justiça social, materializado no Código de Ética de 1993 e no processo de Revisão Curricular que fundamenta a formação profissional. Também se constitui na medida em que a profissão alcança maturidade intelectual, evidenciada pela sua produção teórica e capacidade de diálogo crítico com diferentes áreas de conhecimento das ciências sociais e humanas (p. 109).

Nesta trilha argumentativa, Mota (2013) confere ao Serviço Social brasileiro o *status* de área de conhecimento. Para a autora essa particularidade do Serviço Social brasileiro é evidenciada não somente, pelo seu desenvolvimento e amadurecimento no âmbito da pesquisa e da pós-graduação na área, mas, também, na ampliação da sua participação nos eventos internacionais; na notória interlocução e incorporação da produção bibliográfica dos intelectuais do Serviço Social nas produções mais recentes das ciências humanas e sociais no país, bem como nas produções ligadas a instituições governamentais; na abertura do mercado editorial às produções de assistentes sociais e a incorporação de quadros intelectuais do Serviço Social como formadores de massa crítica no âmbito dos movimentos sociais, populares e sindicais. Soma-se, o aumento da demanda de profissionais de áreas afins pelas pós-graduações em Serviço Social, motivada pela busca de conhecimento crítico nas ciências humanas e sociais; e também, da demanda por intelectuais do Serviço Social para participação em bancas examinadoras de teses e dissertações em áreas afins, e em eventos e debates acadêmicos sobre temas diversos de grande relevância para o entendimento e a crítica da sociedade contemporânea.

Outra particularidade na produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro, ainda de acordo com Mota (2013), consiste no seu núcleo crítico e de resistência teórico-política às investidas do conservadorismo, neoconservadorismo e as ideologias pós-modernas. E ao mesmo tempo, ao se constituir como uma área de conhecimento, amplia sua intervenção na realidade por meio da construção de uma cultura intelectual, com cariz teórico-metodológico crítico, redefinindo a sua

representação tanto intelectual quanto social, até então marcada pelo exercício profissional, no qual a dimensão interventiva era priorizada, mais que a intelectual e teórica da profissão.

Diante do exposto, entendemos que a aproximação do Serviço Social com a tradição marxista trouxe, de fato, ganhos indiscutíveis para a profissão. Ao adotar o método de Marx como referência, o Serviço Social ampliou suas competências teóricas, investigativas, políticas e operativas. Desse modo, a interlocução entre o Serviço Social e o marxismo foi fundamental para o amadurecimento do Serviço Social e sua consolidação como área de conhecimento. A entrada do pensamento de Marx “contribuiu decisivamente para oxigenar o Serviço Social brasileiro e, desde então e apesar de tudo, constituiu-se nele uma nova geração de pesquisadores que se vale competentemente das concepções teórico-metodológicas de Marx” (NETTO, 1999, p. 31).

O acúmulo teórico propiciado pela adoção do método crítico dialético possibilitou à profissão estabelecer um fecundo diálogo com as transformações societárias. Elevou a qualidade da produção teórica do Serviço Social, aprimorou o conhecimento e a crítica ao pensamento conservador,¹³ levou luz à compreensão da profissão na divisão social e técnica do trabalho, “desvendando as expressões da Questão Social em tempos de “capital fetiche”, deslindando as engrenagens do sistema capitalista e do Estado” (SIMIONATTO, 2018, p. 99).

A apropriação dessa perspectiva possibilitou ao Serviço Social compreender as determinações do modo de produção capitalista, bem como a produção e reprodução do capital, como força motriz do seu desenvolvimento. Sob essa orientação teórico-metodológica foi possível o/a assistente social entender a contradição capital-trabalho, como constituidor da Questão Social, objeto de intervenção desse/dessa profissional (AZEVEDO, 2020).

É inegável a contribuição do método crítico dialético no avanço teórico-metodológico e político alcançado pelo Serviço Social brasileiro. O conhecimento da realidade baseada na perspectiva marxiana fundamenta a formação e a prática profissional em sintonia com a direção social estratégica da profissão. Corroboramos

¹³ O pensamento conservador, segundo Escorsin Netto (2011, p.41) é antes de tudo, uma expressão cultural particular de um tempo e um espaço sócio-histórico precisos: “o tempo e o espaço da configuração da sociedade burguesa [...] e em que operam movimentos e tensões em todas as esferas e instâncias sociais”

com a afirmação de Tonet (2020), a produção do conhecimento nessa perspectiva que é não apenas crítica, mas radicalmente crítica, possibilita compreender profundamente os problemas sociais e contribuir no sentido de uma transformação radical da sociedade.

Ademais, nesta interlocução, Serviço Social e marxismo, este último também saiu ganhando, pois, se apropriou de temas de grande relevância social por meio do Serviço Social (SILVA, 2007).

Entendemos que o movimento histórico e, conseqüentemente, o Serviço Social brasileiro e a produção de conhecimento na área, se constituem como um processo dialético, que ora avança ora recua. Neste sentido, o contexto da produção de conhecimentos no âmbito da profissão que se manteve de forma modesta até a década de 1970, se alterou significativamente com a aproximação da categoria profissional com a teoria crítica e a expansão das pós-graduações, embora venha sofrendo constantes ameaças decorrentes do recrudescimento do pensamento conservador, que tem se fortalecido no debate acadêmico pela disseminação do ideário pós-moderno. Desse modo, tem-se um ataque ferrenho ao pensamento crítico marxista, o qual é sem dúvidas, como afirma Abreu (2018) indispensável para análise das contradições do sistema capitalista.

O ideário pós-moderno adquire importância a partir dos anos de 1950, e é na metade da década de 1970 que seu desenvolvimento teórico se intensifica (ANDERSON, 1999). Para Cantalice (2013, p. 42), o ideário pós-moderno

Cumprir uma função ideológica de sustentação e de legitimação do capital, uma vez que age sobre o sistema de regulamentação social em favor desse sistema - ou seja, à medida que legitima regras, comportamentos, hábitos e práticas sociais funcionais a manutenção da ordem capitalista e por outro lado demarca como ilegítimas as ideias e práticas que apontam à direção inversa.

Conforme Azevedo (2020), o avanço do conservadorismo e, por conseguinte, a oposição à tradição marxista, se dirige ao método de análise, o materialismo histórico-dialético, como apropriado para o conhecimento crítico, isso devido ao fato dessa orientação teórica expor as contradições do modo de produção capitalista, seus limites e possibilidades de superação. Mas, também, tal oposição se dirige para a instrumentalidade do trabalho do assistente social em suas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

A profissão tem sido tensionada por uma conjuntura política, cultural, econômica, na qual predomina uma lógica competitiva, produtivista, de flexibilização do trabalho e de contrarreforma do Estado. As inflexões da atual crise do capital trazem desdobramentos consideráveis para o conhecimento teórico-metodológico produzido no Serviço Social, para a universidade brasileira e particularmente para a pós-graduação. As implicações e desdobramentos dessa conjuntura de crise do capital e contrarreformas serão tratados no próximo capítulo.

3. A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE CONTRARREFORMA DO ENSINO SUPERIOR

No contexto atual de crise estrutural do capital, vivenciamos uma ampla e profunda contrarreforma do ensino superior, que prioriza a esfera privada em detrimento da pública. Dessa forma, o ensino superior vem se constituindo como um campo lucrativo para o grande capital. Este contexto impacta diretamente a formação em Serviço Social e, conseqüentemente, à produção de conhecimento na área.

Neste capítulo, buscamos problematizar o processo de contrarreforma do Estado brasileiro e seus rebatimentos no ensino superior e, sobretudo, na pesquisa e produção de conhecimento.

3.1 Crise contemporânea do capital e o ensino superior no contexto de contrarreforma do Estado: implicações para a universidade pública brasileira e para a produção de conhecimento

Compreende-se às crises como provenientes, constitutivas, inelimináveis e inerentes ao desenvolvimento do capitalismo. A partir delas o capital se recicla, reorganizando suas estratégias de produção e reprodução social. Não há capitalismo sem crise, estas são componentes necessários a dinâmica do capital, imprescindíveis ao seu funcionamento (NETTO; BRAZ, 2008). As crises expressam o caráter contraditório do movimento do capital, o capitalismo entra em crise em decorrência do seu próprio crescimento, de modo geral, o capitalismo se desenvolve acumulando contradições que regularmente levam a crises. A própria produção capitalista cria impedimentos a sua expansão e ao buscar superá-las produz novos obstáculos (MARX; ENGELS, 2005). Para Sampaio Júnior (2017), a crise não é um fenômeno aleatório, que poderia ser evitado por meio de políticas econômicas, mas sim uma consequência inevitável do próprio desenvolvimento capitalista.

O capitalismo vivenciou um período de glória em sua história, uma fase em que o capital conseguiu alcançar progressivo crescimento e resultados econômicos nunca vistos anteriormente. Essa fase que alguns estudiosos denominam de “anos dourados”, “30 anos gloriosos” ou “idade de ouro”, perdurou de 1945 até 1975. Foi um período também denominado por alguns autores de “fordista-keynesiano”, este novo mecanismo de acumulação e regulamentação do capital, estabelecia produção em

grande escala, consumo em massa através do pleno emprego, aumentos salariais e forte intervenção estatal, tinha-se nele um pacto social entre capital e trabalho.

Vale destacar, que naquele contexto, as crises não foram suprimidas, como bem destaca Chesnais, (1996, p. 297) o citado lapso temporal é caracterizado por “flutuações cíclicas fracas, correspondentes aos acertos dos desequilíbrios nascidos da acumulação bastante benignos: desajustes passageiros entre a capacidade de produção e a demanda, que a terapêutica keynesiana pode remediar facilmente”. A forte intervenção estatal contribui, pois, para diminuir os impactos das crises durante aquela fase.

Entretanto, no marco inicial dos anos de 1970, o citado modelo não conseguiu conter mais uma crise do capital, sendo inviável aliar políticas sociais com pleno emprego. O modelo fordista-keynesiano chegou ao seu limite, iniciando-se um longo período de recessão e uma crise sem precedentes. A economia mundial passou a apresentar sinais de estagnação, com alta inflação e com mudança na repartição do poder a nível mundial, agravando-se, na década de 1980, com o desmonte do Leste Europeu que pôs fim ao chamado “anos dourados”, desencadeando assim, a crise contemporânea do capital (NÓBREGA, 2013).

De acordo com Mandel (1990), a recessão dos anos de 1970 foi à conclusão de uma fase típica de queda da taxa média de lucros e esta queda é anterior à alta do petróleo. Assim, para o autor, a crise começou no setor automobilístico e na construção civil, estende-se ao setor têxtil, ao dos eletrodomésticos e materiais de construção, até finalmente atingir o setor petroquímico. Teve-se a inversão da “onda longa expansiva”, alta taxas de lucros, acumulação amplificada de capitais e a terceira revolução tecnológica que permitiu o prolongamento dessa expansão do mercado. A combinação: expansão e revolução tecnológica, também levou a um aumento da composição orgânica do capital, maiores gastos com a força de trabalho criaram dificuldades para o capital compensar o aumento da sua composição orgânica por uma alta contínua da taxa de mais-valia, resultando então, na “erosão inexorável da taxa média de lucros” (MANDEL, 1990, p.26).

Esse período de crise proveniente do aumento vertiginoso nos preços do petróleo, somado ao acirramento da própria contradição do capitalismo, aprofundou-se e se estende até os dias atuais. Dada a sua extensão e duração, apresenta características que a diferencia das outras crises capitalistas. De acordo com Mandel (1990, p.13), é uma “crise social do conjunto da sociedade burguesa, uma crise das

relações de produção capitalista e de todas as relações sociais burguesas”. O supracitado autor, ainda assevera que se trata de uma “crise clássica de superprodução”. Assim,

Na história do capitalismo, cada crise de superprodução combina traços gerais, que dizem respeito às contradições fundamentais do modo de produção capitalista, com traços particulares que resultam do momento histórico preciso no qual ela se produz no curso do desenvolvimento desse modo de produção. A recessão econômica generalizada de 1973/74 não escapa a essa regra (MANDEL, 1990, p. 29).

As crises de superprodução, geradas pelo capitalismo tem como característica “produção ilimitada de mercadorias, consumidores abundantes e barreiras para o consumo, tudo isto provocado pelas mesmas leis, pela dinâmica do capitalismo, esse é o conteúdo do fenômeno crise” (CARCANHOLO, 1997, p. 24). Os efeitos das crises são devastadores para grande parte da população, e explicitam o caráter desumano do capitalismo. Nas palavras de Mandel (1990, p. 31),

Nada confirma melhor o caráter irracional e desumano do sistema capitalista do que o fato de milhões de homens, mulheres e crianças estarem gravemente subalimentados, correndo o risco de morrer de fome, enquanto enormes recursos em máquinas, matérias-primas e mão-de-obra ficam inutilizados. Com a ajuda dessas reservas, seria possível produzir os tratores, os adubos, as bombas elétricas, os canais de irrigação, para aumentar rapidamente a produção de víveres e alimentar os famintos, isso se a produção fosse regida pela satisfação das necessidades físicas e não pelo lucro.

Para a classe trabalhadora a crise de superprodução constitui uma agressão do capital ao trabalhador assalariado, resultando em aumento do desemprego, perdas dos direitos adquiridos, das melhorias e proteções das condições de trabalho conquistadas em tempos de prosperidade e estabilidade (MANDEL, 1990).

As últimas décadas, portanto, expressam transformações profundas no capitalismo a nível mundial. Tais transformações não são apenas econômicas, mas também políticas e culturais, envolvendo todos os aspectos da vida social, seja no âmbito da produção, bem como no da reprodução social. Conforme destaca Chesnais (1996, p. 14), no curso histórico do capitalismo “numerosos fatores desembocam num novo conjunto de relações internacionais e internas, que ‘formam um sistema’ e que modelam a vida social, não apenas no plano econômico, mas em todas as suas dimensões”.

Essa nova fase do capitalismo mundial, denominada por Chesnais (1996) de mundialização do capital, é compreendida como “o quadro político e institucional que permitiu a emergência, sob a égide dos Estados Unidos da América (EUA), de um modo de funcionamento específico do capitalismo, predominantemente financeiro e rentista, situado no [...] prolongamento direto do estágio do imperialismo” (CHESNAIS, 1997, p. 46 *apud* NETTO; BRAZ, 2008, p. 211). É um período que predomina a forma de acumulação do capital portador de juros, ou seja, o capital financeiro, que incide sobre o trabalho e a sociabilidade na sociedade contemporânea e é marcado pela dinâmica do capital financeiro, pela crise do modelo de expansão do capital e pelo processo de reestruturação produtiva.

Nesta mesma trilha argumentativa, Alves (1999, p. 56) afirma que:

A ‘mundialização do capital’ é, antes de tudo, decorrente de determinações políticas. É essencial levarmos em consideração, ao mesmo tempo, o político e o econômico, para que possamos compreender a verdadeira natureza da mundialização do capital. Na verdade, uma acumulação predominantemente rentista, reflete mudanças qualitativas nas relações de força política entre o capital e o trabalho, assim como entre o capital e o Estado, em sua forma de Estado de Bem-Estar. O marco histórico da ‘mundialização do capital’ é a recessão de 1974 - 1975, o início desta ‘longa crise rastejante’. A partir daí o capital procurou de todas as formas, romper as amarras das relações sociais, leis e regulamentações dentro das quais se achava possível prendê-lo com a ilusão de poder ‘civilizá-lo’. O capital teve êxito, apesar de modo bastante desigual, conforme cada país.

Desse modo, o êxito do capital se deu em grande medida pela força que adquiriu durante os anos de acumulação, pelas novas tecnologias que contribuiu para modificar as relações de trabalho e principalmente pelo apoio irrestrito do Estado através das políticas neoliberais (ALVES, 1999).

Nesta perspectiva de análise, o húngaro István Mészáros (2002, p. 797), assevera que a crise do capital de 1970 consiste numa crise estrutural, global, sistêmica, porque coloca em questão a viabilidade do próprio sistema capitalista e sua lógica destrutiva. Crise que se aprofunda e atinge a totalidade “de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada”. Essa crise estrutural difere das crises cíclicas que atinge apenas, algumas partes do complexo social.

O supracitado autor aponta quatro características da crise contemporânea, que permite qualificá-la como crise estrutural, quais sejam:

1) seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade, etc.); 2) seu alcance é verdadeiramente global (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado); 3) sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; 4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na 'administração da crise' e no 'deslocamento' mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia (MÉSZÁROS, 2002, p. 796).

Assim, o caráter estrutural dessa crise é dado pela própria dinâmica de mundialização do capitalismo e afeta todo sistema capitalista em suas dimensões internas: produção; consumo e circulação; distribuição; realização. Tal crise possui caráter destrutivo, afeta toda a esfera das atividades e relações humanas, produzindo consequências desumanizadoras, evidenciando o antagonismo e as contradições desse sistema.

No lastro desse processo, o capital busca responder à sua própria crise implementando iniciativas que permitam recompor suas taxas de lucro e criar novas condições para a exploração da força de trabalho, iniciando, assim, o processo de reestruturação do capital, que a partir dos anos de 1980, promoveu transformações em todas as esferas. Segundo Alves (1999), os anos de 1980 podem ser considerados a "década das inovações capitalistas", da flexibilização da produção, da "especialização flexível", da desconcentração industrial, dos novos padrões de gestão do trabalho, da racionalização da produção, de uma nova divisão internacional do trabalho e de uma nova etapa da internacionalização do capital. Para o autor, resulta portanto, em um novo patamar de concentração e centralização do capital em nível mundial. É a década da acumulação flexível, predominando o modelo toyotista, no qual se constitui em um estágio superior de racionalização do trabalho que não rompe, a rigor, com a lógica do taylorismo-fordismo. No entanto, no campo da gestão da força de trabalho, o toyotismo realiza um salto qualitativo na captura da subjetividade do trabalho pela lógica do capital. Logo, o aspecto principal do toyotismo é a articulação e a continuidade da racionalização do trabalho, inerente ao taylorismo-fordismo, com as novas necessidades da acumulação capitalistas. Como consequência desse contexto, tem-se o crescimento do desemprego estrutural, a precarização do trabalho e o

crescimento da informalidade, provocando, desse modo, uma “situação de crise do mundo do trabalho – a constituição de um novo (e precário) mundo do trabalho – contribuiu para a debilitação do movimento operário e para a crise do sindicalismo nos principais países capitalistas” (ALVES, 1999, p. 82).

Na busca por soluções para a crise do capital, o Estado que já possuía um papel central no processo de acumulação capitalista, atuando tanto na criação da força de trabalho livre quanto na manutenção dessa massa de trabalhadores, assume no capitalismo contemporâneo mundializado, um papel importante e decisivo, passando a desempenhar novas funções, administrando aspectos centrais da relação entre capital e trabalho, dando assim, andamento às reformas que favorecem a superprodução de lucros (MAURIEL, 2018; IASI, 2019).

O Estado por meio de leis, regulamentos e prescrições impõe as exigências do capital frente ao restante da população. Ele atua de forma *ex ante*, antecipadamente, apoiando e ampliando as condições de expansão para o capital, e atua também *ex post*, seja na legalização das práticas patronal que ignoram as leis de modo excessivo, seja em resposta às reivindicações dos trabalhadores, amenizando as condições precárias de trabalho ou do desemprego (FONTES, 2019).

O caráter mundializador da crise capitalista demonstra a impossibilidade de enfrentá-la setorialmente ou individualmente, sendo necessário mobilizar o Estado para juntamente com as organizações financeiras internacionais intervirem na tentativa de solucioná-la (MARANHÃO, 2004). Assim, as respostas do capital com o apoio do Estado se articulam, de acordo com Netto e Braz (2008), sobre o tripé: reestruturação produtiva, financeirização e ideologia neoliberal.

A ideologia neoliberal se legitimou mundialmente através do Consenso de Washington (1989), formulado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), também denominado de Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e outros organismos internacionais, recomendavam rigorosos ajustes econômicos e “reformas” que favoreciam a mundialização do capital financeiro. Pautado na tese de que o mercado é o principal e insubstituível mecanismo de regulação social, com base neste pressuposto, faz uma enfática defesa de um Estado mínimo que não interfira no jogo dos agentes econômicos. As estratégias priorizadas pelos governos neoliberais estão vinculadas à redução da ação estatal; desregulamentação e privatização do mercado; minimização dos gastos públicos,

especificamente da área social; diminuição do tamanho, das funções e do escopo do Estado e descentralização em nível local (NETTO; BRAZ, 2008).

O neoliberalismo tornou-se “a principal força política e cultural do final do século XX” (CASTELO, 2013, p. 226). E se destaca como a principal expressão do processo de reestruturação do modo de produção capitalista, cujo objetivo é retomar o patamar de acumulação anterior (ANTUNES; LEMOS, 2018). Na ótica neoliberal o sistema de garantia de direitos deve ser desregulamentado, para que o indivíduo sobreviva com os seus próprios recursos, sem a proteção social pública. Trata-se da implementação de uma ideologia da responsabilização do indivíduo. A ofensiva neoliberal não significa apenas um reordenamento econômico, mas acima de tudo político, ao propor o desmonte da base social do Estado (FALEIROS, 1991).

Segundo Behring (2018), o neoliberalismo é o corolário da reação burguesa à sua própria crise, seu eixo principal é uma forte ofensiva à classe trabalhadora, em especial aos dos países dependentes, onde a regra é a superexploração da força de trabalho.

Para Mauriel (2018, p. 251), as políticas de ajustes neoliberais na atual fase do capitalismo mundializado criam novas modalidades de dependência econômica e aprofunda ainda mais a dependência já existente, implicando na expropriação de terras, de bens públicos e comuns. O capitalismo em países dependente como o Brasil tem suas particularidades no tocante a relação Estado e capital,

A forma dependente de Estado possui as características presentes nos Estados capitalistas somadas a elementos particulares da formação dependente, seja considerando a integração da América Latina na economia mundial seja considerando a construção das formações sociais dos países latino-americanos em suas dimensões política, social, étnico-racial, do patriarcado, da estruturação das relações de trabalho, entre outros aspectos que configuram tais sociedades.

O Brasil bem como os demais países da América Latina, entram na dinâmica do capitalismo mundial já como países dependentes. Essas economias dependentes cumprem um papel essencial na dinâmica de acumulação do capital (MARINI, 2011). Na reflexão sobre o Brasil, enquanto país de economia dependente subordinado a economia mundial, reforçar o papel do Estado que por meio de um regime político de caráter restrito, blindado às reivindicações populares impõem a sua política deletéria de contrarreformas (DEMIER, 2017).

Os efeitos da crise do capital se intensificam com a difusão das ideias neoliberais no país. Entretanto, cabe destacar, que essa conjuntura combinada com o processo de formação sócio-histórica brasileira; as particularidades de sua condição de economia dependente, periférica e suas formas de articulação às relações capitalistas, agudizam os efeitos dessa crise na realidade brasileira.

No Brasil, o neoliberalismo centrado nos ajustes econômicos e na proposta de Estado mínimo, tendo como objetivos o enxugamento dos gastos públicos e a transferência de setores estratégicos para o mercado, instaurou-se na década de 1990, associado ao discurso de modernização do país, após a eleição do presidente Collor (1990-1992), vindo a se expandir na gestão de Itamar Franco (1992-1994) e ganhar força no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-1998, 1999-2002), no qual se iniciou a primeira fase do neoliberalismo no Brasil.

Desta feita, apesar das conquistas alcançadas com a promulgação da Constituição Federal de 1988, baseada na proteção e promoção dos direitos do cidadão, que inaugurou uma nova fase de democratização das ações e das funções do Estado brasileiro, o país passou a receber, a partir dos anos de 1990, grande ataque por parte do capital, através das ideias neoliberais. Assim, sob a forte influência neoliberal, o governo brasileiro redirecionou o papel do Estado, amparado no argumento de que este se desviou de suas funções básicas, defendendo a urgência de uma “reforma” do Estado.

As chamadas “reformas”, segundo Coutinho (2012), estão presentes na agenda política tanto dos países capitalistas centrais, quanto dos periféricos e têm por objetivo restaurar as condições próprias de um capitalismo “selvagem”, no qual devem vigorar desenfreadamente as leis do mercado. O neoliberalismo busca assim utilizar a seu favor a popularidade que envolve a ideia de “reforma”. Assim,

Estamos assim diante da tentativa de modificar o significado da palavra “reforma”: o que antes da onda neoliberal queria dizer ampliação dos direitos, proteção social, controle e limitação do mercado etc., significa agora cortes, restrições, supressão desses direitos e desse controle. Estamos diante de uma operação de mistificação ideológica que, infelizmente, tem sido em grande medida bem-sucedida (COUTINHO, p. 122, 2012).

A palavra “reforma” desde sempre esteve vinculada às lutas dos subalternos para transformar a sociedade e, por conseguinte, assumiu na linguagem política uma conotação progressista, entretanto no neoliberalismo assumiu outra conotação, não

havendo espaço para o aprofundamento dos direitos sociais, ainda que limitados, mas o que se processa é a eliminação de direitos, desconstrução e negação das reformas já conquistadas pelas classes subalternas e consumadas no *Welfare State* (COUTINHO, 2012).

Para Nóbrega (2013), uma das características da cultura política contemporânea, hegemônica e conservadora, é a resignificação de termos e expressões, como o caso da palavra “reforma”, que, ao longo do século XX, significou instauração ou ampliação de direitos, agora é empregada para justificar o desmonte dos direitos conquistados.

Nesta mesma linha argumentativa, Behring e Boschetti (2011), destacam o uso indevido do termo reforma pelos neoliberais, pois esta palavra é apropriada às ações de contestação do capital. Entretanto percebe-se que:

se está diante de uma apropriação indébita e fortemente ideológica da ideia reformista, a qual é destituída de seu conteúdo progressista e submetida ao uso pragmático, como se qualquer mudança significasse uma reforma, não importando seu sentido, suas consequências sociais e direção sociopolítica (BEHRING, 2003, p.128).

O termo utilizado, que cabe perfeitamente nas ações do governo neoliberal, é o termo contrarreforma. Assim, a contrarreforma do Estado é antes uma estratégia política, econômica e cultural do capital visando sua reestruturação diante do quadro de crise. De acordo com Behring e Boschetti (2011, p. 147), “os anos 1990 até os dias atuais têm sido de contrarreforma do Estado e de obstacularização e/ou redirecionamento das conquistas de 1988”.

Após a eleição do presidente FHC, o governo brasileiro colocou em prática a contrarreforma do Estado, com ênfase especial nas privatizações. Passou a propagar o discurso de que a Constituição Federal de 1988 estaria ultrapassada, e que era necessária uma modernização. Assim,

Reformando-se o Estado, com ênfase especial nas privatizações e na previdência social, e, acima de tudo, desprezando as conquistas de 1988 no terreno da seguridade social e outros – a carta constitucional era vista como perdulária e atrasada –, estaria aberto o caminho para o novo “projeto de modernidade” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 148).

Logo, no Brasil, o marco da contrarreforma estatal é o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDARE), orientado pelos postulados do Consenso de

Washington. Bresser Pereira, ao assumir o Ministério da Administração e da Reforma do Estado (MARE), em 1995, formulou este Plano, considerando que havia a necessidade de superar a administração pública burocrática, em prol de um modelo gerencial que tem como características a descentralização, a eficiência, o controle dos resultados, a redução dos custos e a produtividade. Propõem a criação de uma esfera pública não estatal, que exerça funções públicas, no entanto, obedecendo à lógica do mercado.

Bresser Pereira considera que a necessidade da reforma é fruto da crise do próprio Estado, “uma crise fiscal do Estado, uma crise do modo de intervenção do Estado no econômico e no social, e uma crise da forma burocrática de administrar o Estado” (PEREIRA, 1997, p. 9). Portanto, suas propostas sugerem não apenas reduzir as ações do Estado, mas modificá-lo e torná-lo mais eficiente, isto porque “não se trata mais de construir, mas de desconstruir o Estado” (NOGUEIRA, 1998, p. 16). A crise do Estado é justificativa para a redução dos gastos no âmbito social, acarretando o sucateamento dos serviços públicos, de modo que a iniciativa privada ganha legitimidade para assumir estes serviços como única solução para os problemas existentes. Diante destes aspectos, ocorreu o processo de redução e desburocratização do Estado, sob o argumento da formação de parcerias como via de modernização deste, com a justificativa de ampliar e melhorar a qualidade dos serviços sociais direcionados à comunidade.

As políticas sociais transformaram-se em ações pontuais e compensatórias, visto que a “reforma” sugerida favorecia os interesses do mercado. Nesta lógica, reafirmou o trinômio do ideário neoliberal para as políticas sociais: privatização, focalização e descentralização (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Outro aspecto importante no processo de contrarreforma do Estado foi à criação do Programa Nacional de Publicização, por Bresser Pereira em 1997, reforçando o Plano Diretor que já havia instituído a diminuição das ações do Estado. Tal programa deu origem às Agências Executivas e as Organizações Sociais (OSs). Assim a reconstrução do Estado se daria por via de contratação e/ou repasse de responsabilidades na área social às OSs. Desse modo, a gestão dos serviços públicos foi transferida para a sociedade civil e/ou entidades públicas não estatais, de modo que o poder executivo passasse apenas a subsidiar, assegurando-lhes, porém, autonomia administrativa e financeira, o que na verdade configurou-se como “uma verdadeira privatização de serviços sociais e de parte dos fundos públicos. Esta

estratégia de ‘publicização’ orienta-se numa perspectiva, na verdade, desuniversalizante, contributivista e não constitutiva de direito das políticas sociais” (MONTAÑO, 2002, p. 46).

As privatizações, segundo Behring e Boschetti (2011, p.152-153), são justificadas como forma de “atrair capitais, reduzindo a dívida externa; reduzir a dívida interna; obter preços mais baixos para os consumidores; melhorar a qualidade dos serviços; e atingir a eficiência econômica das empresas, que estariam sendo ineficientes nas mãos do Estado”. No que concerne à focalização, as políticas sociais passaram a ser direcionadas a grupos específicos da população, restando os serviços privados para os que possuem renda, com qualidade adequada ao seu poder aquisitivo, e políticas sociais estatais ou filantrópicas, sem garantias de direito e repassadas como doação, para os que não possuem condições de pagar (GIAQUETO, 2010).

O princípio constitucional da descentralização entendida como o compartilhamento de poder entre os entes federativos, passou a ser direcionado pelo governo como uma transferência de responsabilidades, iniciando uma tendência de desresponsabilização com a política social por parte do Estado. Neste sentido,

A descentralização é compreendida não como partilhamento de poder entre as esferas públicas, mas como mera transferência de responsabilidades para entes da federação ou para instituições privadas e novas modalidades jurídico-institucionais correlatas, componente fundamental da “reforma” e das orientações dos organismos internacionais para a proteção social (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 156).

Todas estas medidas direcionadas ao objetivo de “reforma” do Estado compromete a possibilidade de avanços das políticas sociais, além de destruir as frágeis conquistas democráticas assinaladas na Constituição Federal de 1988, temos assim ao longo dos anos que se seguem a retirada gradativa de direitos. Todo esse processo nos permite destacar que a propagada “reforma” é admitida com o intuito de manter a ordem estabelecida, de forma a inalterar a lógica de acumulação do capital. Mézáros (2008) ao tratar das “reformas” propostas no interior do sistema capitalista afirma que estas são funcionais e acabam por legitimar os interesses do próprio capital, isto porque o capitalismo é irreformável e incorrigível. O capitalismo mesmo com “reformas” mantém sua essência, sendo necessárias mudanças na estrutura social.

As ações do Estado por meio da adoção do neoliberalismo geraram consequências devastadoras para todas as políticas sociais transformando-as em ações pontuais e compensatórias, nesta lógica a política educacional brasileira também, passou a sofrer inflexões da contrarreforma do Estado. A década de 1990 também foi marcada pelo aprofundamento de uma crise no ensino superior brasileiro, como afirma Lima (2013, p. 07), crise “gerada pelas alterações na configuração da luta de classes e da dominação imperialista que exigia a privatização de setores estratégicos do país, entre esses, a educação”.

Com base nas argumentações de Lima (2013), a educação constitui-se como política internacional de segurança do capital, estratégica para a reprodução e difusão do projeto burguês. Desse modo, o capital impõe novas configurações no âmbito educacional, de modo a garantir a prevalência da educação privada sobre a pública. Expandem-se vagas, principalmente no setor privado, legitimada pela abertura do Estado para o capital, bem como pela sua desresponsabilização com as políticas sociais. Essa expansão responde às exigências do capital de subordinação da ciência a lógica do mercado; da criação de novas áreas de lucratividade e da obtenção de consenso em torno do seu projeto de sociabilidade.

Assim, entende-se que o ensino superior brasileiro atualmente está marcado pelo aprofundamento de uma crise, que acarreta, dentre outros, o desmonte da educação, está inserido no projeto de contrarreforma do Estado, o qual submete a política de educação superior à lógica do mercado, prevalecendo em seu interior, a privatização do ensino, o desfinanciamento e a desobrigação do Estado para com as instituições públicas de ensino superior e o direcionamento da produção de conhecimento voltada às demandas do mercado, o que será discutido no próximo item.

3.1.1 A contrarreforma do ensino superior no Brasil e suas repercussões para a pós-graduação e a produção de conhecimento teórico

No capitalismo contemporâneo a educação se consolidou como um negócio lucrativo para o grande capital. A classe dominante concebe a educação como mais um meio de acumular capital e principalmente como uma forma de criar um consenso que favoreça a sua própria reprodução. Nas palavras de Mészáros (2008, p. 35):

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente imposta.

Na era do capital a educação exerce um papel essencial, que é o de conformar os indivíduos às necessidades do capitalismo, ao ponto que estes entendam tal processo como algo natural. A educação tornou-se uma peça importante para o funcionamento do capital, possibilitando acumulação, estabelecendo um consenso para sua própria produção e reprodução e internalizando conhecimentos e valores culturais próprios da burguesia.

A mercantilização da educação fortalece o modo de produção capitalista ao mesmo tempo em que robustece o desmonte do estado, na medida em que retira a concepção de educação como direito social e a transforma em mercadoria, pois:

No reino do capital, a educação é ela mesma, uma mercadoria. Daí a crise do sistema público de ensino, pressionado pelas demandas do capital e pelo esmagamento dos cortes de recursos dos orçamentos públicos. Talvez nada exemplifique melhor o universo instaurado pelo neoliberalismo, em que “tudo se vende, tudo se compra”, “tudo tem preço”, do que a mercantilização da educação. Uma sociedade que impede a emancipação só pode transformar os espaços educacionais em *shopping centers*, funcionais à sua lógica do consumo e do lucro (SADER, 2008, p. 16).

O enfraquecimento da educação pública paralelo ao crescimento do sistema educacional privado e, portanto, a mercantilização do ensino no Brasil, alcançou seu ápice com a adoção do neoliberalismo. Entretanto, a educação e principalmente o ensino superior no Brasil é historicamente marcado pela transferência de fundo público para o capital privado. Seguindo uma lógica estruturante de comercialização de direitos a política de educação é pensada sob um viés elitista, que reforça a manutenção da dominação de uma classe social sobre a outra. Autores como Fernandes (1975) e Cunha (1980) apontam em suas obras essa particularidade da educação no nosso país.

Segundo Cunha (1980), a universidade no Brasil nasceu a partir da demanda da classe burguesa brasileira, em um contexto de dependência político, econômica, social, e ideológica, de países centrais, dominantes economicamente. Foram criados

cursos e academias destinados a formar profissionais para o Estado, e especialistas para produção de bens para consumo da classe dominante. O autor ressalta que desde o seu início, no período Colonial até o Estado Novo, a universidade esteve ligada aos interesses de grupos políticos dominantes.

Nesta mesma linha argumentativa, Florestan Fernandes (1975) destaca a relação entre o desenvolvimento de um capitalismo dependente no Brasil e o papel que a educação superior desempenha nesses países dependentes. A institucionalização tardia da universidade no país, revela o atraso do desenvolvimento das forças produtivas e a condição de dependência do país. Nesse contexto, a expansão do acesso à educação passou a ser uma exigência do próprio capital, que precisava de mão de obra qualificada, assim, a burguesia fez dessa necessidade uma forma de difundir seu domínio sob o discurso da inclusão. Esse processo foi historicamente confrontado pela pressão de professores, estudantes e movimentos sociais que lutavam pela democratização das universidades e, portanto, por uma reforma universitária. A partir dessas reivindicações, a burguesia tomou para si a tarefa de conduzir esse processo e “ao tomar uma bandeira que não era e não poderia ser sua, corrompeu a imagem da reforma universitária e moldou-a a sua feição” (FERNANDES, 1975, p. 167). Nos termos do referido autor, o que ocorreu foi uma “reforma universitária consentida”. Assim, desde os primórdios a estruturação e expansão do ensino superior no país foram marcadas pela elitização e mercantilização através do estímulo do Estado ao setor privado, contribuindo para a manutenção do padrão dependente de educação superior.

A contrarreforma que ora vem sendo processada no ensino superior no país, iniciou-se ainda no período da ditadura militar. O golpe militar de 1964 impactou os rumos da universidade brasileira, isso se fez através da intervenção violenta nos campi universitários, afastamento compulsório de professores e a expulsão de estudantes, repressão e desarticulação do movimento estudantil. Contraditoriamente vieram os investimentos e a expansão do ensino superior, a consolidação das universidades públicas, com a institucionalização da carreira docente e a implantação definitiva da pós-graduação, que possibilitou o desenvolvimento da pesquisa e a qualificação dos docentes (MENDONÇA, 2000).

A política adotada intensificou o processo de privatização da educação superior e a expansão descontrolada de instituições privadas. As universidades que foram criadas ainda sob o contexto ditatorial agiam como braço do Estado no controle e

censura do pensamento crítico, tinham ainda o objetivo de limitar o acesso ao saber, além de responder às demandas do capital (CHAUÍ, 2001). Essas características aprofundaram-se com o neoliberalismo, tornando-se também uma estratégia de saída da crise estrutural do capital.

O avanço das forças democráticas no país e, por conseguinte a promulgação da Constituição Federal de 1988 viabilizou significativas transformações e consolidou direitos sociais. Em relação à universidade, o texto constitucional consolida o princípio da autonomia universitária, afirmando em seu artigo 207: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988). No entanto, embora a referida Constituição reafirme a autonomia das universidades, observam-se diversas investidas contra este princípio constitucional desde os anos de 1990, com a expansão do ensino superior privado e a proposta de reforma do Estado.

Desde seu início, a universidade se constitui enquanto instituição social, autônoma perante outras instituições, estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores. Para Chauí (2003) a universidade moderna fundou-se na conquista da autonomia do saber perante a religião e o Estado, “portanto, na ideia de um conhecimento guiado por sua própria lógica, por necessidades imanentes a ele, tanto do ponto de vista de sua invenção ou descoberta como de sua transmissão” (CHAUÍ, 2003, p. 5). A autonomia se constitui em um valor central para a universidade, uma condição para a sua legitimidade científica, possibilita a liberdade de cátedra, a pesquisa livre, a gestão democrática e o protagonismo estudantil. “Sem real autonomia, as condições para a produção do conhecimento objetivo podem ser comprometidas em virtude de influências ilegítimas sobre as pesquisas” (LEHER, 2019a, p. 208,).

Chauí (2003), em seus estudos considera que a universidade clássica voltada para o conhecimento passou à condição de instituição, tornou-se universidade funcional, voltada para formação de profissionais qualificados para o mercado de trabalho; depois, universidade de resultados, caracterizada pela expansão do ensino superior privado e das pesquisas direcionadas para os interesses das empresas; e atualmente vivencia a fase de universidade operacional, voltada para si mesmo enquanto estrutura de gestão e de contratos. Tais transformações acompanham as mudanças da sociedade e do capital. Assim, de acordo com a autora a universidade

deixou de ser uma instituição social e passou a ser uma organização prestadora de serviços, na qual a eficácia é mensurada em termos da gestão de recursos e estratégias de desempenho, e a qualidade passa a ser definida a partir dos critérios da produtividade. Nesse contexto, a autonomia universitária se reduz a gestão de receitas e despesas.

Com o processo de flexibilização que invade todas as esferas da vida em sociedade, o trabalho docente assume novas configurações, tem-se, sobretudo, a implantação de contratos flexíveis, precários, temporários, gerando a supressão do regime único de trabalho, do concurso público e da dedicação exclusiva, ademais os currículos de graduação e pós-graduação são adaptados às demandas empresariais separando docência e pesquisa, docência para a universidade e pesquisa para centros autônomos (NÓBREGA, 2013). Essas transformações refletem em toda estrutura da universidade, no trabalho docente, na formação, bem como na produção de conhecimento. A universidade não se limita apenas a compartilhar conhecimentos, antes se constitui num emaranhado de relações de poder, de luta econômica e de posições ideológicas.

Assim, a contrarreforma da educação aprofundada na década de 1990, se apresenta como desdobramento da contrarreforma estatal brasileira e expressa a necessidade do capital ampliar sua participação no campo educacional. Nesta perspectiva, a contrarreforma da política de educação superior brasileira segue as orientações dos organismos internacionais, como o Banco Mundial (BM)¹⁴, a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), os quais passaram a delinear as políticas sociais na América Latina, estabelecendo novos padrões de regulação social. Essas orientações materializam-se em “ajustes fiscais, que o Estado nacional implementa com o discurso de desenvolvimento social e em nome da propalada globalização. Em contrapartida, tais ajustes – intitulados “reformas” – são funcionais à lógica do mercado” (ANTUNES; LEMOS, 2018, p.14).

Sabe-se que as principais medidas governamentais para a realização de reformas educacionais resultam da influência do BM. Em sua condição de principal

¹⁴ Criado em meio à Segunda Guerra Mundial, o Banco Mundial vem crescendo desde então e diversificando sua área de atuação, abarcando, além de infraestrutura e energia, também gestão pública, política econômica, educação, saúde, habitação, meio ambiente e reconstrução nacional pós-conflito (PEREIRA, 2014).

organismo internacional de financiamento de políticas educacionais, as reformas promovidas pelo BM são baseadas nos critérios de rentabilidade econômica, questões como direito à educação, igualdade e democratização, não são apresentadas em suas metas e orientações (VIOR; CERRUTI, 2014). O BM recomenda que os governos dos países latino-americanos abandonem a perspectiva da universalização da educação como direito do cidadão e dever do Estado e priorizem ações focalizadas com apoio da sociedade civil.

O BM se consagrou como um importante ator político, intelectual e financeiro, devido à sua capacidade de articular ideias e políticas para o desenvolvimento capitalista. Com o propósito de se apresentar como voz autorizada no assunto, o Banco vem difundindo, ao longo do tempo, vários documentos com diagnósticos e orientações, em nível global, regional e por país, relativos à educação (PEREIRA, 2014).

Vale destacar que foi apenas nos anos de 1960, que o BM começou a destinar financiamento à área da educação, a instituição foi alterando seu discurso, ora vinculando a educação à formação de mão de obra; combate à pobreza e controle demográfico, ora ao desenvolvimento humano, porém em nenhum momento, tratando-a como um direito social (MELLO, 2014).

Segundo Pronko (2014, p.91),

A criação de um Departamento de Educação dentro do BM na década de 1960 e a contratação de profissionais da educação para fazerem parte do mesmo na década seguinte balizaram o desenvolvimento dos primeiros documentos específicos para a área e a progressiva consolidação do BM como uma agência importante para a orientação de políticas educacionais nos países em desenvolvimento

Na década de 1990, contexto expressivo de contrarreformas, o BM se tornou o principal organismo internacional a coordenar ações no campo educacional e o Brasil um dos seus principais clientes. Segundo Mello (2014), os empréstimos realizados pelo Brasil para a educação alcançaram cifras altíssimas, na década anterior girava em torno de 2%, nos anos de 1990 os projetos para a educação passaram a totalizar 22,1% dos financiamentos do BM para o Brasil. As medidas adotadas pelo governo de FHC convergiam com as ideias do BM, o PDARE expressa à materialização das orientações postas pelo BM ao governo brasileiro, a reforma do Estado, definida no

documento em suas orientações estratégicas, é posta como a única opção dos países para se adequarem às novas condições mundiais (PRONKO, 2014).

Especificamente sobre a política de educação no governo FHC, observa-se que a prioridade dos investimentos, para o setor educacional, foi direcionada ao ensino fundamental, seguindo as orientações do documento intitulado *Prioridades y Estratégias para la Educación*. Este documento trata a educação como política social de alívio a pobreza dos países considerados em desenvolvimento, como o Brasil. Nesse documento o BM propõe iniciativas defendendo a focalização do Estado nas primeiras séries do Ensino Fundamental e orientando a privatização dos demais níveis de ensino, como é o caso do Ensino Superior (BANCO MUNDIAL, 1996). No tocante a políticas para a educação superior, mesmo sem o financiamento direto do BM, as ideias também convergiam, o discurso predominante era de que o sistema de ensino superior estava em crise (MELLO, 2014).

Para legitimar uma reforma mais ampla o governo FHC, encomendou ao BM uma análise da educação superior no país, Mello (2014) destaca que nas conclusões, o BM parabeniza os esforços do governo na reforma do sistema educacional; elogia o progresso na diversificação dos tipos de instituição e de cursos, que devem continuar para seguir aumentando a matrícula no ensino superior. Na avaliação final conclui que, o maior problema do setor público seria a estrutura de contratação, promoção e demissão dos professores e funcionários das instituições públicas.

Segundo Mota Júnior (2019, p. 215), documentos como *La enseñanza superior. Las lecciones derivadas de la experiencia*, publicados em 1994 pelo BM, e em 1999 “Estratégia para o Setor Educacional - Documento Estratégico do Banco Mundial: a Educação na América Latina e Caribe”, nortearam as políticas do governo FHC,

A base teórica destes documentos (a teoria do capital humano) e suas diretrizes centrais (diferenciação institucional, diversificação das fontes de financiamento, estreitamento das parcerias público-privadas, mercantilização do conhecimento) foram adotadas pelo MEC com bastante vigor (MOTA JUNIOR, 2019, p. 215).

Sob o governo de FHC o Brasil viveu anos de estagnação no tocante ao processo de expansão das universidades públicas. Entretanto, no setor privado houve um considerável crescimento de universidades e centros universitários. Todo esse crescimento “fez-se com a complacência governamental diante da qualidade insuficiente do ensino ministrado nas instituições privadas e até mesmo com o

benefício do credenciamento acadêmico e do crédito financeiro” (CUNHA, 2003, p. 58). Enquanto as Instituições de Ensino Superior (IES) Federais sofreram com a falta de recursos, as IES privadas receberam muitos benefícios e investimentos, nos fazendo, assim, concordar com a afirmação de Cunha (2003) de que o sucateamento das IES públicas corresponde a um “intento deliberado” do governo FHC.

A política de ensino superior brasileira no governo de FCH, esteve alinhada com os preceitos neoliberais, implementando a contrarreforma do ensino superior sob a lógica da contrarreforma do Estado, retirando a educação do âmbito do direito para o âmbito do mercado, portanto,

A Reforma do Ensino Superior do Governo FHC de forte marca economicista e privatista retira a educação da esfera dos direitos e a coloca como um serviço disponível no mercado. A educação sai da esfera do público e volta-se para a esfera do privado. Ao sair do âmbito dos direitos, legalmente pela reforma do Estado, entra para a esfera dos serviços não exclusivos do Estado, assim como ocorre com a Saúde e a Previdência Social (ABRAMIDES, 2012, p. 13).

A contrarreforma da educação superior é apontada por Netto (2000), como desdobramento da contrarreforma estatal brasileira. Nesse sentido, o autor destaca alguns pontos essenciais da contrarreforma da educação: há o favorecimento à expansão da privatização no ensino superior, já iniciada com a ditadura e inovada no governo FHC; separação da relação ensino, pesquisa e extensão, alterando, assim, a concepção e o significado da universidade, bem como extinguindo seu caráter universalista; subordinação da atividade acadêmica às demandas do mercado; e redução do grau da autonomia universitária, conseqüentemente, redução da autonomia docente, via flexibilização da carreira docente e da lógica da organização social, em detrimento da concepção de instituição universitária.

Portanto, para Netto (2000), as reformas implementadas pelo estado brasileiro na educação, orientadas pelos organismos internacionais do capital, envolve traços que já são conhecidos, como exemplo, o favorecimento à expansão da educação privada. Entretanto, nesse contexto, se destaca o interesse do mercado, pela pós-graduação, que passa a vivenciar a lógica mercantilista, pragmática e instrumental, com a finalidade de responder às necessidades do capital.

Nessa trilha argumentativa, quanto ao projeto neoliberal para a educação superior brasileira, Lima e Pereira (2009) argumentam:

O projeto neoliberal para a universidade brasileira é claro e articula três núcleos básicos: (i) em relação ao projeto político pedagógico, operacionaliza a redução das universidades públicas a “escolões de terceiro grau” através da destituição da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, especialmente para as áreas de humanas e ciências sociais aplicadas; (ii) em relação ao financiamento da política de educação superior ocorre o estímulo à privatização interna das instituições públicas e o aumento, tanto da isenção fiscal para os empresários da educação superior, como do número de IES privadas e; (iii) em relação ao trabalho docente, evidencia-se um aprofundamento da precarização das condições salariais e de trabalho, estimulado pela lógica produtivista e da competição pelas verbas dos órgãos de fomento (p. 36).

Neste contexto, observa-se dois projetos antagônicos de universidade em disputa, um que defende uma universidade pública, plural e democrática, sustentada no tripé ensino, pesquisa e extensão, assegurando liberdade didática, científica e administrativa no processo de produção de conhecimento. E, o outro projeto, alinhado ao projeto neoliberal, buscando imprimir uma lógica mercantil e empresarial à universidade, subordinando a produção de conhecimento aos interesses do capital (IAMAMOTO, 2000). Este último ganha força com as diversas medidas adotadas pelo Estado brasileiro, a partir de leis que facilitam a entrada da iniciativa privada no campo educacional.

O processo de entrada da iniciativa privada na política educacional, foi impulsionado pela aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Para Iamamoto (2000, p. 35), “a mais ampla e profunda reforma do ensino superior no Brasil, após a ditadura, tem seu arcabouço legal na polêmica Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394 de 20/12/1996”. Com a LDB o processo de mercantilização do ensino é regulamentado, a partir de sua criação é possível observar profundas alterações na política educacional brasileira, principalmente no ensino superior, a referida Lei se constitui como um marco importante no processo de mercantilização da educação superior. Nas palavras de Netto (2000, p. 26) “o desenho que está na LDB é a explícita incorporação da lógica gerencial capitalista da relação custo-benefício”.

Com essa mesma perspectiva, Abramides (2012, p. 13) enfatiza que a LDB, “ao corroer e destruir o ensino público, laico, gratuito, universal e presencial, introduz: ‘a flexibilização, a qualidade e a avaliação’”, esses se apresentam da seguinte forma:

a. “Flexibilização” que significa eliminar o regime único de trabalho, adaptar os currículos da graduação e da pós-graduação às demandas impostas pelo mercado, separar docência da pesquisa, vincular e subordinar a pesquisa e

a extensão à política de mercado e não às necessidades da realidade social; b. “Qualidade” que pressupõe atender as necessidades da modernização econômica do desenvolvimento capitalista com padrões de produtividade, não importando o que, o como e para que se produz, sob a lógica racional instrumental de resultados; c. “Avaliação” pela quebra da autonomia universitária por meio do “provão” ranqueado no Governo FHC e ENADE, nos governos Lula e Dilma aos estudantes e avaliação institucional e de curso meritocrática e externa; quebra do princípio constitucional da gratuidade do ensino pelo ensino privado nos cursos de extensão e muitos pós nas universidades públicas; quebra da autonomia na produção do conhecimento e de negação da teoria por intermédio de um conhecimento meramente instrumental (ABRAMIDES, 2012, p.13).

A elaboração e implementação da LDB “expressa à correlação de forças políticas no âmbito das relações entre o Estado e a sociedade no país, no marco das “políticas de ajuste” de raiz neoliberal, preconizadas pelos organismos internacionais” (IAMAMOTO, 2000, p.35). Sua regulamentação proporcionou amparo legal para expansão do setor privado, desqualificando a universidade pública em conformidade com o ideário neoliberal, viabilizando toda uma lógica de contrarreformas e desmontes no ensino superior. Ainda em relação a LDB, lamamoto (2000, p 36) afirma:

A regulamentação da LDB tem se dado por meio de um acervo de medidas legais, originárias do Executivo, e, mais especificamente, do Ministério da Educação e do Desporto (MEC) e de seu órgão assessor, o Conselho Nacional de Educação (CNE). Materializa-se em um conjunto de iniciativas e de instrumentos jurídicos – leis, medidas provisórias, decretos, emendas constitucionais, resoluções e pareceres –, que, silenciosamente, vem realizando uma verdadeira reforma da universidade brasileira. Ou melhor, vem criando as bases para a disseminação de um outro projeto de universidade, parametrado pelas leis de mercado e critérios de avaliação a eles atinentes, em luta com o padrão historicamente instituído na universidade brasileira, inspirado em modelos europeus.

Desse modo, a contrarreforma da educação superior no Brasil, conduzida por FHC se constituiu como uma política de governo, alinhada com as reformas estruturais orientadas pelos organismos internacionais do grande capital. Resultou na expansão de cursos e vagas no ensino superior, particularmente na esfera privada e na implementação de novas modalidades de ensino, com destaque para o Ensino a Distância (EAD)¹⁵. O EAD é um ponto central da contrarreforma do ensino superior, regulamentado pela LDB, que em seu artigo descreve “o Poder Público incentivará o

¹⁵ O conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS e a ENESSO se posicionaram contrário a modalidade de ensino à distância. Através do documento intitulado *A incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social*, com volume 1 e 2, lançam luz sobre a precarização da educação superior brasileira, destacando o ensino à distância e apresenta a precária situação da oferta dessa modalidade de ensino no país.

desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada” (BRASIL, 1996). Esta modalidade de ensino vem crescendo no país, sendo ofertado pelo setor público, com o enfoque maior nas licenciaturas, bem como pelo setor privado, que além das licenciaturas, oferta cursos, geralmente, concentrados na área de Humanidades (PEREIRA, 2009). Assim, assistimos o desmonte das universidades públicas e o gradativo incentivo às IES de natureza privada.

A ofensiva capitalista no mercado da educação superior segue o seu fluxo, a presença do setor privado mantém-se predominante a base de dados oficial dos cursos e IES do MEC informa a existência de 3.123 IES em atividade no Brasil, 2.839 são privadas e apenas 284 são públicas. No âmbito do Serviço Social, o Brasil conta com 666 cursos de graduação em atividade. Desse universo, 567 são presenciais, sendo 65 de natureza pública e 501 de natureza privada. Os cursos ofertados na modalidade EAD totalizam 100 cursos, ressaltamos que estes são todos de natureza privada¹⁶ ofertados por grandes oligopólios educacionais.

De acordo com o Senso da Educação Superior, em 2019, a matrícula, na rede pública, cresceu 0,1% enquanto que na rede privada o crescimento foi de 2,4%. A rede de ensino privada conta com mais de 6,5 milhões de alunos, o que equivale a 75,8% do total de alunos da educação superior, ou seja, de cada 4 estudantes de graduação, 3 são de instituição privada. Desde o ano de 2016 observa-se uma diminuição no número de matrículas em cursos presenciais na rede privada de ensino superior, em contrapartida há um progressivo crescimento nas matrículas dos cursos EAD (INEP, 2020).

No tocante a modalidade de ensino a distância Antunes e Lemos (2018, p. 25-26) argumentam:

A EAD demonstra grande eficiência, considerando que engendra ideias falaciosas de que os e as trabalhadoras estão tendo acesso igualitário ao âmbito do ensino superior. O investimento nesta modalidade de ensino, que integra as “reformas” educacionais, corresponde também a uma das estratégias da ordem do capital de não permitir a construção de uma subjetividade que cogite a transformação radical da sociedade, uma vez que aparenta a inclusão das classes de trabalhadores ao ensino superior e alimenta a esperança da mobilidade social.

¹⁶ Dados disponíveis em: <<http://emec.mec.gov.br/>> Acesso em: 20 Set. 2019.

Vale ressaltar que a EAD tem relação direta com a falta de possibilidade de escolhas do cidadão, visto que, na particularidade brasileira, a falta de vagas nas universidades públicas, contribui para disseminar o discurso mistificador de que a expansão do ensino superior privado, especialmente a EAD, corresponde a democratização do acesso ao ensino superior (ANTUNES; LEMOS, 2018).

Nos anos 2000, as expectativas estavam direcionadas para o governo de Luís Inácio Lula da Silva, um marco na política brasileira, pois, pela primeira vez o Brasil elegeu “um representante da classe operária brasileira com forte experiência de organização política” (BRAZ, 2004). Esperava-se o fortalecimento das políticas sociais e no âmbito educacional a possibilidade de mudanças na política de estímulo à criação de IES privadas por parte do Estado e de transformações na lógica de privatização das IES públicas. Entretanto, é notório que o governo Lula deu continuidade, aprofundando e expandindo o processo de contrarreforma da educação superior em curso desde o governo FHC.

Logo, na primeira década dos anos 2000 houve uma intensa reformulação na educação superior em nosso país, advindas de um conjunto de leis, decretos e medidas provisórias, as quais ampliaram a mercantilização e intensificaram as privatizações na área da educação superior. Entre as várias ações do governo Lula da Silva, Lima e Pereira (2009, p. 37) destacam:

elaborou o documento Bases para o Enfrentamento da Crise Emergencial das Universidades Federais e Roteiro para a Reforma Universitária Brasileira; [...] institui o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior - SINAPES; [...] elaborou o documento *Reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior*; a promulgação da Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, instituindo o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES; a divulgação do Decreto Presidencial 5.205 de 14 de setembro de 2004 que regulamenta as parcerias entre as universidades federais e as fundações de direito privado; a instituição do Programa Universidade para Todos – ProUni [...]; a Lei de Parceria Público-Privada Nº 11.079 de 30 de dezembro de 2004; as várias versões do anteprojetos de lei da reforma da educação superior e o encaminhamento em 2006 ao Congresso Nacional do PL 7.200/06 que trata da Reforma da Educação Superior; a criação em 2006 da Universidade Aberta do Brasil, e, mais recentemente (2007) o Decreto Presidencial de criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais REUNI [...].

A mercantilização do ensino ganhou um novo folego nesta década, com o Protocolo de Bolonha, o qual incorporou recomendações do BM e da OMC. O protocolo provocou “uma alteração estrutural do ensino superior na direção do seu aligeiramento, competitividade e sujeição às demandas do mercado” (BOSCHETTI,

2016, p. 16). Ainda, segundo a citada autora, muitas das tendências contidas no Protocolo de Bolonha, já se faziam presentes no ensino superior brasileiro desde os anos de 1990 com a LDB. Porém, a entrada do Brasil no Fórum Político de Bolonha em 2009 agudizou a incorporação dessas recomendações no processo de contrarreforma do ensino superior brasileiro.

Diante desse novo cenário político e econômico um enorme mercado se abriu para o setor privado que experimentou uma acelerada concentração, com grandes aquisições sob o controle do capital financeiro. As universidades públicas foram assumindo a função de suporte e de apoio ao padrão de acumulação capitalista. Os governos progressistas não foram capazes de romper com os pilares da política econômica neoliberal e, assim, a mercantilização da educação seguiu rendendo grande lucratividade às corporações educacionais a partir dos repasses de recursos do fundo público para os grupos econômicos.

Sem dúvidas, essa lucratividade com a mercantilização da educação foi garantida e impulsionada com o uso do fundo público, como ressalta Leher (2019b) através do Programa Universidade para Todos (PROUNI) o governo repassava verbas, por meio de isenções tributárias para o setor educacional privado, com fins lucrativos, e pelo deslocamento de recursos públicos para as instituições privadas por intermédio do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). O apoio declarado às instituições privadas por parte do Ministério da Educação e Cultura (MEC) pode ser observado, na prioridade que este conferiu às instituições que acessavam os recursos do FIEIS através do PROUNI (LEHER, 2019b).

O processo de mercantilização do ensino superior, que subsidia a expansão privada em detrimento do ensino público, é apontado por Brandão (2013, p. 13) como uma das consequências mais danosas do processo de contrarreforma da educação, pois gera também a mercantilização das atividades de pesquisa e a consequente privatização dos conhecimentos dela resultante, uma vez que “a pesquisa é desenvolvida como em uma grande linha de produção, a partir de padrões rigorosos de tempo e qualidade, tendo em vista garantirem os interesses do cliente contratante dos serviços” (BRANDÃO, 2013, p. 82).

Nesta mesma trilha argumentativa, Boschetti (2016, p. 18) destaca que a mercantilização da educação superior empobrece o ensino e à medida que elimina a pesquisa e a extensão de suas funções precípuas, atinge frontalmente a produção de conhecimento, visto que, “restringe o sentido de espaço de produção autônomo de

pesquisa e produção de conhecimento e amplia o sentido de usina de produção e titulação”.

Como já dito anteriormente, os governos ditos de esquerda, não abandonaram o receituário neoliberal, antes aprofundaram. Assim, as estratégias do governo para a educação através das parcerias público-privadas e dos contratos de gestão aumentaram as privatizações no ensino superior, tudo isto, diretamente influenciadas pela relação do governo brasileiro com o BM, a qual não chegou ao fim com o governo de FHC, pelo contrário, foram fortalecidas e continuaram nas gestões de Lula e Dilma, ambos filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT). Neste sentido, Mello (2014) destaca como uma forte característica do BM a sua capacidade adaptativa que reestrutura estratégias e discursos, no intuito de influenciar nas mais diferentes áreas e temáticas, e, assim, encontra interlocução, por vezes com interlocutores mais à esquerda no espectro político.

Os governos petistas de Lula da Silva e Dilma Rousseff demarca a segunda fase do neoliberalismo no país, buscou democratizar o acesso por meio da ampliação da rede pública e a regulação do ensino superior privado, o que possibilitou a entrada da população mais pobre no ensino superior. Ademais, incrementou o financiamento das universidades federais, no que se refere à ampliação de custeio e manutenção e, principalmente, no tocante a política de expansão e interiorização das instituições federais, por meio da criação de novas universidades federais; da expansão e transformação dos Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) em Institutos Federais (IFs); a criação de novos cursos e a consolidação dessa dinâmica expansionista por meio do REUNI (DOURADO, 2013).

No entanto, as políticas educacionais implantadas apresentaram inúmeras contradições, haja vista que a educação brasileira permaneceu orientada pelos princípios neoliberais. Os referidos governos, adotando uma política de expansão, com um discurso de democratização do acesso à educação superior, a partir da interiorização das IES e com o aumento significativo de cursos e de matrículas na modalidade EAD, fortaleceu a lógica do mercado na prestação dos serviços, aumentando o padrão dependente da educação superior brasileira (LIMA, 2007).

As orientações dos documentos do BM e as políticas priorizadas nos governos do PT demonstraram o processo de intensificação das contrarreformas neoliberais na educação superior. O que se viu nos governos do PT foi,

A estruturação de um tipo de universidade adequada à atual etapa de acumulação do capital, particularmente em um país capitalista dependente como o Brasil. Uma estruturação que transita da privatização direta, passando pelo novo modelo de gestão, introduzido pelo padrão gerencial e coroado com a quebra de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a mercantilização do conhecimento. Um processo que configurou a educação superior como um campo de exploração lucrativa para o capital em crise e aprofundou sua função política, econômica e ideocultural de reprodução da concepção burguesa de mundo (LIMA, 2011, p. 92).

Nesse sentido, as medidas adotadas ao longo dos anos, pelo Estado brasileiro, em convergência com as orientações do BM, reforçaram o projeto elitista, privatizante que privilegia o capital em detrimento da classe trabalhadora, numa perspectiva de manutenção e de aprofundamento de traços históricos do ensino superior brasileiro. Nas palavras de Cislighi (2019, p. 150), tem-se em curso “a subsunção total da educação aos ditames e às expectativas de lucro de investidores do mercado financeiro além da ampliação da exploração dos trabalhadores do setor por meio de ganhos de produtividade e redução de salários”.

O governo Dilma Rousseff, em linhas gerais, deu continuidade à política de Lula, realizando um duro ajuste fiscal, com medidas relacionadas ao seguro-desemprego e pensões, implicando em uma contrarreforma na previdência. Entretanto, as condições em que desenvolveu seu governo foram extremamente desfavoráveis, o que ocasionou implicações políticas e econômicas profundas, embora tenha favorecido em grande proporção o capital (BEHRING, 2018).

Em 2015 o governo Dilma Rousseff, através do seu Ministro da Fazenda Joaquim Levy, encomenda ao BM um estudo, com o objetivo de realizar uma análise aprofundada dos gastos do governo. O relatório em sua essência é de cunho político e corrobora com os desmontes das políticas sociais no Brasil, intensificadas após o Golpe de Estado de 2016. O documento do BM *Um Ajuste Justo: análise da eficiência e da equidade do gasto público no Brasil*, de novembro de 2017, apresentado aos ministros do governo de Michel Temer, expõe os gastos públicos brasileiros em diferentes áreas, entre elas a educação, aponta que os governos a nível federal; estadual e municipal, gastam mais do que podem, gastam mal, de forma ineficaz, pois, não cumprem seus objetivos. Dessa maneira, o BM defende nesse relatório Estado mínimo, focalização e seletividade nas políticas sociais.

Druck *et al.* (2017) em sua análise sobre a influência do BM no ensino superior brasileiro, chama atenção para o fato do BM em seu relatório não discutir o tema da dívida pública e do sistema tributário, o Documento apenas menciona tais temas

justificando o porquê de não os tratar e se concentra nas despesas sociais do Estado. Vale ressaltar que a dívida pública absorve mais de 40% do orçamento público. Com isso, os referidos autores acima citados atestam a contradição do BM ao denominar o Documento de “Ajuste justo” e não considerar como objeto de ajustes o sistema tributário e a dívida pública. Assim,

Nota-se, portanto, que o próprio documento desmente o seu título: como pode haver, mesmo assumindo a ótica enviesada do BIRD, “Um Ajuste Justo”, considerando-se que o caráter regressivo do sistema tributário e as obrigações com a dívida pública não são objetos desse ajuste? Na verdade, o objetivo dessa Instituição e o foco de seu estudo centram-se na proposição de que é preciso “rever as excessivas responsabilidades/obrigações” (sociais) do Estado brasileiro (DRUCK *et al.*, 2017, p. 604).

Na área da educação, a análise do BM desconsidera as especificidades do Brasil, um país de dimensões continental e de grandes desigualdades sociais. Desrespeita os princípios elencados na Constituição Federal de 1988 referentes às políticas públicas. No tocante ao ensino superior, o relatório considera que os gastos com esse são altamente ineficientes e regressivos, e que poderia haver uma economia em torno de 50%. Ainda, sugere a cobrança de mensalidades, acabando, assim, com a gratuidade do ensino nas universidades, além de um redirecionamento no acesso ao financiamento estudantil para o ensino superior através do programa FIES.

Segundo o relatório as despesas com o ensino superior são excessivas e ineficientes, o BM aponta que os gastos com os estudantes das universidades públicas são de duas a cinco vezes maiores que os gastos por estudantes em universidades privadas e que esse gasto é consideravelmente mais alto do que em outros países com renda *per capita* similar ao Brasil. Diante disso, propõe a redução do financiamento público e o pagamento de mensalidades pelos alunos, para, assim, tornar as universidades eficientes.

Esta análise do BM desconsidera a complexidade das universidades públicas, que têm como eixo fundamental o ensino, a pesquisa e a extensão, dispõem de laboratórios, museus, teatros, além dos hospitais universitários, no caso das universidades federais. Enquanto que as faculdades privadas se dedicam em sua grande maioria na oferta do ensino presencial e à distância (DRUCK *et al.*, 2017).

O estudo, ainda, afirma que os gastos com universidades federais beneficiam principalmente a população mais rica, seja custeando o ensino superior, seja

proporcionando um aumento futuro em sua renda. Para o BM, 65% dos alunos dessas instituições integram o grupo dos 40% mais ricos do país, enquanto que, 20% dos estudantes fazem parte dos 40% mais pobres. Entretanto, estudos como, por exemplo, o de Amaral (2017) mostra o perfil socioeconômico dos estudantes das universidades federais, segundo a renda bruta familiar em faixas salariais, em sua análise apenas 10% dos estudantes pertencem a famílias que têm renda acima de 10 salários mínimos, e 51,42% pertencem a famílias cuja faixa salarial é de até 3 salários mínimos. Portanto, os estudantes das universidades federais não pertencem à faixa de renda mais elevada da sociedade.

Neste sentido, Druck *et al.* (2017), critica a forma adotada pelo BM para definir pobreza e riqueza, para eles, “essa forma de o BIRD apresentar a realidade (“mais pobres” e “mais ricos”) obscurece, mais do que elucida, o verdadeiro perfil dos estudantes, pois não deixa explícito o nível de renda absoluto das famílias” (DRUCK *et al.*, 2017, p. 626).

O relatório, ainda, responsabiliza o funcionalismo público pela ineficiência dos gastos público no Brasil, nesta lógica culpabiliza os professores pelos altos custos de formação dos alunos. Destaca que “os professores universitários ganham muito acima dos padrões internacionais [...] têm direito a generosos planos previdenciários que estão muito além dos padrões internacionais” (BANCO MUNDIAL, 2017, p.127, 128). Assim, o BM propõe a suspensão de reajustes nas remunerações dos servidores.

O BM ao tecer suas análises e propor o estudo, prioriza os interesses do capital financeiro, ignora o contexto real do ensino superior público, com isso contribui para a destruição da universidade pública, gratuita, democrática e socialmente referenciada. O documento “um ajuste justo”, revela como o BM em nome da eficiência dos gastos públicos e dos ajustes fiscais com finalidade de equilibrar as contas, defende a retirada de direitos, a extinção do funcionalismo público e também dos serviços públicos, como por exemplo, no caso da educação, com a proposta de cobrar mensalidades nas universidades públicas brasileiras, e assim, acabar com a gratuidade do ensino superior.

A influência do BM a partir de suas orientações contribui para a subordinação da educação aos interesses do grande capital, compromete significativamente a qualidade do ensino superior, na medida em que desfinancia o ensino público, desvaloriza e desqualifica o exercício da docência universitária e quebra a indissociabilidade fundamental entre o ensino, pesquisa e extensão.

Em 2016, o agravamento da crise que eclodiu em 2008 nos países centrais, cujo impacto atingiu o Brasil alguns anos depois; juntamente com o fracasso da coalizão e tentativa de conciliação de classes por parte do PT; o crescimento de uma “onda conservadora” que impulsionou o retorno da oposição de Direita ao cenário político e o suporte da Operação Lava Jato, culminou no golpe parlamentar midiático da então Presidenta Dilma Rousseff (DEMIER, 2017).

Após o impeachment de Dilma Rousseff, Michel Temer assumiu o governo, inaugurando um novo momento de ataques intensos à classe trabalhadora, agravando o processo de desmonte das políticas sociais e do serviço público. Neste contexto, há um aprofundamento do neoliberalismo no Brasil, sendo considerado esse momento como sua terceira fase. Com o projeto “Uma ponte para o futuro”, Temer aprofundou um novo regime fiscal ultraliberal (BEHRING, 2019).

A política de educação foi seriamente comprometida através de Emendas Constitucionais (EC), a exemplos da EC de nº 93 e nº 95. A EC nº 95/2016 vem produzindo efeitos deletérios para as universidades, visto que congelou os gastos com saúde e educação por 20 anos, comprometendo diretamente a autonomia universitária, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o desenvolvimento e financiamento de pesquisas e de produção de conhecimento, além de prejudicar o desenvolvimento da pós-graduação (LUSA *et al.*, 2019). Segundo Leher (2019b), a EC 95/2016 alcançou todo o orçamento federal trazendo consequências catastróficas para a educação federal e para a área da ciência e tecnologia.

Para Behring (2019), a EC 95/2016 foi um elemento central no Novo Regime Fiscal ultraneoliberal cujas consequências refletem nos ataques recentes à educação e às políticas sociais. No caso da educação, tais ataques fazem parte da agenda da contrarreforma do Estado combinando “sua face econômica à intelectual, no sentido de tornar o país mais dependente e heterônimo, esvaziando a pesquisa; e no mesmo passo, asfixia a crítica social produzida nas universidades públicas [...]” (BEHRING, 2019, p.8).

Na esteira do golpe de 2016, a extrema direita ¹⁷ascendeu ao poder, precisamente com a eleição de Jair Bolsonaro a presidência da república em 2018.

¹⁷ De acordo com Lowy (2015) há uma variedade de denominações de direita, composta por diferentes correntes, com muitas especificidades e singularidades, entre essas a extrema direita. Destaca-se por uma ideologia repressiva, expressa principalmente no culto à violência policial e na intolerância com as

Assim, há um nítido aprofundamento do neoliberalismo no país, denominado por alguns autores de ultraneoliberalismo, dentre suas diversas expressões destacam-se “o desmonte do ensino público, a desqualificação das instituições de ensino superior e, particularmente, a desqualificação e o desfinanciamento das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas” (SANTANA; STAMPA; CARVALHO, 2020, p. 72).

O cenário atual de avanço da extrema-direita com ações ultraneoliberal e ataques aos direitos e as políticas sociais, somado a pandemia da COVID-19, deflagrada em março de 2020, decorrente do novo *coronavírus* e suas mutações assolou o Brasil. Tratada inicialmente pelo governo como uma “gripezinha” tomou proporções inimagináveis e expôs todas as mazelas e contradições do capitalismo, exibindo as fragilidades do seu atual modelo baseado na hegemonia do capital financeiro (GUERRA, 2020). Ademais revelou,

A explícita opção das classes dominantes pela lógica da economia capitalista e sua sanha em busca de acumulação e lucratividade em detrimento da proteção à saúde e à vida, evidenciou o quanto, no jogo da luta de classes, a classe trabalhadora, em toda sua heterogeneidade e diversidade, está sendo radicalmente atacada e perde ainda mais: direitos, acesso ao trabalho, condições de saúde e, a depender da vontade política do Estado brasileiro, notadamente em seu comando federal, perde a própria vida (GUERRA, 2020, p. 9).

A combinação da crise estrutural do capital com os efeitos deletérios da pandemia revela que vivemos tempos sombrios e desumanos, tornando mais visível e aguda a crise. Esse contexto “expõe a falácia das contrarreformas neoliberais em nosso país, em favor dos interesses do grande capital e em detrimento das necessidades e direitos das classes trabalhadoras” (YAZBEK; RAICHELIS; SANTANA, 2020, p. 207).

O projeto do atual governo combina ultraliberalismo econômico e reacionarismo político-cultural, inclui a luta contra o papel do Estado, em especial no que diz respeito às políticas sociais. Seguindo essa tendência o Estado brasileiro vem desmontando fortemente as conquistas de direitos expressa na Constituição Federal de 1988, com práticas extremamente autoritárias e graves violações dos direitos humanos. Assim, a crise política e econômica se agrava, bem como os ataques sobre a classe trabalhadora com cortes cada vez mais profundos nas políticas sociais, dentre elas a educação (SANTANA; STAMPA; CARVALHO, 2020).

minorias sexuais. Para o referido autor o elemento mais preocupante da extrema-direita brasileira é o forte apelo aos militares.

De acordo com Guerra (2020, p. 51), desde sua campanha presidencial Jair Bolsonaro, já mostrava seus objetivos em relação à educação, suas propostas alinhadas ao BM, reforçavam as orientações contidas no relatório *Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil*, tais como: valorização do ensino a distância em todos os níveis; privatização e parcerias com o setor privado; combate às cotas raciais; promoção do empreendedorismo, produtivismo e centralidade do mercado nas atividades do ensino superior; defesa do tecnicismo como contrapartida a suposta doutrinação marxista na educação; o fim do ensino público e gratuito, principalmente, o da graduação e pós-graduação.

No processo de reformulação do ensino superior público proposto pelo governo Jair Bolsonaro, merece destaque o Projeto de Lei (PL) nº 3.076/2020, que dispõe sobre o “Future-se”. O PL pretende alterar a agenda e a vida cotidiana das universidades, subordinando-as aos ditames do setor privado-mercantil e, assim, alcançar seus propósitos mais profundos: a refuncionalização da universidade (LEHER, 2021). Em suas diferentes versões¹⁸ apresentada a sociedade o “Future-se” em todas elas compromete a produção do conhecimento no nível da pós-graduação e privilegia áreas de conhecimento de interesse do mercado, “em sua forma e conteúdo representa um dos mais graves ataques à educação pública superior brasileira” (FILHO; FARAGE, 2019, p. 41).

Assim, na educação superior pública, o governo atual vem intensificando um projeto já em curso no país, que é o desmonte do financiamento do ensino superior público e o incentivo à privatização. Impera um discurso que objetiva desqualificar a universidade, esse baseado em dois eixos: 1) a crítica ideológica e 2) a acusação de que gastam demais e não estão reconhecidas como universidades de excelência, o que só seria verdade se estivessem relacionadas entre as cem melhores universidades mundiais” (LEHER, 2019b, p. 30).

Neste constante processo de desqualificação as universidades são caracterizadas como um lugar de balbúrdia, de plantação de maconha e consumo de drogas, na qual impera uma doutrinação marxista. A ignorância humana, o irracionalismo e o obscurantismo são marcas inegáveis desse governo, no qual as

¹⁸ A primeira versão, denominada Future-se – Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras, foi divulgada em 17 de julho de 2019. A segunda sob o nome Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras – Future-se, foi apresentada em 19 de julho de 2019. A terceira, minuta do Projeto de Lei de 16 de outubro de 2019, passou a ser designada como Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores – Future-se (LEHER, 2021).

verdades históricas são questionadas e as descobertas científicas e os fatos históricos negados. A desqualificação do conhecimento científico, o terraplanismo, e a negação do caráter ditatorial do regime militar no Brasil são exemplos do negacionismo e da desqualificação imposta pelo governo atual. Igualmente, observamos que a concepção e a prática do atual governo incidem na substituição do pensamento científico por posições religiosas (SANTANA; STAMPA; CARVALHO, 2020).

Leher (2019b), em suas análises sobre as ações do atual governo em relação à educação superior destaca o Decreto 9.754, de 11/04/2019, que extingue cargos efetivos, prejudicando áreas administrativas das universidades e o Decreto 9.756 de 11 de abril, que institui portal único “gov.br” e dispõe sobre a unificação dos portais e canais digitais do governo federal. Para o autor, o referido decreto pode acarretar em perda da autonomia sobre a circulação de informações, análises e estudos pelas universidades. Outra ação governamental que impacta diretamente a educação superior foi à edição do Decreto 9.794, de 15/05/2019, que instituindo o Sistema Integrado de Nomeações e Consultas e determina que as nomeações para os cargos de direção das universidades federais devem ser analisadas pelo governo federal. Com estas ações o governo atual demonstra seu objetivo de inviabilizar o ensino superior público, gratuito e de qualidade. Além do mais, vem restringindo a autonomia universitária, nomeando interventores nas universidades e nos institutos federais.

O governo Bolsonaro aprofundou os cortes no orçamento da educação, bloqueou recursos orçamentários, cortou bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado e redefiniu critérios de avaliação da pós-graduação, agravando ainda mais a crise da educação brasileira. Para Leher (2019b), tal crise possui alguns determinantes bastante preocupantes quando se pensa o futuro das instituições universitárias, ou seja,

A grave crise da área de ciência e tecnologia no governo Bolsonaro – alcançando as universidades públicas, os institutos federais de educação tecnológica e os institutos de pesquisa – possui, em síntese, determinantes como: a) a perda de complexidade das cadeias produtivas, b) as consequências da EC n. 95/2016, c) a descomplexificação do aparelho de estado, por meio de ações ideológicas do governo contra as evidências científicas e as considerações da comunidade científica, [...] e d) o irracionalismo de segmentos importantes do governo propagado por ações hostis à liberdade de cátedra das universidades e à liberdade de pensamento das áreas de cultura e arte, objetivando difundir um senso comum reacionário e obtuso que favoreça seus futuros políticos (LEHER, 2019b, p.101).

Com a intensificação dos ataques à educação pública, aprofunda-se os vínculos da educação superior e, conseqüentemente, dos programas de pós-

graduação com o setor privado. O acirramento das medidas ultraliberais compromete, sobretudo, o ensino na pós-graduação, a autonomia didático-científica das universidades impactando diretamente a produção do conhecimento no país. Desta forma, o governo federal enfraquece as instituições que sustentam a produção do conhecimento no Brasil, pela via do desfinanciamento como tem ocorrido com a CAPES e o CNPq.

Todo esse contexto de contrarreforma evidencia uma política de fomento que atende às necessidades e interesses do capital, o qual repercute também na pós-graduação, colocando em risco o padrão de qualidade acadêmica, pois, se baseia em uma lógica mercantilista, pragmática e instrumental. Desse modo, tem-se cada vez mais a submissão das universidades e dos programas de pós-graduação à lógica produtivista do mercado. Essa conjuntura, afeta diretamente o Serviço Social e a produção de conhecimento na área. Visto que se priorizam investimentos em áreas que atendem diretamente ao grande capital em detrimento das áreas que realizam uma leitura crítica da realidade vigente, prejudicando as ciências sociais e humanas, especialmente as aplicadas, que não respondem diretamente aos interesses do mercado.

Considerando o exposto, no tópico que segue, buscaremos evidenciar a pós-graduação em Serviço Social e as implicações do processo de contrarreforma para a área.

3.2 A pós-graduação em Serviço Social no país: avanços e desafios em tempos de contrarreforma

Acerca da pós-graduação em Serviço Social, Guerra (2011) afirma que inicialmente os programas de pós-graduação em Serviço Social surgiram influenciado pelo caráter tecnológico dos cursos de pós-graduação já existentes. A criação e desenvolvimento dos cursos de pós-graduação contribuiu expressivamente para o rompimento com a postura positivista, “essa forma de pensar orientou durante décadas o pensamento profissional que situou os assistentes sociais no estágio de meros sujeitos de intervenção profissional e consumidores de teorias construídas por outras disciplinas profissionais” (YAZBEK; SILVA, 2005, p. 42).

Para Carvalho e Silva, 2005, p. 42,

A pós-graduação assumiu papel fundamental na superação desse viés positivista que marcou o Serviço Social, contribuindo largamente para capacitar os profissionais também enquanto cientistas sociais preocupados em mudar a realidade social opressora e produzir conhecimento sobre esta realidade para embasar a prática profissional e contribuir para o avanço científico das Ciências Sociais.

Assim, a emergência da pós-graduação criou um espaço de interlocução do Serviço Social com as diferentes áreas do conhecimento. Nesse sentido, Yazbek (2000) destaca que o surgimento da pós-graduação em Serviço Social contribuiu para construção e consolidação das Ciências Sociais no Brasil, proporcionando, desta forma, maior visibilidade ao Serviço Social no âmbito acadêmico. Portanto,

Neste espaço, o Serviço Social brasileiro vem dialogando e se apropriando do debate intelectual contemporâneo, no âmbito das ciências sociais no país e no exterior. Também neste espaço o Serviço Social brasileiro desenvolveu-se na pesquisa acerca da natureza de sua intervenção, de seus procedimentos, de sua formação, de sua história e, sobretudo, acerca da realidade social, política, econômica e cultural onde se insere como profissão na divisão social e técnica do trabalho. Avançou na compreensão da questão social, do Estado capitalista, das políticas sociais, dos movimentos sociais, do poder local, dos direitos sociais, da cidadania, da democracia, do processo de trabalho e de suas transformações, da realidade institucional, das múltiplas faces da exclusão social e da pobreza entre outros temas. Enfrentou o desafio de repensar a Assistência Social, colocando-a como objeto de suas investigações. Obteve o respeito de seus pares no âmbito interdisciplinar e alcançou visibilidade na interlocução com as ciências sociais (YAZBEK, 2000, p. 27)

Logo, a pós-graduação possibilitou a formação de pesquisadores e docentes capazes de responder as demandas da sociedade. Neste sentido, Carvalho e Silva (2005, p. 135) asseveram que,

A pós-graduação na área de Serviço Social se destaca na busca de renovação e de aprofundamento das dimensões organizativa, interventiva e acadêmica da profissão; contribuindo para a formação de pesquisadores e docentes capazes de fazer avançar a formação profissional em Serviço Social; contribuindo igualmente na construção e consolidação das Ciências Sociais no Brasil; privilegiando o diálogo da profissão com outros campos e saberes profissionais e favorecendo, dessa forma, maior visibilidade do Serviço Social no âmbito acadêmico e das respostas às demandas socialmente apresentadas por segmentos organizados da sociedade brasileira.

O avanço da pós-graduação em Serviço Social se dá no cerne do movimento de germinação do “Projeto Profissional de Ruptura do Serviço Social”, como destaca NETTO (2008), cujo objetivo se firma no compromisso de direcionar a profissão para

a construção de uma sociedade democrática e igualitária, privilegiando o compromisso profissional com a classe trabalhadora. Assim, a trajetória histórica da profissão que inicialmente foi orientada por um projeto de formação acadêmica tradicional com base no positivismo e no funcionalismo e com uma produção de conhecimentos que priorizava a dimensão técnica-operativa, passou a ser questionado a partir do protagonismo do Movimento de Reconceituação latino-americano, “este inaugurou, com suas referências críticas, o debate teórico e o incentivo à qualificação acadêmica e à pesquisa, expressando a primeira articulação em torno de um projeto de formação profissional crítico” (ABEPSS, 2015, p. 2).

A pós-graduação *stricto sensu*, consolidada, incrementou a produção de conhecimentos do Serviço Social brasileiro, contribuindo, ao longo dos anos, com a potencialidade da profissão produzir conhecimento teórico-metodológico. A década de 1980 se destaca neste cenário, em meio ao movimento de resistência à ditadura militar e na luta pela democracia. Neste período, o pluralismo¹⁹ se instaurou no Serviço Social permitindo o debate entre diferentes concepções de profissão e seus diferentes projetos.

Neste contexto, Netto (1996) destaca o papel da pós-graduação no processo de conquista de espaço por parte do Serviço Social junto as agências de fomentos, a exemplo da CAPES e CNPq, e também é por meio desta que o pós-doutorado e a livre docência puderam ser realizados no país ou no exterior. A quantidade e a qualidade dessa produção revelam, conforme o citado autor, uma profissão que alcançou sua maturidade intelectual.

No marco da passagem dos anos de 1980 para os anos de 1990 o Serviço Social confrontado com as mudanças da sociedade brasileira que exigiam respostas e intervenções nas expressões da Questão Social, se posicionou e se consolidou como uma profissão capaz de intervir criticamente na realidade social e de produzir conhecimento teórico, expressando assim, a maturidade da profissão e uma expressiva ampliação da produção de conhecimento na área. Uma característica importante deste período, em relação à produção de conhecimento foi a sua fundamentação na teoria crítica, pois, foi através desta vertente crítica que o Serviço Social consolidou a sua maioria intelectual, (SILVA *et al.*, 2005).

¹⁹ Para Coutinho (1991), o pluralismo significa a abertura e o respeito às ideias diferentes. É um fenômeno do mundo moderno. Pode ser fundamentado em duas dimensões básicas: a primeira como um fenômeno social e político e a segunda como referência para a construção do conhecimento.

Portanto, é inconteste a importância da pós-graduação na adoção do referencial crítico pelo Serviço Social, visto que,

o conhecimento produzido nos Programas de Pós-Graduação a partir de 1970, permitiu a incorporação do pensamento crítico que sustentou, nos anos de 1980, a construção de um novo projeto profissional. A apropriação do pensamento dos autores clássicos das Ciências Sociais sustentou a recriação da capacidade de análise, de interpretar e de intervir no real do Serviço social (SILVA *et al.*, 2005, p.73).

Desse modo, a adoção deste referencial contribuiu para um novo direcionamento tanto no pensamento quanto na ação do Serviço Social brasileiro, determinando seu estatuto profissional e o seu significado social, como já evidenciado anteriormente.

Diante do contexto dos anos 1990, que exigia novas respostas, tanto em relação à prática profissionais, quanto a produção de conhecimento, o Serviço Social explicita o seu novo projeto ético-político profissional, expressando, o posicionamento crítico dos(as) profissionais diante da reestruturação do capital e do avanço do neoliberalismo. Como ressalta Netto (1999), o esforço para romper com o conservadorismo concebeu uma cultura profissional com princípios, valores, objetivos, concepções teóricas e instrumentos operativos que possibilitou, formular uma direção social estratégica ancorada na teoria social de Marx. A partir desse momento em diante criou-se uma massa crítica na profissão “capaz de dinamizar o debate profissional, com a incorporação de matrizes teóricas e metodológicas compatíveis com a ruptura do conservadorismo político na profissão e no plano da produção de conhecimento teórico (NÓBREGA, 2013, p. 92).

O projeto ético-político do Serviço Social se configura com uma direção social e política vinculada a um projeto societário contrário ao da classe burguesa, tendo em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central, afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos. Em sua dimensão política se posiciona a favor da equidade e da justiça social. Se declara radicalmente democrático. Assim, sob a fundamentação teórico-metodológica crítica viabiliza uma análise concreta da realidade social (NETTO, 1999).

Nesse processo histórico, a pós-graduação vem colaborando para a consolidação, qualificação e avanço do projeto ético-político do Serviço Social, na medida em que tem a possibilidade de produzir conhecimentos comprometido com as

demandas específicas da profissão, que contribui para o fortalecimento das lutas sociais, para construção de uma sociedade mais justa e democrática que busque a emancipação humana e a superação da ordem capitalista. Exercendo um importante papel, “fazendo avançar a formação profissional, a interlocução com a realidade social e a produção do conhecimento no âmbito da profissão e das ciências sociais” (CARVALHO; SILVA, 2005, p. 137).

Nesse percurso, de avanço na formação profissional e na produção intelectual do Serviço Social, temos o papel incontestável da ABEPSS, que se destaca na medida em que, tem como base material e histórica a graduação, incorpora as particularidades da pós-graduação, aprofunda sua interlocução com as agências de fomento à pesquisa, contribuindo significativamente para a expansão e consolidação da pós-graduação e da produção de conhecimento na área (ABREU, 2018).

Embora, a década de 1990 seja marcada pelo avanço e consolidação da pós-graduação em Serviço Social, bem como da produção de conhecimento, cabe ressaltar que é também neste período que se tem o agravamento da crise estrutural do capital e a adesão do Brasil ao neoliberalismo, que culminou na contrarreforma do Estado brasileiro e conseqüentemente da educação superior, como já dito anteriormente, tal contrarreforma reordena a política educacional para adequá-la aos ajustes estruturais econômicos.

Neste contexto, a pós-graduação, espaço privilegiado para a construção do conhecimento, para a formação de docentes e pesquisadores, passa a ser regida por uma lógica mercantilista, pragmática e instrumental, resultando em significativas transformações, com o intuito de subordiná-la aos interesses do capital. Exemplos concretos dessa lógica são o crescimento das instituições privadas, as propostas de cursos sequenciais, mestrados profissionalizantes e a pressão para reduzir o tempo de conclusão de mestrados e doutorados, como observaram Yazbek e Silva (2005).

A própria CAPES agência responsável pela pós-graduação no país considera a necessidade de transformações e passa a apresentar a pós-graduação como um modelo a ser superado. Para a CAPES a “Pós-Graduação não pode ser pensada fora da lógica que vem presidindo a reforma do ensino superior no país” (YAZBEK; SILVA, 2005, p. 38). Ou seja, é a lógica de caráter explicitamente privatizante, de subordinação aos interesses do mercado.

Hostin (2006, p.143), destaca que,

As diretrizes que orientam a política da pós-graduação brasileira, nos anos de 1990, são coetâneas desse processo de vinculação do financiamento aos índices de produtividade, tanto que nas diretrizes da LDBEN esse nível de formação articula-se aos demais níveis, bem como às exigências propostas pela nova legislação. Também, e principalmente, na pós-graduação o governo propõe que os repasses de recursos sejam atrelados ao número de alunos e à quantidade da produção docente e discente em pesquisa, ou seja, o aporte financeiro é determinado pelo desempenho institucional, preferencialmente em nível internacional, cujo controle e avaliação estão sob responsabilidade da CAPES.

A política de pós-graduação na década de 1990 revela um alinhamento às orientações de agências internacionais como o BM que exercem um papel decisivo na legitimação dos discursos da agenda de transformação.

No início da década de 2000, a CAPES instituiu uma Comissão responsável pela elaboração do V Plano Nacional de Pós-Graduação (2005-2010), que tinha como objetivo principal o crescimento equânime do sistema nacional de pós-graduação, com o propósito de atender com qualidade as diversas demandas da sociedade, visando ao desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social do país (BRASIL, 2010).

No entanto, o referido Plano não foi concretizado, pois as restrições orçamentárias e falta de articulação entre as agências de fomento nacional, impediram que o Documento final se efetivasse. Entretanto, diversas recomendações foram implantadas pela Diretoria da CAPES, ao longo do período, tais como: expansão do sistema, diversificação do modelo de pós-graduação, mudanças no processo de avaliação e inserção internacional da pós-graduação (BRASIL, 2010). As tendências assumidas a partir dessas orientações adquiriram concretude ao longo das décadas seguintes, principalmente no tocante a expansão do financiamento para o setor privado e a proposta de mestrados profissionalizantes.

De acordo com Carvalho e Silva (2005), o citado Plano destacava a relevância de mestrados profissionalizantes e evidenciava o investimento do Estado na consolidação destes, definindo que a expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) deveria ser orientada para a capacitação de docentes do ensino superior e da educação básica; especialização de profissionais para o mercado de trabalho público e privado e para a formação de pesquisadores e técnicos; estímulo a cooperação internacional por intermédio das universidades e o papel da avaliação com ênfase na qualidade e excelência dos resultados, na especificidade das áreas de conhecimento e no impacto dos resultados na comunidade acadêmica e empresarial

e na sociedade. O Plano enfatizava, ainda, o crescimento equânime entre as regiões do país, entretanto na prática o que se teve foi a continuidade de um maior investimento para as regiões Sul e Sudeste, tendência presente desde os primórdios do sistema de pós-graduação no Brasil.

É neste contexto contraditório de avanços, recuos, e resistências das mais diversas áreas do conhecimento que a pós-graduação foi se desenvolvendo atrelada ao mercado competitivo típico do sistema capitalista, aprofundando a competição e o produtivismo acadêmico. As transformações político-econômicas ocorridas no país direcionam em grande medida o SNPG, bem como, os objetivos e metas dos Planos Nacionais de Pós-Graduação, assim também, o contexto de contrarreformas que atinge a Política Educacional influenciam os rumos da pós-graduação brasileira.

Nos anos 2000, o Serviço Social registrou conquistas significativas no campo da pesquisa e da produção de conhecimento teórico-metodológico, evidenciado no aumento dos cursos de mestrado e doutorado, bem como na expressiva produção teórica “que vem gerando uma bibliografia consistente, crítica, vasta, plural e contemporânea” (ABEPSS, 2015, p. 4), produções bibliográficas que circulam nacional e internacionalmente.

Assim, buscando estimular a investigação em torno de temas prioritários para consolidação do projeto profissional, vem propondo estratégias e constituindo espaços de articulação e divulgação da produção intelectual da área. Neste sentido, a ABEPSS propôs algumas estratégias entre estas, destaca-se a criação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP), associados a duas outras estratégias já consolidadas, a saber: o Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social (ENPESS)²⁰ e a criação da revista *Temporalis*²¹ (ABREU, 2018).

Segundo a ABEPSS (2009),

Os Grupos Temáticos de Pesquisa mostram-se como um espaço dinâmico, estimulante e efetivo de elaboração, produção e circulação do conhecimento. Organizando-se em torno de pesquisadores da área de Serviço Social e afins, os Grupos Temáticos de Pesquisa congregam pesquisadores para tratarem de temas de relevância social, constituindo-se em núcleos capazes de disseminar informações sobre temáticas específicas, promover debates fecundos sobre os temas de ponta do interesse profissional e das forças

²⁰ O ENPESS é realizado a cada dois anos pela ABEPSS, é o mais importante evento científico da área.

²¹ A *Temporalis* foi criada em 2000, é edita pela ABEPSS, se destina a publicação de trabalhos científicos sobre temas atuais e relevantes no âmbito do Serviço Social e áreas afins. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis>>. Acesso em 14 jan. 2020.

progressistas da sociedade. Promove, ainda, a integração entre a pesquisa desenvolvida nas unidades de formação acadêmicas (UFAs) e as linhas de pesquisa consideradas relevantes para a área, estimulando e fortalecendo as instâncias do debate sobre a política científica no país, ao lado e em articulação com outras associações científicas.

Os GTPs foram criados em 2008, a partir da inclusão de um novo artigo no Estatuto da ABEPSS, o qual tratava sobre a constituição de Grupos Temáticos de Pesquisa na área de Serviço Social, no entanto, suas propostas foram construídas e aprovadas no ENPESS de 2010, contexto de consolidação do neoliberalismo, acirramento da crise estrutural e contrarreforma da educação em todos os níveis, as quais trouxeram um acelerado processo de mercantilização da educação, aumento das EADs, o aligeiramento da formação profissional, acirramento da competitividade e do produtivismo intelectual, incidindo na dinâmica dos Programas de Pós-graduação em Serviço Social, na direção social estratégica da formação, no trabalho dos docentes e no cotidiano da universidade (MAURIEL, 2016). Para a autora,

A construção dos GTPs consolida uma antiga inquietação da nossa área, cuja possibilidade histórica só pode ser deslançada nesse momento, como resultado do acúmulo das pesquisas e do amadurecimento da produção de conhecimento do Serviço Social nos últimos trinta anos. A concepção de Grupo Temático de Pesquisa posta ali os apresenta como espaços estratégicos de resistência contra o produtivismo, a pressão e o isolamento que os pesquisadores são constantemente submetidos à lógica meritocrática e cada vez mais intensificada de trabalho (MAURIEL, 2016, p. 264).

Mauriel (2016) chama atenção para o fato dos GTPs terem sido criados no ENPESS 2010, cujo tema foi “Crise do Capital e Produção de Conhecimento na Realidade Brasileira: pesquisa para quê, para quem e como?”, considerando-se o contexto de agravamento da crise do capital e das expressões da Questão Social, os ajustes neoliberais e as contrarreformas na educação. Pois, para a autora não podemos pensar a pesquisa e conseqüentemente a produção de conhecimento, “como fontes de renovação para a formação, sem serem socialmente referenciadas, sem estar atrelada à luta por direitos e sem perder de vista a direção da construção da emancipação humana, por isso crítica” (MAURIEL, 2016, p. 266).

Assim, os GTPs foram criados de acordo com os principais eixos das pesquisas e temáticas assumidas pela categoria: 1) Trabalho, Questão Social e Serviço Social; 2) Política Social e Serviço Social; 3) Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; 4) Movimentos Sociais e Serviço Social; 5) Questões Agrária, Urbana, Ambiental; 6) Relações de Opressão/Exploração de Classe, Gênero,

Raça/Etnia, Sexualidades; 7) Ética e Direitos Humanos e 8) Serviço Social, Geração e Classes Sociais. Estes eixos expressam um vasto campo temático que perpassa a formação, a pesquisa, a produção do conhecimento e a intervenção profissional (ABREU, 2018).

Os GTPs vêm acompanhando a produção de conhecimento das pós-graduações e são de extrema importância, pois, se destacam como potencial estratégico no processo de resistência ao produtivismo e à precarização da formação tanto na graduação quanto na pós-graduação, bem como na luta pela sustentação e resistência do projeto profissional crítico (MAURIEU, 2016; ABREU, 2018; LEWGOY; SERPA, 2018).

A luta pela consolidação do projeto político profissional é essencial para fortalecer tanto a graduação quanto a pós-graduação, tendo em vista que, “a produção de conhecimentos em si direciona e conduz os rumos da formação profissional, fornece o contorno teórico do projeto ético-político e a construção do perfil profissional que se almeja” (BRAZ; RODRIGUES, 2013, p. 258). Sabe-se que o projeto profissional do Serviço Social é tensionado pela conjuntura política, cultural e econômica, pela lógica competitiva, produtivista, pelos novos processos de flexibilização do trabalho e pela contrarreforma do Estado, assim também, sofre ameaças vindas do recrudescimento do pensamento conservador, que tem se fortalecido no debate acadêmico pela disseminação do ideário pós-moderno. Desse modo, tem-se um ataque ferrenho ao pensamento crítico marxista, o qual é sem dúvidas, indispensável para análise das contradições do sistema capitalista (ABREU, 2018). Ao Serviço social cabe o desafio, em tempos de avanços do conservadorismo e conseqüentemente do pensamento pós-moderno, fortalecer o projeto ético-político da profissão, a sua direção social, ancorada na teoria crítica de Marx.

Para tanto, as entidades da profissão têm desenvolvido estratégias visando fortalecer a área de Serviço Social, em articulação com os movimentos sociais elaboram estratégias de fortalecimento das políticas públicas e do ensino superior, coletivamente resistem em busca da superação da ordem capitalista (ABEPSS, 2016). Nesta conjuntura de resistência destaca-se que em 2012, a ABEPSS assumiu o posicionamento contrário aos cursos de mestrado profissionalizante, segundo a entidade, o mesmo confronta as diretrizes ético-políticas profissionais, pois estabelece uma capacitação meramente instrumental em detrimento dos fundamentos, aportes teórico-metodológicos e ético-políticos, construídos historicamente, além de promover

o aligeiramento e a precarização da formação de pós-graduação, se constituindo numa forma de mercantilização e também comprometendo a autonomia para a pesquisa. Vale ressaltar que dentre as 49 áreas da CAPES, o Serviço Social é a única área que não implantou o mestrado profissionalizante.

Diante de um contexto de contrarreforma da educação, de desfinanciamento e desqualificação das instituições de ensino superior e, particularmente, das ciências humanas, sociais e aplicadas, o Serviço Social vem crescendo enquanto área de produção do conhecimento, confirmado, principalmente, em nível de pós-graduação. De acordo com os dados da CAPES, o Serviço Social possui 36 (trinta e seis) programas de pós-graduação, sendo 16 (dezesesseis) programas de mestrado e 20 (vinte) programas de mestrado e doutorado, correspondentes a 36 (trinta e seis) cursos de mestrado todos acadêmicos e 20 (vinte) cursos de doutorado todos disciplinares (BRASIL, 2021).

Em relação à concentração destes programas de pós-graduação nas regiões do país, 12 (doze) se encontram concentrados na região Sudeste (33,3%); 12 (doze) na região Nordeste (33,3%); 6 (seis) na região Sul (16,6%); 3 (três) no Centro-oeste (8,33%) e 3 (três) na região Norte (8,33%). É relevante destacar o expressivo crescimento dos programas ao longo dos anos, tal fato demonstrando o avanço da pós-graduação em Serviço Social no Brasil (CAPES, 2019).

Observando especificamente a região Nordeste, e assim comparando os dados atuais coletados na Plataforma Sucupira no ano de 2021, com os dados apresentados na pesquisa de Carvalho e Silva (2005) a região Nordeste duplicou o número de programas. Tal fato responde aos objetivos da política nacional de pós-graduação, de interiorização e fomento da produção do conhecimento em regiões com pouco investimento científico e tecnológico. É neste contexto de expansão e interiorização, que foi criado em 2012 o PPGSS/UEPB.

Os programas de pós-graduação em Serviço Social no Brasil estão vinculados a universidades e faculdade, sendo 23 (vinte e três) em universidades federais; 7 (sete) em universidades estaduais; 5 (cinco) em universidades católicas e 1 (um) em faculdade privada. Observa-se que em sua maioria os programas estão situados em instituições públicas, o que demonstra uma tendência inversa da expansão dos cursos de graduação, que se dá nas IES privadas, como destaca Iamamoto (2012).

No que se refere à área básica dos programas de pós-graduação em Serviço Social, 20 (vinte) são em Serviço Social; 4 (quatro) em Política Social; 2 (dois) em

Políticas Públicas; 2 (dois) em Serviço Social e Política Social; 1 (um) em Política Pública e Desenvolvimento Local; 1 (um) em Política Social e Direitos Humanos; 1 (um) em Serviço Social e Direitos Sociais; 1 (um) em Serviço Social, Trabalho e Questão Social; 1 (um) em Economia Doméstica; 1 (um) em Política Social e Territórios; 1 (um) em Política Social e Serviço Social e 1 (um) em Serviço Social e Desenvolvimento Regional. Merece destaque a centralidade que os programas de pós-graduação em Serviço Social atribuem a áreas específicas da profissão, destacando-se a concentração em Serviço Social e Política Social. Os demais Programas fazem interlocução com o objeto do Serviço Social e as políticas públicas.

Vale destacar que os programas de pós-graduação vêm contribuindo através de sua privilegiada interlocução com o Serviço Social latino-americano, com a formação de docentes tanto para o Brasil quanto para outros países da América Latina como: Argentina, Uruguai, Chile, Costa Rica, Colômbia, Venezuela e da Europa, especialmente, Portugal (GUERRA, 2011).

Diante do exposto, podemos observar que a pós-graduação em Serviço Social no país se expandiu, mesmo diante de todo o contexto adverso, no qual, não apenas a área de Serviço Social, mas toda a política de pós-graduação sofreu e vem sofrendo transformações substantivas, se aproximando cada vez mais dos interesses do capital. Nesse cenário muitos desafios estão postos no caminho da pós-graduação e da produção de conhecimento em Serviço Social, sejam eles internos ou externos. O Estado brasileiro tem priorizado a destinação de investimentos para a produção de conhecimentos nas áreas consideradas estratégicas, chamadas de ciências “duras”. Essa tendência anunciada no PNPG (2005-2010) é retomada com ímpeto no VI PNPG (2011-2020), enquanto impacto da contrarreforma da educação superior em curso no país. Desse modo, as Ciências Exatas, Ciências Agrárias e Ciências Biológicas são consideradas as áreas estratégicas para atender às demandas da produção capitalista, portanto, devendo ser expandidas e fortalecidas (CARVALHO; SILVA, 2005). Portanto, a partir deste Plano tem-se um predomínio de um tipo de conhecimento procedente das chamadas ciências duras, em detrimento das ciências sociais.

O VI Plano diferente dos demais está vinculado ao Plano Nacional de Educação e propõe a continuidade do crescimento com qualidade do SNPG. Conforme o próprio documento da Capes cita, “pela primeira vez, um plano nacional de educação contemplará as propostas de diretrizes e políticas do ensino de pós-graduação, isso

porque o PNPG é parte integrante do PNE” (BRASIL, 2010, p. 13). Apresenta as estratégias para superar a defasagem do Brasil em relação a outros países no que se refere à formação pós-graduada, através de investimentos na pós-graduação à distância; nos mestrados profissionais (destinados à formação de recursos para as empresas) e na interdisciplinaridade. A prioridade é aumentar a qualquer custo o número de titulados em qualquer que seja a modalidade de pós-graduação (GUERRA, 2012).

As diretrizes da atual política de pós-graduação estão em consonância com as orientações dos governos neoliberais, que respondem às demandas do capital. O contexto é de muitos ataques, que se confirmam através de decretos, portarias e normativas. Nas quais se destacam, a Portaria nº 34 de 09 de março de 2020 que modifica o modelo de distribuição de bolsas de pós-graduação e impõe drástica redução, especialmente, aos programas com nota 3 (três) e 4 (quatro); a Portaria 343 de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar pandemia do COVID-19; a Portaria nº 70 de junho de 2020 que estabelece normas para o funcionamento dos polos que irão oferecer cursos de pós-graduação *stricto sensu* no modelo EAD, essa Portaria adota critérios amplos e flexíveis, desprezando os construídos coletivamente; a Portaria nº 71 de 10 de junho de 2020, que, entre outras medidas, propõe uma nova classificação das atuais áreas de produção de conhecimento, o que levará à redução no número de áreas, sob o argumento da interdisciplinaridade. Neste contexto, também se destaca o novo sistema de Avaliação da Pós-Graduação e as alterações nos Sistema Qualis das áreas, que na perspectiva de uniformizar, prejudicará as áreas das Ciências Humanas e Sociais, especialmente, as aplicadas, pois, terão que se submeter aos critérios das ciências “duras”. A lógica é a de desnacionalização, desmonte da pesquisa e da pós-graduação no Brasil.

Essas medidas adotadas pelo governo brasileiro combina a flexibilização da legislação educacional com a extrema redução de orçamentos, o ataque à autonomia universitária e um discurso de negação da ciência e de desqualificação das áreas humano-sociais (IRINEU *et al.*, 2021). É nestas condições, que o ensino remoto emergencial é implantado, como medida de retorno das atividades de ensino diante do contexto da pandemia, sob fortes protestos por parte dos setores mais críticos da sociedade.

Para a ABEPSS (2020a), o ensino remoto desconsidera a excepcionalidade da situação que modifica de forma radical a dinâmica de vida dos(as) docentes e discentes, que tem que trabalhar/estudar com todos os membros da família em casa, trazendo sobrecargas principalmente às mulheres, que por sinal são maioria no corpo discente e docente do Serviço Social; não leva em consideração as formas de acesso à internet dos discentes mais pobres; ignora a dimensão pedagógica que a relação presencial possibilita no processo formativo; e também as dimensões sociais e psicológicas de adaptação à nova realidade, elementos importante para o ensino-aprendizagem.

Nessa trilha argumentativa, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) também se posicionou contra o ensino remoto. Para a instituição “o “ensino remoto” é um eufemismo utilizado para ocultar a generalização da imposição de formas ainda mais precarizadas e problemáticas de EaD” (ANDES, 2020, p. 16). Ainda ressalta que,

Os principais prejudicados são a classe trabalhadora e o corpo discente que, além de precisarem reestruturar sua vida cotidiana, estão sobrecarregados com o enfrentamento dessa nova realidade, em que a busca pela sobrevivência e pelo cuidado dos seus é imperativa, especialmente, àquelas e aqueles mais vulneráveis, a saber: mulheres, negros e negras, moradores das periferias e favelas, comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e outros povos tradicionais. (ANDES, 2020, p. 16).

Inúmeros são os impactos do ensino remoto para a educação superior, Fernandes, Goin e Rocha (2021), destacam: o aumento do distanciamento entre ensino, pesquisa e extensão, principalmente no tocante às atividades de extensão; a inexistência de uma política de educação inclusiva para aqueles que não possuem condições de ter acesso à internet e as tecnologias de informação e comunicação (TIC's); a impossibilidade de alguns discentes participarem da modalidade de ensino remoto e a inserção de corporações capitalistas na universidade pública. Vale salientar que segundo dados do IBGE de 2018, 46 milhões de pessoas não tinham acesso à internet no país e significativa parcela da população não possuíam serviço de internet disponível em sua área de domicílio (BRASIL, 2018).

Nesta linha argumentativa Irineu *et. al.* (2021, p. 13), também aponta os impactos das atividades remotas na pós-graduação,

Na Pós-Graduação, o contexto pandêmico é marcado pelo impacto das atividades remotas emergenciais em um período crucial de conclusão do ciclo de avaliação do quadriênio. Neste bojo, a CAPES tem implantado uma avaliação multidimensional a despeito de posições críticas, como a da área de Serviço Social e da própria ABEPSS, que têm denunciado a submissão do conhecimento científico à manipulação de variáveis empíricas e quantificáveis, sem estreitamento com a compreensão da realidade social e da práxis humana (IRINEU *et al.*, 2021, p.13).

A adoção ao ensino remoto gerou uma série de debates sobre: esse modelo de educação; a precarização do trabalho docente do mundo do trabalho; além do esvaziamento do processo de ensino-aprendizagem. Ademais, as mudanças do ensino presencial para o remoto impactam e fragilizam o projeto ético-político do Serviço Social (FARAGE, 2021).

Nesse cenário a ABEPSS vem se posicionando publicamente, pois recentemente publicou o documento intitulado *A Formação em Serviço Social e o Ensino Remoto Emergencial*, cujo objetivo é subsidiar o debate sobre a formação em Serviço Social e os impactos do ensino remoto emergencial. O documento é fruto de um trabalho coletivo a partir de uma pesquisa junto as Unidades de Formação Acadêmicas (UFAs) (ABEPSS, 2021).

Os desafios só se intensificam no governo Bolsonaro, que passou a exigir dos programas de pós-graduação participação em edital específico de apoio a projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação para ter acesso as bolsas de mestrado e doutorado, o que anteriormente era diretamente destinada aos Programas (GUERRA, 2020). Para a autora, todo esse contexto demonstra o “aprofundamento de uma histórica política de fomento voltada a atender aos interesses da indústria brasileira, operando na direção de formar recursos humanos para o mercado, através de parcerias com empresas” (GUERRA, 2020, s/p).

A conjuntura atual nos revela que a política negacionista, anticientífica adotada explicitamente pelo governo Bolsonaro aprofunda o desmonte das instituições de pesquisa científica e das agências de fomento no Brasil. Esse desmonte aprofunda-se, justamente, num contexto de pandemia da COVID-19 que prova o quão importante é a ciência para a humanidade. O corte brutal de bolsas e recursos, sobretudo para a formação de novos pesquisadores; o sucateamento dos laboratórios de pesquisa; cientistas descreditados, ignorados, discriminados de uma maneira sem precedentes, impacta os rumos da pesquisa científica, feita principalmente nas universidades públicas. Sabe-se que o desprezo pelo conhecimento científico gera efeitos

catastróficos para a nação e compromete o futuro do país, pois, a Ciência é uma área estratégica para o desenvolvimento econômico e para a soberania dos países.

Decerto, esse contexto histórico que se mostra adverso em face dos desdobramentos da crise estrutural do capital, da regressão de direitos e da contrarreforma do ensino superior, influencia fortemente os rumos da pós-graduação brasileira, que por sua vez incide sobre a produção de conhecimentos em todas as áreas dentre elas, o Serviço Social.

Historicamente a produção de conhecimento do Serviço Social brasileiro tem privilegiado as temáticas vinculadas à intervenção profissional, extraindo destas os objetos e as problemáticas que as fundamentam. Nóbrega (2013) ressalta que a produção de conhecimento teórico no Serviço Social não está isenta das influências da ideologia dominante, e apesar, dos limites impostos pela sociedade burguesa, à produção de conhecimento teórico-metodológico no Serviço Social brasileiro pode se constituir em um instrumento valioso na luta pela defesa dos direitos da classe trabalhadora. Desse modo, o Serviço Social tem avançado na sua qualificação como área de produção de conhecimento, contribuindo cada vez mais com o fortalecimento das lutas sociais e assim, tendo em vista estimular a investigação em torno de temas prioritários para consolidação do projeto profissional, vem propondo estratégias e constituindo espaços de articulação e divulgação da produção intelectual da área.

As produções teóricas têm evidenciado a riqueza temática da área e demonstrado a prevalência de produções fundamentadas na Teoria Social Crítica de Marx, entretanto constata-se também a influência do conservadorismo nas produções da profissão, através do pensamento pós-moderno pelos autores do campo conservador. Ao se debruçar sobre as inflexões do pensamento pós-moderno no Serviço Social, Cantalice (2013) em pesquisa realizada nas teses de doutorado defendidas entre os anos 2001 e 2005 em Programas de Pós-graduação em Serviço Social no Brasil, atesta a incorporação da ideologia pós-moderna nessas produções. A incorporação de um referencial bibliográfico que traz em seu interior articulações pós-moderna gera uma grande tensão com a perspectiva crítico-analítica hegemônica da profissão, tendo em vista o caráter regressivo de tais ideias. Neste sentido afirma,

Tal tensão traz efeitos negativos ao campo da prática, já que a pós-graduação tem como tarefa fundamental, para além da formação de profissionais altamente qualificados, subsidiar com pesquisas, reflexões teóricas e metodológicas o referido campo da prática (CANTALICE, 2013, p. 21)

Desse modo, o pensamento pós-modernismo espraia-se nas leituras e produções do Serviço Social imprimindo sua visão de mundo, “inflexionando a prática no interior de nossa profissão - já marcadamente eclética e sincrética - à sua direção difusa, desarticuladora, consternadora, compartimentalizada” (CANTALICE, 2013, p.243). Em sua pesquisa Cantalice (2013), constata que muitos autores (as) incorporam extratos da ideologia pós-moderna em seus estudos de forma imprecisa, inconsistente do ponto de vista teórico-metodológico, ou de modo consciente, acreditando ser o marxismo insuficiente para explicar determinadas questões contemporâneas, desse modo, questionam a validade do marxismo como teoria social e como práxis política propondo, portanto, a sua superação. A autora ressalta também, que o pensamento pós-moderno se apresenta também em produções cujo autores(as) afirmam em seus estudos serem de filiação marxista. Assim, observamos que o Serviço Social que vem dialogando e reforçando o pensamento pós-moderno, em detrimento de teóricos que contribuem com o campo crítico.

Em pesquisa anterior realizada em artigos publicados em livros e na revista *Serviço Social e Sociedade*, entre os anos de 1993 e 1999, Santos (2007), também observou que a incorporação do pensamento pós-moderno vem se dando não somente por autores(as) do campo conservador, mas também por marxistas, contribuindo para reatualizar traços do conservadorismo na profissão.

Nóbrega (2013), por sua vez em sua pesquisa realizada nas teses de doutoramento em Serviço Social, defendidas nos Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Universidade Federal de Pernambuco, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, entre 2005 e 2010, também indica a presença de produções que se apropriam das ideias pós-modernas, inclusive entre aquelas que a princípio anunciam adesão à perspectiva teórico-metodológica de base marxista.

Nesta mesma linha argumentativa Galdino (2016), também em pesquisa realizada sobre a produção teórica do Serviço Social, afirma que ocorre interferência do pensamento pós-moderno, seja pela via do sincretismo²², ecletismo, neoconservadorismo ou até mesmo pela via considerada crítica.

²² Segundo Netto (2011) o sincretismo constitui o fio condutor do desenvolvimento da profissão e expressa-se em todas as manifestações da prática profissional, seus determinantes históricos são: “o universo problemático original que se lhe apresentou como eixo de demandas histórico-sociais, o horizonte do seu exercício profissional e a sua modalidade específica de intervenção” (NETTO, 2011, p.92). Conforme o autor na elaboração do saber, “o sincretismo é a face visível do ecletismo; ou, se

Com base nas referidas autoras citadas, compreendemos que um outro desafio se coloca diante da pós-graduação e da produção de conhecimento no Serviço Social, diz respeito às investidas do pensamento pós-moderno que vem em larga escala influenciando as áreas de conhecimento com as quais o Serviço Social dialoga e, conseqüentemente, o próprio Serviço Social. Portanto, esse desafio nos exige um compromisso com a reafirmação da direção social crítica da profissão; com a formação de profissionais capazes de decifrar e intervir criticamente na realidade social e com a produção de conhecimento que possibilite apreender a dinâmica da sociedade e sua complexibilidade e assim subsidiar uma prática social comprometida com a emancipação humana (CANTALICE, 2013).

Considerando o exposto, no capítulo que segue, buscaremos evidenciar a produção de conhecimento teórico-metodológico das dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UEPB.

quiser, o ecletismo é o sincretismo do Serviço social no nível do seu (de segundo grau) sistema de saber (NETTO, 2011, p.147).

4. A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA: tendências teórico-metodológicas das dissertações e sua relação com a direção social estratégica da profissão

Neste capítulo, a partir das análises realizadas no conjunto de dissertações apresentadas e defendidas no PPGSS/UEPB, assumimos o desafio de evidenciar a relação entre o conhecimento teórico-metodológico produzido nas dissertações defendidas e aprovadas e a direção social estratégica da profissão.

Inicialmente, apresentaremos um breve perfil do PPGSS/UEPB, evidenciando sua importância na formação de pesquisadores para atuação na área de ensino. Em seguida, apresentaremos os temas tratados nas dissertações e, por fim, realçaremos a perspectiva teórico-metodológica prevalente anunciada pelos autores para referenciar as suas análises, com o propósito de expor a relação que essa produção mantém com a direção social do projeto ético-política da profissão.

4.1 O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A pós-graduação em Serviço Social da UEPB é fruto de um processo de luta e resistência do curso de Serviço Social da citada instituição, a despeito da conjuntura de mercantilização da educação superior e da submissão da Universidade aos ditames do mercado, repercutindo fortemente na formação em Serviço Social.

A criação de uma pós-graduação *stricto sensu* foi uma das preocupações do Departamento de Serviço Social desde os anos 1990²³. Dessa feita, na expectativa de fortalecer a formação profissional e qualificar novos quadros docentes, em 2011 foi enviada à CAPES uma nova proposta de criação de um mestrado acadêmico, tendo sido aprovada em abril de 2012. Assim, o PPGSS/UEPB iniciou suas atividades no

²³ Na década de 1990 surgiram às primeiras tentativas de formulação de uma pós-graduação em Serviço Social na UEPB. No ano de 1994 foi encaminhada à CAPES, a primeira proposta da criação do curso de mestrado. No entanto, a proposta foi reprovada, pois a CAPES alegou algumas razões, dentre elas, a inexistência de doutores no corpo docente permanente do curso de graduação em Serviço Social da UEPB, visto que naquele período o curso contava apenas com uma professora doutora, que na ocasião em questão estava como professora visitante (SANTIAGO *et al.*, 2014).

primeiro semestre de 2013 com o curso de mestrado acadêmico em Serviço Social (SANTIAGO *et al.*, 2014).

Sua implementação foi impulsionada por dois fatores importantes, primeiro pela própria política da Universidade, visando à capacitação e a formação continuada de pesquisadores e docentes, contribuindo para o desenvolvimento estadual e regional. E segundo pela política nacional de pós-graduação em sua proposta de interiorização e fomento da produção do conhecimento em regiões com pouco investimento científico e tecnológico (CAPES, 2017).

O objetivo geral do PPGSS/UEPB consiste em:

Aprofundar a formação adquirida nos cursos de graduação e a formação de pesquisadores para atuação na área de ensino e em órgãos públicos e privados. Este objetivo se desdobra em específicos reafirmando a formação de pesquisadores para atuação em IES e responder, assim, as demandas de expansão do ensino de Serviço Social na região nordeste, especialmente na Paraíba. Incluí, como objetivo, formar especialistas competentes para o conhecimento crítico da realidade local e a atuação em todas as etapas das políticas sociais (BRASIL, p. 01, 2017).

O PPGSS/UEPB possui uma única área de concentração denominada: Serviço Social, Questão Social e Direitos Sociais. Esta área tem como eixo de estudos e pesquisa o Serviço Social, como destaca Santiago *et al.* (2014, p. 160-161):

Inserido nas complexas relações entre Estado e Sociedade na sociabilidade capitalista. Apreende a “Questão Social” como produto da sociabilidade capitalista, assumindo sua centralidade na formação dos pesquisadores em Serviço Social e áreas afins. Considera os direitos sociais como socialmente determinados, levando em consideração as contradições da sociedade de classes, possibilitando a investigação das contradições das políticas sociais, que envolve as classes sociais no enfrentamento dos direitos sociais.

Sustentando a área de concentração, contemplando problemáticas e aprofundando os estudos referentes ao Serviço Social e áreas afins, o PPGSS/UEPB possui duas linhas de pesquisas, quais sejam: Serviço Social, Estado, trabalho e Política Social e Gênero, Diversidade e Relações de Poder.

A linha Serviço Social, Estado, Trabalho e Política Social enfoca as transformações societárias e suas implicações para o Serviço Social no enfrentamento das múltiplas expressões da Questão Social. Analisa as dimensões ontológicas do Estado capitalista, as políticas sociais e a contraditória relação capital versus trabalho; avalia a reforma do Estado na perspectiva neoliberal e os seus rebatimentos na políticas sociais, destacando a focalização, seletividade e

privatização como produto das transformações societárias; apreende o trabalho no processo de produção e reprodução na sociedade capitalista, com foco nas mudanças contemporâneas do mundo do trabalho e na organização da classe trabalhadora.

A linha Gênero, Diversidade e Relações de Poder, focaliza as relações de gênero como construção sócio-histórica e expressão da Questão Social; as relações de poder e sua influência nos processos sociais e culturais que atuam no sentido de transformar diferenças sociais em fontes de discriminação e desigualdades; discute a trajetória da construção da problemática do gênero, com destaque para as discussões centralizadas nas diferenças de classe, racial/étnica, geracional e sexual, e seus efeitos nas políticas sociais, na formação dos sujeitos políticos, na organização doméstico-familiar e no mundo do trabalho (SANTIAGO *et al.*, 2014).

As linhas de pesquisa contribuem na definição da produção acadêmica “e se constituem em estratégias de formulação e aprofundamento de estudos, contemplando problemáticas referentes ao Serviço Social e áreas afins” (SILVA; DAVI; NÓBREGA, 2020, p. 455). Para Severino (2009), as linhas de pesquisa refletem as especificidades e competências dos docentes do programa e constituem a referência central para a docência, para a definição dos núcleos de estudos, para o delineamento da temática das dissertações, para a produção científica tanto dos docentes quanto dos discentes. Desse modo, materializando as ações das linhas de pesquisa, o PPGSS/UEPB conta, além das dissertações e produções intelectuais, com projetos de pesquisa e extensão (BRASIL, 2017).

Segundo regimento interno do PPGSS/UEPB o mestrado tem duração de 24 (vinte e quatro) meses, o número mínimo de créditos para a integralização do curso é de 28 (vinte e oito) sendo 14 (quatorze) créditos referentes às disciplinas obrigatórias, 08 (oito) créditos referentes às disciplinas eletivas e 06 (seis) créditos referentes à dissertação. Sua estrutura curricular é composta por 03 (três) disciplinas obrigatórias da área de concentração: Fundamentos Sócio-Históricos do Serviço Social, Metodologia de Pesquisa e Seminários de Pesquisa, essas disciplinas deverão ser cursadas por todos os discentes do curso. Disciplinas obrigatórias direcionadas para cada uma das linhas de pesquisa, a saber: Estado, Direitos Sociais e Política Social e Estudos de Gênero. E as disciplinas eletivas²⁴, essas são ofertadas seguindo as

²⁴ Em sua grade curricular constam as seguintes disciplinas eletivas: Questão Social e Serviço Social; Trabalho na Sociedade Contemporânea; Crise Capitalista, Neoliberalismo e Políticas Sociais; Saúde e Trabalho; Gestão Pública Brasileira: Debate Contemporâneo. Gênero e Trabalho; Gênero, Corpo e

especificidades de cada uma das linhas, comumente a sua oferta²⁵ está relacionada aos objetos e estudos desenvolvidos nas linhas de pesquisa e visam aprofundar os temas específicos aos quais se vinculam os projetos dos docentes e discentes.

Sabemos que é exigida do(da) assistente social uma indissociável articulação entre profissão, conhecimento e realidade, tornando-se imprescindível enfatizar as atividades investigativas como dimensão constitutiva da ação profissional (IAMAMOTO, 2012). Neste contexto, as disciplinas são de fundamental importância para a formação e reflexão do discente, bem como para a compreensão de que a pesquisa está diretamente relacionada ao exercício profissional.

Exercendo um papel fundamental na dinâmica do PPGSS/UEPB estão os grupos e núcleos de pesquisas, em seu significativo esforço para articular a graduação e a pós-graduação, visa contribuir para a ampliação da produção do conhecimento e a socialização do mesmo no meio acadêmico e junto à categoria profissional e à sociedade. Os grupos/núcleos são por excelência lugar de adensamento de debates e também de despertar da curiosidade científica e do espírito investigativo, estimulando a formação de profissionais críticos e alunos que desejam prosseguir os estudos para tornar-se docentes e investigadores (PRATES, 2016). Além de ser um espaço fecundo para a pesquisa científica, pois possibilita o acesso de discentes ao Programa de Iniciação Científica. Segundo dados da Agência Brasil (2017)²⁶ estudantes que participam de programas de Iniciação Científica durante a graduação têm 2,2 vezes mais oportunidade de completar o mestrado e 1,5 maior de concluir o doutorado, isso comparado aos alunos que não participam da Iniciação Científica.

Neste mesmo entendimento, a pesquisa de PIBIC realizada, anteriormente citada, junto aos grupos/núcleos de pesquisa do Departamento de Serviço Social da UEPB, no ano de 2013, identificou que a participação dos(as) discentes nos grupos/núcleos contribui para seu ingresso nos cursos de mestrado e doutorado. O

Diversidade; Gênero, Etnia/Raça, Geração e Diversidade Cultural; Transversalidade de Gênero e Políticas Públicas (BRASIL, 2017).

²⁵ Vale salientar que nem todas as disciplinas são ofertadas a cada semestre. No período de 2014 a 2017, especificamente, foram ministradas as seguintes disciplinas eletivas, de acordo com a linha de pesquisa. Linha “Serviço Social, Estado, trabalho e Política Social”: Serviço social, Estado, Trabalho e Políticas Sociais; Ética, Direitos Humanos, Diversidade e Serviço Social; Questão Social e Serviço Social; Trabalho, Proteção Social e Serviço Social. Linha “Gênero, Diversidade e Relações de Poder”: Gênero, Diversidade e Relações de Poder: Gênero e Trabalho; Transversalidade de Gênero e Políticas Públicas; Gênero, Etnia/Raça, Geração e Diversidade Cultural; Gênero, Corpo e Diversidade (BRASIL, 2017).

²⁶ Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-04/bolsistas-de-iniciacao-cientifica-concluem-estudos-mais-rapido-diz-pesquisa> > Acesso em: 24 Jul. 2021.

estudo também constatou que “a existência dos grupos e núcleos de pesquisa no curso de Serviço Social e principalmente a produção acadêmica de seus pesquisadores teve uma influência significativa para a aprovação pela CAPES do mestrado em Serviço Social da UEPB” (SILVEIRA; RODRIGUES; SILVA, 2013, p. 45).

Os grupos/núcleos são ligados aos Departamentos ou ao Centro aos quais os docentes estão vinculados. O PPGSS/UEPB conta com os seguintes grupos: o Grupo Flor e Flor Estudos de Gênero, Grupo de Estudos, Pesquisa e Assessoria em Políticas Sociais (GEAPS), Grupo de Estudos sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPS), Núcleo de Pesquisa em Política de Saúde e Serviço Social (NUPEPSS), Núcleo de Pesquisa e Extensão Comunitária Infanto-Juvenil (NUPECIJ) e o Núcleo de Investigações e Intervenções em Tecnologias Sociais (NINETS). Todos os grupos acima referidos encontram-se atualizados e certificados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Estes grupos/núcleos de pesquisa possuem importância significativa no fortalecimento do Programa, visto que se constituem enquanto espaço privilegiado de debates, estudos e pesquisas em sintonia com as linhas de pesquisas do Programa.

O corpo docente atualmente é constituído por 13 (treze) professores, destes, 10 (dez) compõem o quadro de docentes permanentes e 03 (três) docentes colaboradores (oriundos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal da Paraíba e outro da Universidade Estadual da Paraíba). O perfil docente é interdisciplinar, com pós-doutores e doutores, do Serviço Social, Psicologia e História.²⁷

O ingresso dos discentes se dá por meio de processo seletivo. Ao longo dos anos verificou-se um expressivo aumento no número de candidatos inscritos, o que demonstra à visibilidade e credibilidade do Programa na região Nordeste. Observa-se a inserção sistemática de alunos provenientes de diferentes cidades do Estado da Paraíba e de outros Estados do Nordeste, tal fato contribui para o processo de interiorização do ensino de pós-graduação em Serviço Social. É importante ressaltar, entretanto, que no último ano houve uma diminuição significativa no número de inscritos para a seleção, como destaca Silva; Davi e Nóbrega (2020). Segundo as autoras, tal fato é reflexo da ofensiva contra a política de educação superior dos últimos anos, a exemplo do corte do número de bolsas, o que tem dificultado

²⁷ Para maiores informações consultar o site do PPGSS/UEPB, disponível em: <<http://pos-graduacao.uepb.edu.br/ppgss>> Acesso em: 20 abr. 2021.

enormemente a permanência dos(das) discentes em uma pós-graduação sem disponibilidade de recursos, obrigando-os(as), muitas vezes, a se inserirem no mercado de trabalho e conciliar estudo com trabalho. O PPGSS/UEPB conta atualmente com apenas 06 (seis) bolsas da CAPES.

A falta de recursos é uma das maiores dificuldades do pós-graduando, pois impede o custeio de despesas pessoais, o investimento na própria pesquisa a ser realizada, culminando em desmotivação e desencadeando adoecimento. Em 2019, mais de 12 mil bolsas de mestrado e doutorado foram extintas. O orçamento para 2020 da CAPES e do CNPq foram cortados, em 50% e 87% respectivamente. Houve uma redefinição dos critérios de distribuição de bolsas de mestrado e doutorado financiadas pela CAPES, modificando os pisos e tetos de cortes destas bolsas, de maneira que, programas com notas 3 (três), 4 (quatro) e 5 (cinco) tiveram bolsas remanejadas para programas de maiores conceitos. Expressando mais um ataque à educação pública, o governo federal bloqueou R\$116 milhões do orçamento do CNPq destinado ao pagamento de bolsas de pesquisas, orçamento, este que já havia passado por um corte de R\$100 milhões, em 2020, este corte a mais no orçamento poderá levar à suspensão de bolsas nos últimos meses de 2021 (ANPG, 2021).

O programa recebe uma significativa demanda de candidatos(as) com formação em Serviço Social, observa-se com frequência, também a inscrição de candidatos(as) de outras áreas do saber, tais como: Direito, Comunicação Social, Enfermagem, Psicologia, Administração, História, Ciências Sociais, Pedagogia, Letras, entre outras, o que enriquece a interlocução com outras áreas do saber. A inscrição de candidatos de outras áreas possibilita ao Programa a integração com os demais campos do saber, além de contribuir para o processo de produção de conhecimento na área e a discussão de temas de relevância social que perpassam os mais variados campos de atuação do/da assistente social e das demais profissões.

Em pesquisa realizada sobre os egressos do PPGSS/UEPB, Souza; Silva e Araújo (2020) identificaram que 87,8% dos egressos são graduados em Serviço Social, 4,9% em Direito, 4,9% em Comunicação Social e 2,4% em História. Acompanhando a tendência nacional, o perfil dos egressos revela que os discentes são em sua maioria, 97,5%, oriundos do ensino público e 2,4% de instituições privadas. Seguindo o traço de gênero presente no Serviço Social os autores constataram que no PPGSS/UEPB há também a prevalência de discentes do sexo feminino, 85,4%, enquanto que do sexo masculino são apenas 14,6%, estes números

corroboram os dados da pesquisa realizada pela ABEPSS durante a gestão 2017-2018, que apresenta o perfil dos discentes da pós-graduação em Serviço Social indicando que 83% dos/das discentes são mulheres e apenas 17% homens. Esta última constatação reafirma a marca de gênero presente ao longo da trajetória do Serviço Social. Uma qualidade que é desenvolvida e determinada por construções sociais e ideológicas permeadas por interesses de classe (CISNE, 2010).

Não podemos esquecer o perfil socioeconômico das(os) discentes de Serviço Social que, na sua maioria são oriundos das classes menos favorecidas e que na ausência de bolsa precisam trabalhar o que compromete a qualidade do seu desempenho no Programa. Neste quadro, como bem destaca Lima (2014), o Serviço Social é uma profissão formada majoritariamente por mulheres vindas da classe trabalhadora, mediatizada por um forte recorte de classe social e também de raça, com predominância de mulheres pardas ou negras. O perfil das(os) discentes segue essa tendência, segundo a ABEPSS (2018, p. 50) “um perfil discente composto majoritariamente por mulheres, com expressiva presença de mães, mulheres casadas, provedoras de suas famílias, oriundas de escola pública, trabalhadoras”.

Sabe-se que no Serviço Social a predominância do sexo feminino está evidenciada desde a formação acadêmica. De acordo com o Censo do Ensino Superior, realizado em 2003, das matrículas nos cursos de Serviço Social no Brasil, o sexo feminino liderava com um total de 93,8%, o que faz da questão de gênero um dos principais determinante para decifrar o trabalho do/da assistente social, bem como o mercado e as condições de trabalho, além da imagem social da profissão e os impasses da identidade profissional (IAMAMOTO, 2010).

Em relação às atividades profissionais, 77,78% dos egressos do PPGSS/UEPB possuem vínculo empregatício, um número significativo desses sujeitos encontra-se no exercício da docência, inseridos em sua grande maioria nas instituições privadas de ensino superior, com contratos precários. Tal fato demonstra uma relevante incorporação dos pós-graduados do PPGSS/UEPB no mercado de trabalho (SOUZA; SILVA; ARAÚJO, 2020). Na conjuntura atual, em decorrência da crise capitalista e, conseqüentemente, das transformações ocorridas no mundo do trabalho, o aumento do desemprego e a precarização, os(as) assistentes sociais vêm se inserindo em relações e condições de trabalho cada vez mais precárias. Nesse sentido, a busca por qualificação profissional é encarada como uma possibilidade a mais de inserção no mercado de trabalho, embora uma maior qualificação não impeça destes sujeitos

vivenciarem ocupações e relações precarizadas de trabalho, nem proporcione um equilíbrio salarial entre homens e mulheres (SOUZA; SILVA; ARAÚJO, 2020).

Em pesquisa realizada pela Agência de Empregos Catho, em 2021, foi evidenciado que mulheres, mesmo ocupando cargos iguais e realizando as mesmas tarefas, chegam a ganhar até 34% menos do que os homens. Considerando a qualificação profissional, que é um dos principais fatores para promoção salarial, 30% das mulheres possuíam graduação e/ou pós-graduação, enquanto que 24% dos homens estavam nessa mesma condição, ainda assim, os homens chegam a receber até 52% a mais que as mulheres²⁸.

É um dado de realidade que os(as) assistentes sociais, como grande parte da classe trabalhadora vem sofrendo com os baixos salários, precárias condições de trabalho, etc., razão pela qual, segundo Nóbrega (2013, p. 246), se faz necessário essa discussão, pois, as condições desfavoráveis e precárias das relações de trabalhos desses sujeitos repercutem negativamente sobre o processo de produção de conhecimento teórico-metodológico, “se não necessariamente sobre a direção desse conhecimento, mas sobre as condições objetivas e subjetivas nas quais estão inseridos os sujeitos responsáveis por essa produção” .

Conforme Relatório da Avaliação Quadrienal 2017, o PPGSS/UEPB após a primeira Avaliação Quadrienal – CAPES/2013-2016, permaneceu com o mesmo conceito 03 (três). Diante disto, o PPGSS/UEPB, a despeito da conjuntura adversa vem imprimindo esforços para elevação do seu conceito. Seguindo uma trajetória de contínua construção e crescimento e se constituindo enquanto um espaço de pesquisa plural e de diálogos frutíferos que contribui para a apreensão da dinâmica da sociedade contemporânea. Assim, vem apresentando um significativo desempenho em sua produção intelectual. No que se refere à produção bibliográfica dos docentes e discentes do PPGSS/UEPB, constata-se a publicação de artigos em periódicos importantes da área de circulação nacional e internacional, organização de livros, publicação de capítulos de livros, comunicações orais em Anais de Eventos Internacionais, Nacionais e Regionais, sobre os mais diversos temas. Desse modo, o Programa vem contribuindo com a produção intelectual da área e com a socialização do conhecimento, com a formação de recursos humanos qualificados para a produção do conhecimento, para a docência e para a atuação nas políticas sociais e assessorias

²⁸ Disponível em: <https://www.catho.com.br/carreira-sucesso/colunistas/noticias/mesmo-com-maior-grau-de-escolaridade-mulheres-ganham-menos-que-homens/> Acesso em: 25 de jul. 2021.

aos movimentos sociais, bem como com o fortalecimento das lutas da categoria por uma formação pública, gratuita e de qualidade, enfim nas lutas por direitos sociais.

O conhecimento teórico-metodológico produzido revela as particularidades da profissão no seu processo interventivo e investigativo. Estas produções são de grande importância para o Serviço Social a medida que contribui para compreensão de problemas sociais que afetam a sociedade brasileira e a intervenção na realidade social, expressando uma postura ética sobre o papel do conhecimento na sociedade contemporânea (CARVALHO; SILVA, 2005).

O atual cenário da educação superior impõe diversos desafios, diante da lógica mercantilista, pragmática e instrumental que impera no ensino superior, particularmente na pós-graduação, que vem sofrendo os rebatimentos do processo de sucateamento do ensino em todos os níveis colocando em risco o seu padrão de qualidade duramente conquistado ao longo dos anos. Imerso nesse contexto, o PPGSS/UEPB vem enfrentando investidas que se constituem em enormes desafios, mediante a intensificação de um produtivismo acadêmico que imprime mudanças na condução das pesquisas e na vivência dos discentes e docentes no processo de investigação da realidade e produção do conhecimento, bem como na insuficiência do quantitativo de recursos humanos, com um número reduzido de docentes, o que culmina nas extenuantes jornadas de trabalho. Bem como na carência de recursos, particularmente no quantitativo de bolsas, conforme já dito anteriormente e na redução de recursos do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP), cujo objetivo é financiar as atividades dos cursos de pós-graduação, proporcionando melhores condições para a formação de recursos humanos.

Todas essas circunstâncias, aliadas a fatores de ordem psicossociais, tais como: angústia, ansiedade, depressão, pânico, sentimento de não pertencimento, crise financeira, ausência de tempo livre, etc., e fatores de ordem institucionais como: exigências da pesquisa, produtivismo acadêmico, tempo médio de titulação, avaliações e desfinanciamento, jornadas excessivas de trabalho, múltiplas tarefas, etc., são fatores que vêm contribuindo para o adoecimento de discentes e docentes. Pesquisa realizada em 2018 pela ABEPSS, com discentes de universidades públicas e privadas, acerca do perfil das/os estudantes de pós-graduação em Serviço Social no Brasil, revelou o adoecimento mental dos(as) discentes após o ingresso na pós-graduação. Das/os discentes participantes da pesquisa, 86,7% declararam ter tido sintomas de ansiedade durante a pós-graduação, 66,5% relataram desânimo e falta

de vontade de fazer as atividades, 11,4% declararam que tiveram pensamentos suicidas. Além disso, 20% declaram que têm ou tiveram uma psicopatologia diagnosticada (depressão e ansiedade foram as mais citadas). Entre os entrevistados, 52% relacionaram os sintomas de piora da saúde mental ao fato de estarem cursando o mestrado ou doutorado. Entres esses, 73,1% atribuem o adoecimento à “pressão na escrita e/ou produção acadêmica”, 58,2% ao “nível de exigência e prazos das atividades da pós-graduação” e 53,9% às “dificuldades de conciliar trabalho e estudo” (ABEPSS, 2020b).

O sofrimento/adoecimento de estudantes e docentes da pós-graduação é realidade há muito tempo no Brasil, diante da mercantilização e da desvalorização da pesquisa científica. No entanto, está sendo agudizada no contexto da pandemia. O contexto atual demonstra que os docentes estão inseridos em um ambiente favorável ao adoecimento mental pelos impactos da COVID-19. Na China, vários docentes adoeceram com transtornos como: ansiedade generalizada, transtorno de adaptação e síndrome de Burnout ou síndrome do esgotamento profissional. Esse adoecimento tem relação com as notícias jornalísticas de morbidade e mortalidade, junto à pressão proveniente das instituições de ensino quanto ao uso das tecnologias digitais, somadas à vida pessoal e à carga de estresse da própria pandemia repercutindo no medo de adoecer e/ou morrer (SANTOS; SILVA; BELMONTE, 2021).

Vale destacar que no contexto pandêmico em que nos encontramos, – em que pese todas as discussões referentes aos desafios e possibilidades do ensino remoto, já discutido anteriormente – o PPGSS/UEPB ancorado nas discussões e orientações da ABEPSS, a princípio, suspendeu as atividades presenciais e resistiu ao ensino remoto emergencial, manteve-se de forma remota as orientações e as bancas de qualificação e defesa. Após longo debate foi apreciada a proposta que normatiza as aulas remotas na UEPB. Sendo assim, com a pressão pelo retorno das atividades, o Programa aderiu ao ensino remoto no segundo semestre de 2020. Quanto ao processo seletivo, manteve-se modificando a forma de presencial para remoto, todo o processo foi realizado de forma *on-line*, destacamos que excepcionalmente houve uma ampliação no número de vagas em função do número de aprovados no referido processo.

Apesar deste contexto bastante adverso em que se intensificam as implicações das contrarreformas os discentes do PPGSS/UEPB produziram conhecimento a partir das dissertações elaboradas, as quais nos debruçaremos a seguir.

4.2 A produção de conhecimento nas dissertações de Mestrado defendidas e aprovadas no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba: temáticas prevaletentes

No período de 2015 a 2019 foram defendidas 49 (quarenta e nove) dissertações de mestrado no PGSS/UEPB. Destas, 45 (quarenta e cinco) encontram-se disponíveis para consulta em meio eletrônico, na Biblioteca de Tese e Dissertações da UEPB e constituem o universo de nossa pesquisa. O conhecimento que vem sendo produzido enfoca temas de grande relevância na atualidade e demonstra, sobretudo, a “preocupação com os problemas sociais brasileiros, decorrentes dos elevados índices de desigualdade social e pobreza, realçando a importância do Serviço Social contemporâneo na apreensão e no trato das questões nacionais, regionais e locais (CAPES, 2017, p. 8).

A variedade de temas que dão tom a produção de conhecimento do Serviço Social tem sido objeto de significativos estudos na área. Diversas pesquisadoras a exemplo de Kameyama (1998), Yazbek (2005), Carvalho e Silva (2005), Simionatto (2005) e Iamamoto (2010), explicita a produção do conhecimento na área de Serviço Social, esses estudos vem contribuindo para o desenvolvimento e consolidação do Serviço Social brasileiro como área de produção de conhecimento. As investigações revelam a direção da produção do conhecimento tanto no âmbito das pós-graduações, quanto nas publicações em revistas da área e eventos científicos da categoria, demonstrando a direção assumida por essas produções, os eixos de análises e suas contribuições para a formação e a prática profissional (LEWGOY; SERPA, 2018).

Carvalho e Silva (2005) apresentam um panorama da pós-graduação em Serviço Social no Brasil, um dos aspectos abordados pelas pesquisadoras são as temáticas que integram o universo da produção do conhecimento na área. Segundo as autoras, o amplo leque de temas discutido reflete a inserção da profissão nos diferentes espaços ocupacionais e as preocupações da profissão com as inúmeras expressões da Questão Social objeto de estudo do Serviço Social.

Essa diversidade temática das pesquisas realizadas no âmbito do Serviço Social, é um privilégio da categoria profissional “socialmente convocada a atuar

transversalmente nas múltiplas expressões da Questão Social, na defesa dos direitos sociais e humanos e das políticas públicas que o materializam” (IAMAMOTO, 2010, p. 457). O que especialmente, indica uma profissão com vocação histórica atenta as transformações que ocorrem nas relações entre o Estado e a sociedade brasileira, no marco das relações internacionais, apresentando uma agenda de questões que demonstra a profunda interlocução da profissão com o movimento da sociedade (IAMAMOTTO, 2010).

O amplo leque de temas priorizado na produção teórica do Serviço Social nos possibilita afirmar conforme destaca Simionatto (2005) que avançamos na análise teórico e metodológico da realidade social e do próprio Serviço Social, na compreensão dos desafios os quais a profissão enfrenta. Desse modo, a produção de conhecimento do Serviço Social tem avançado em toda a América Latina, expandindo a interlocução com as Ciências Sociais, ampliando os conhecimentos acerca de vários temas. Segundo a autora,

A bibliografia produzida tem se debruçado sobre temas que abarcam os processos de globalização e mundialização do capital, as mudanças no mundo do trabalho e suas consequências para a classe trabalhadora, tanto do ponto de vista objetivo, com a flexibilização e a precarização do trabalho, o crescimento do desemprego, o aumento do exército industrial de reserva, bem como do ponto de vista subjetivo, mediante a cooptação da classe trabalhadora por meio de um intenso processo de transformismo (IASI, 2012, p. 286), especialmente em seus institutos de representação coletiva. No âmbito das relações Estado e sociedade, as produções captam e debatem as “contrarreformas” e sua incidência no campo dos direitos sociais e das conquistas históricas das lutas dos trabalhadores. Temas como políticas sociais e suas interfaces com os direitos, a cidadania, a democracia, a sociedade civil, os movimentos sociais, a participação popular, aparecem em produções e pesquisas mediante análises críticas, desvendam a dinâmica do capitalismo contemporâneo e, ao mesmo tempo, oferecem subsídios à investigação de um vasto campo de expressões da questão social, tais como pobreza, violência, fome, desemprego, relações de gênero, carências materiais e existenciais, vinculadas às complexas determinações sociais das novas condições históricas (SIMIONATTO, 2014, p. 17-18).

Constatamos que essa diversidade de temas que permeia os debates e as produções construídas no interior do Serviço Social são resultantes das profundas transformações da sociedade, do Estado, das políticas sociais e das requisições postas ao Serviço Social que exigem respostas concretas, como já destacado por Iamamoto (2010). Esses debates são essenciais para a profissão no seu processo de análise da sociedade e em seu posicionamento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo.

De acordo com Silva (2007), a investigação no Serviço Social deve priorizar temas pertinentes à profissão e fincados na própria realidade, pois os assistentes sociais “lidam com temas e objetos de estudo inseridos no mundo e imbricados com a vida de seres sociais” (SILVA, 2007, p. 288). O Serviço Social vem produzindo conhecimento em diversas áreas temáticas objetivando com essas investigações contribuir para o desenvolvimento social. Neste sentido, Silva (2007) afirma “a pesquisa em nível de Serviço Social precisa perquirir temas pertinentes para esta profissão, para seus usuários e para os próprios assistentes sociais, utilizando a realidade como um necessário celeiro empírico que, por si só, não produz conhecimento” (SILVA, 2007 p. 291).

Contribuindo neste debate, Nóbrega (2013) destaca em sua pesquisa que os(as) assistentes sociais vêm se debruçando sobre questões que se articulam com suas áreas de interesse, prevalecendo temas que historicamente têm sido privilegiados nas pesquisas do Serviço Social. Segundo a autora,

São temas que vem compondo a agenda de debates no âmbito da categoria profissional, sob a direção das suas entidades representativas, justamente no contexto histórico onde as bases de produção da “questão social” sofrem profundas transformações com as inflexões verificadas no padrão de acumulação e a propalada crise da sociedade do trabalho, com a crescente redução da capacidade de absorção do mercado de trabalho e a ampliação do desemprego estrutural (NÓBREGA, 2013, p. 252).

A escolha de temas para compor a produção teórica do Serviço Social tem íntima relação com o contexto histórico. Como afirma Simionatto (2005), a eleição de determinados temas decorre de questões internas da profissão, e também externas, originadas pela crise estrutural do capitalismo e sua incidência nas diversas dimensões da vida social.

No Serviço Social a conjuntura atual é favorável à reatualização de práticas conservadoras, que legitimam a ordem vigente. Essa prática empobrece o conhecimento crítico da realidade e, necessariamente, aliena as relações cotidianas. Portanto, o cenário exige, cada vez mais, uma postura crítica, por parte do pesquisador, de defesa do significado social da profissão. Para tanto, é necessário a este pesquisador, desvelar a realidade em suas diversas dimensões e determinações (BARROCO, 2009).

Nas dissertações de mestrado que compõem o universo da nossa pesquisa constatamos o interesse dos pesquisadores do PPGSS/UEPB, resultante da

preocupação e da sintonia com os acontecimentos da contemporaneidade, contribuindo para o acúmulo do conhecimento já existente. Desse modo, objetivando identificar e analisar as temáticas, as tendências teórico-metodológicas e a direção social contidas no conjunto das dissertações que analisamos, passamos a expor os dados, inicialmente, apresentando o quadro geral das temáticas que perpassaram os estudos.

Cabe ressaltar que o conjunto das temáticas que abordaremos em nosso trabalho foram agrupadas e sistematizadas tomando como base a classificação adotada pela ABEPSS nos GTPs, conforme quadro a seguir:

Quadro 1 – Dissertações de mestrado PPGSS/UEPB defendidas entre 2015 e 2019 e liberadas para consulta pública, distribuídas por eixo temático, conforme GTPs da ABEPSS

TEMÁTICA	QUANT.	%
Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidade	22	49
Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional	11	24
Política Social e Serviço Social	9	20
Trabalho, Questão Social e Serviço Social	3	7
TOTAL	45	100

Fonte: Elaboração Própria (2021).

Mediante as informações contidas no Quadro 01, constatamos a predominância de temas relacionados ao eixo temático Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidade congregando o total de 49% da produção de conhecimento do PPGSS/UEPB, no lapso temporal definido na pesquisa.

No conjunto dessa produção o citado eixo temático lidera em termos numéricos, reunindo 22 (vinte e duas) dissertações. Na sequência o eixo temático Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional, congregam 11 (onze) dissertações. Logo em seguida, com 09 (nove) dissertações reunidas segue o eixo temático Política Social e Serviço Social. No eixo Trabalho, Questão Social e Serviço Social, foram congregadas 3 (três) dissertações.

A expressividade das temáticas que guardam relação com o eixo Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidade que ocupa 49% do total de dissertações analisadas, pode ser explicado pelo crescente

aumento das discussões de gênero no âmbito acadêmico, pelo avanço das relações sociais na cena contemporânea, pelo trabalho do/da assistente social nas políticas de proteção às mulheres bem como pela especificidade do PPGSS/UEPB em oferecer a linha de pesquisa “Gênero, Diversidade e Relações de Poder”. Ademais, o aumento de todas as formas de violência, a ascensão do racismo, da xenofobia, da homofobia, do feminicídio, certamente, vem contribuindo para o aumento da produção de conhecimento do PPGSS/UEPB nesse eixo temático.

O Brasil possui a quinta maior taxa de feminicídio do mundo. Em meio ao isolamento social o país contabilizou 1.350 casos de acordo com o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021*, elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Um relativo agravante é a dificuldade de acesso das vítimas aos serviços de proteção, visto que os dados oficiais demonstram uma significativa queda no número de denúncias de violência contra a mulher, acredita-se que essa dificuldade de acesso vem contribuindo para a subnotificação dos casos. O relatório *Observatório das Mortes Violentas de LGBTI+1 no Brasil – 2020* apresenta o aumento dos casos de violência e morte de LGBTs (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) em 2020 no Brasil (GASTALDI *et al.*, 2020). Esses dados reforçam a importância de estudo relacionados a essas temáticas.

Para o Serviço Social enquanto profissão interventiva e área de conhecimento, o debate sobre as questões de gênero é essencial, a apropriação dessa discussão possibilita a compreensão das diferenças socialmente estabelecidas entre homens e mulheres. É fundamental tendo em vista as particularidades de uma profissão inserida na sociabilidade capitalista e tendo sua constituição historicamente marcada pelo processo de feminização, uma profissão de mulheres e para mulheres (CISNE, 2004).

Nessa direção, Tiburtino (2015) chama atenção para a importância da análise das relações de gênero no âmbito do Serviço Social, seja pela histórica marca de gênero que acompanha a profissão, desde a sua gênese, e que traz diversas determinações e implicações à categoria profissional, seja pela sua atuação inserida nas relações sociais, em que gênero compõe uma das dimensões fundamentais. Sendo, portanto, imprescindível para compreender a profissão e para intervir nessas relações.

Sabemos que a aproximação do Serviço Social com o movimento feminista, e, por conseguinte, com os estudos de gênero se revela tardiamente, remete a década de 1990 explica Lisboa,

Em 1990, surge na academia a categoria gênero consolidando os 'estudos de gênero' em substituição a 'estudos feministas' ou 'da condição feminina'. Aproximando-se dos movimentos feministas, a partir de 1990, o Serviço Social passa a aderir às lutas das chamadas minorias, inserindo-se nas questões relacionadas à violência contra mulheres, discriminação étnica, racial e cultural, homofobia e outras (LISBOA, 2010, p. 71).

De acordo com Cantalice (2013), esse debate não se dá sem tensões, tendo em vista a presença de diferentes correntes teórico-políticas demarcando um campo de disputa, no qual se faz presente tanto o marxismo quanto o pós-modernismo.

Ainda na década de 1990 a questão de gênero foi incluída no Código de Ética Profissional e a ABEPSS reconheceu a importância do debate para a formação profissional incluindo-o nas diretrizes curriculares. O Código de Ética de 1993 destaca como princípios fundamentais: o reconhecimento da liberdade; a defesa intransigente dos direitos humanos, recusa do arbítrio e do autoritarismo; ampliação e consolidação da cidadania, a democracia, o favorecimento da equidade e justiça social, a eliminação de todos os tipos de preconceitos, a garantia do pluralismo, a opção por um projeto profissional vinculado à construção de outra forma de sociedade sem dominação/exploração, como também a articulação com os movimentos sociais, o compromisso com a qualidade de serviços e a negação da discriminação por questões de classes sociais, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física e mental (CFESS, 2011).

Esse período histórico é também marcado pelas discussões e implementação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Segundo Lima (2014), em 1996, a discussão de gênero alcançou relevância passando a ser contemplada no processo de formação profissional, integrando a grade curricular dos cursos de graduação, de forma transversal, com a inserção desse conteúdo em disciplinas obrigatórias ou eletivas. Assim, a temática foi ganhando maior visibilidade no Serviço Social, possibilitando também a compreensão dos recortes de classe, etnia/raça, geração, que estão intimamente ligados ao debate desta categoria. Esse processo contribuiu, significativamente, para a criação de grupos de pesquisa e desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão sobre o tema.

Nesse contexto, de crise estrutural do capitalismo, no qual surgem novas configurações e expressões da Questão Social, a profissão enfrenta processos e dinâmicas que traz à tona novas temáticas. Como destaca Netto (1996), as

transformações observadas a partir desse ambiente se expressam, dentre outros, na emergência de protagonistas sociais, a exemplo das mulheres e dos jovens. Assim sendo, as demandas femininas ganharam força emancipatórias, passando a atravessar as práticas sociais como questões que já não podem ser ocultadas. Portanto, alarga-se o debate das questões relacionadas

à violência contra a mulher e discriminações étnicas, raciais e culturais, pautando debates como a homofobia, lesbofobia, transfobia e outros, tanto no âmbito de produção do conhecimento como nas campanhas do conjunto CFESS/CRESS e ENESSO (TRIBUTINO, 2015, p. 261).

No lastro desse processo e contribuindo para ampliar ainda mais o debate sobre as temáticas das investigações no âmbito do Serviço Social, tem-se a criação dos GTPs, como já mencionado anteriormente. Visto que estes disseminam informações sobre as dimensões que o compõem, promovendo “debates fecundos sobre os temas de ponta do interesse profissional e das forças progressistas da sociedade” (ABEPSS, 2013). Neste sentido, a criação do GTP “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades”, é, sem dúvida, um grande avanço no processo de fortalecimento e consolidação das discussões e produções acerca das temáticas de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades no âmbito do Serviço Social, pois

constitui-se como um espaço de elaboração, produção e circulação do conhecimento de forma articulada com as problemáticas em tela, visto que as dimensões de exploração e opressão são estruturantes da sociabilidade do capital, intrinsecamente articuladas à dimensão de classe (QUEIROZ *et al.*, 2014, p. 233).

As dissertações analisadas versam sobre violência doméstica e familiar; violência sexual; gênero e violência; gênero e trabalho; família e gênero; prostituição; identidade de gênero; homossexualidade; transexualidade; relações homoafetivas; direitos sexuais e reprodutivos; mulheres e participação política; gênero, raça e geração; protagonismo feminino; raça/etnia; política educacional indígena; comunidades tradicionais. Ressaltamos a importância desse debate para produção de conhecimento no Serviço Social, visto que a temática demonstra sua relevância em face da conjuntura atual.

O debate sobre a área temática Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional ocupou espaço importante nas produções do Programa, como

destacado anteriormente 24% das dissertações estão reunidas nesse eixo, representando a segunda maior incidência nas produções pesquisadas.

Essa temática, até os anos 2000 não se apresentava entre as mais pesquisadas no âmbito da pós-graduação, eram poucas as produções que discutia o Serviço Social como objeto central de suas pesquisas (IAMAMOTO, 2010). Nos anos seguintes observamos, conforme ressalta Lewgoy e Souza (2018), avanços quantitativos e qualitativos da produção teórica da área relacionada ao eixo temático Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional. Assim, o Serviço Social vem incorporando cada vez mais estudos específicos sobre o conteúdo da profissão. Essa tendência de aumento das produções relacionadas ao Serviço Social, seus fundamentos e formação profissional, é confirmada na nossa pesquisa como podemos observar, sendo esse eixo temático o segundo mais discutido nas produções do PPGSS/UEPB.

É importante ressaltar que as discussões no âmbito desse eixo temático, se relaciona com a realidade concreta da ordem capitalista. Desse modo, não trata o Serviço Social em uma perspectiva endógena, “o que é de extrema importância e riqueza teórica, além de demonstrar na mesma medida a preocupação da profissão com uma direção social, referenciada nas classes subalternas” (GALDINO, 2016, p. 68). Neste sentido Lewgoy e Souza (2018) chama atenção para nos mantermos vigilantes e críticos quanto ao conteúdo dessas produções, “reconhecendo que é superando as lacunas do conhecimento que avançamos e reafirmamos sua direção teórico-metodológica” (LEWGOY; SOUZA, p. 186).

A pesquisa realizada por Lewgoy e Souza (2018) apresenta uma síntese detalhada das tendências e perspectivas da produção de conhecimento do Serviço social brasileiro, cujo objeto de estudo está relacionado ao GTP Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional. As autoras indicam os avanços e desafios em torno da produção de conhecimento dessa grande área

Nessa direção, as produções do PPGSS/UEPB vêm contribuindo no adensamento do debate referente a esse eixo. O esforço intelectual dos discentes e docentes está expresso nessas produções, que tem abordado e problematizado o Serviço Social em uma perspectiva de totalidade.

Transitando entre as questões relacionadas aos fundamentos, formação e ao trabalho profissional, as produções teóricas do PPGSS/UEPB versam sobre a produção de conhecimento na área, as tendências teórico-metodológicas da

formação, o estágio curricular e suas repercussões na formação, a relação teoria e prática e as suas implicações na formação e nas produções da área, o projeto ético-político profissional, a direção social da profissão, o avanço do conservadorismo na profissão, o trabalho do assistente social nos diferentes espaços ocupacionais e os impactos das políticas neoliberais e da contrarreforma estatal na formação e trabalho dos(as) assistentes sociais. São produções que se relacionam com a realidade concreta em sua totalidade e demonstram preocupação com a direção social assumida pela categoria.

Segundo Yamamoto (2010) o debate voltado à formação profissional é intenso e estreitamente relacionado às diretrizes curriculares, o que é fundamental diante do contexto de expansão dos cursos privados de Serviço Social.

O eixo temático Política Social e Serviço Social também concentra um percentual significativo, totalizando 20% das dissertações analisadas, apresentando-se como a terceira temática de maior incidência entre as produções do PPGSS/UEPB.

No âmbito da produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro a temática das Políticas Sociais é recorrente, fato constatado em inúmeras pesquisas e publicações. O acúmulo existente incide sobre o fato de ser este um espaço em que se registra majoritariamente a atuação do/da assistente social, como aponta a pesquisa *Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional* (CFESS, 2005). A expressiva produção nessa temática está vinculada ao fato da Política Social “se constituir em uma mediação importante no processo de produção e reprodução da vida social e estratégia fundamental de enfrentamento das manifestações da Questão Social” (SILVA; QUEIROZ; AHLERT, 2020, p. 187).

Sabe-se que a interlocução do Serviço Social com as Políticas Sociais no Brasil tem início ao longo das últimas décadas do século XX e consolida-se no início do século XXI. O avanço nesse debate pode ser explicado, segundo Miotto e Nogueira (2013, p. 62),

Pela alteração nos sistemas de proteção social brasileiros, após o retorno do país ao Estado de Direito, em 1985. Período de intensa mobilização de segmentos da sociedade civil, no sentido de ampliar e garantir direitos em setores de ponta, ou seja, o núcleo duro da política social – saúde, previdência e assistência –, e de forte investimento nos marcos profissionais, para expandir os saberes sobre a relação entre questão social e política social. Estabelece-se um amplo processo de produção de conhecimento em torno da política social, que tem se constituído em um pilar central na consolidação do Serviço Social como área de conhecimento no campo das ciências sociais. Este fato favoreceu tanto a inserção da profissão e de seus

profissionais no embate político da sociedade brasileira como, também, a discussão sobre a intervenção profissional dos assistentes sociais no terreno da política social.

Para Behring (2009), o Serviço Social avançou significativamente nesse debate e hoje se destaca como referência nas análises dessa temática. Esse processo tem relação com a importância do tema para a categoria profissional, sendo a Política Social uma matéria fundamental na formação dos/das assistentes sociais, além de ser um componente curricular nas Diretrizes Curriculares de 1996. Um avanço que para a autora, acima referida, foi impulsionado pela incorporação do pensamento crítico e da tradição marxista no debate profissional a partir do final dos anos de 1970.

Nessa mesma trilha argumentativa, Galdino (2016) destaca que além da aproximação com a tradição marxista, outros dois fatores contribuíram para o adensamento do debate em torno da temática das Políticas Sociais, que são: a redemocratização e a promulgação da Constituição Federal de 1988 e o avanço, embora que contraditório, das Políticas Sociais nos governos do PT (2002-2006) com a expansão da assistência social via transferência de renda. Com destaque também para o neodesenvolvimentismo²⁹ característico dos governos citados e que se tornou temática significativa nas produções do Serviço Social.

Como ressalta Guerra (2010), o Serviço Social devido sua inserção nos processos sócio-históricos e seu investimento teórico-intelectual detém um largo conhecimento sobre as políticas sociais, especialmente a Política de Seguridade Social. Nas produções analisadas se sobressai o interesse pela seguridade social, em especial saúde e assistência. As produções discutem o processo de contrarreforma, os ajustes fiscais e suas implicações na Seguridade Social. Na área da saúde o destaque é para a promoção da saúde, os impactos da contrarreforma nessa Política e saúde mental. Com relação à assistência destacam-se os estudos sobre o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), os programas sociais e as tendências da assistência social nos governos neodesenvolvimentistas. A política de educação também comparece nas produções do eixo Política Social e Serviço

²⁹ O Neodesenvolvimentismo ou novo-desenvolvimentismo é “uma corrente contemporânea do pensamento brasileiro que nasce na esteira de uma tradição consolidada que remonta às décadas de 1940-70” (CASTELO, 2009, p. 73). Ainda de acordo com Castelo seu principal objetivo é combinar crescimento econômico combinado com melhoria dos padrões distributivos do país. Para tanto, é necessário um determinado padrão de intervenção do Estado na economia e na Questão Social, principalmente com relação à redução da incerteza inerente às economias capitalistas (CASTELO, 2009).

Social, com destaque para a educação inclusiva e o trabalho do/da assistente social nesse espaço sócio ocupacional.

Nas dissertações analisadas observa-se que as Políticas Sociais são apreendidas nas suas diferentes determinações, marcadas por tensões políticas e sociais em sua totalidade, inseridas no contexto de disputas do capital, de refração de direitos sociais e na implementação de políticas compensatórias, focalizadas e seletivas típicas do contexto neoliberal e que repercutem de forma gravíssima nas condições de vida e trabalho das classes sociais trabalhadoras.

Aglutinadas no eixo temático Trabalho, Questão Social e Serviço Social estão um total de 7% das dissertações, estas se dedicaram ao estudo das atuais configurações da precarização do trabalho no contexto da crise estrutural do capital e seus efeitos sobre a classe trabalhadora, o debate da precarização no mundo do trabalho, a partir das concepções dos autores que discutem a referida temática, e o enfrentamento às expressões da Questão Social diante das intervenções dos organismos multilaterais que impõem um novo padrão de Políticas Sociais para os países dependentes.

A temática do trabalho é intensamente investigada por pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento. Como exemplo dos estudos sobre a terceirização e a subcontratação, a precarização do trabalho, o desemprego estrutural e as demais refrações da crise capitalista que acentuam as expressões da Questão Social. No Serviço Social esse debate ganha relevância a partir dos anos de 1990 (LARA, 2008).

Sabe-se que o trabalho é a categoria fundante do ser social e, portanto, estruturante para a vida em sociedade, já a Questão Social constitui o objeto do trabalho profissional. Neste sentido, se mostra importante para o debate do Serviço Social visto que este se configura como profissão na divisão sociotécnica do trabalho intervindo sobre as múltiplas expressões da Questão Social e que, portanto, recebe os impactos das transformações no mundo do trabalho. Para Lara (2008) a centralidade do trabalho está presente nas Diretrizes Curriculares e na compreensão do exercício profissional a partir do momento em que a Questão Social é apreendida como objeto de intervenção e, principalmente, na produção do conhecimento. Para o autor a categoria profissional não se submeteu

às teses do 'fim da história', 'fim do trabalho', mas buscaram, ensejados pelos seus órgãos representativos [...], fortalecer o debate em torno das principais

questões que envolvem as determinações sociais fundamentando-se nos marcos da teoria social crítica (LARA, 2008, p. 283, 286).

O debate sobre o mundo do trabalho é amplo e ganha novos contornos com o aprofundamento da crise estrutural do capital e o contexto pandêmico. O Brasil bate recordes de desemprego, chegando ao maior índice de toda a série histórica, desde 2012. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE)³⁰, os números ultrapassam 14 (quatorze) milhões de desempregados, mais 6 (seis) milhões de desalentados. Esse desemprego combinado à crise econômica e sanitária, além do fenômeno da uberização³¹, ampliou nas mais diversas áreas de atuação profissional a precarização, a flexibilização e a terceirização do trabalho. É neste contexto, que no Brasil, prosseguem as mudanças prejudiciais para a classe trabalhadora submetendo-a ao trabalho sem direitos. Essa realidade, acreditamos, tem contribuído para a motivação dos estudos nesse eixo temático.

Essa sucinta análise das temáticas abordadas nas produções do PPGSS/UEPB confirma a riqueza de temas priorizados na produção de conhecimento da área. Logo, demonstra a relevância das temáticas priorizadas na produção teórica dos pesquisadores do PPGSS/UEPB. Os temas guardam íntima relação com o movimento do real e com as inúmeras transformações que vem ocorrendo na sociedade contemporânea.

Consideramos que a análise das temáticas prevalentes nas dissertações analisadas por si só não nos permite identificar a relação dessa produção com a direção social estratégica da profissão, portanto, buscaremos analisar as tendências teórico-metodológicas prevalente nessas produções e, assim, observar a relação ou tensão entre essa produção e a direção social estratégica da profissão, o que será tratado no tópico seguinte.

4.3 A relação entre o conhecimento teórico-metodológico produzido nas dissertações do PPGSS/UEPB e a direção social estratégica da profissão

³⁰ Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/31050-desemprego-mantem-recorde-de-14-7-no-trimestre-encerrado-em-abril>>

³¹ A chamada uberização do trabalho é compreendida como um modo de ser do trabalho que se expandem nas plataformas digitais, na qual as relações de trabalho são cada vez mais individualizadas e invisibilizadas, de assumindo a aparência de prestação de serviços (ANTUNES; FILGUEIRAS, 2020).

O Serviço Social convive/convive em seu interior com várias correntes teóricas que direcionou/direciona os aspectos teórico-metodológicos, ético, políticos e práticos da profissão. Tal fato pode ser percebido ao longo de toda a trajetória histórica da profissão, a própria gênese e natureza do Serviço Social e a sua posição na sociedade capitalista possibilita a explicação para tal convivência. Atualmente, o referencial teórico-metodológico ancorado no materialismo histórico dialético é a opção hegemônica do Serviço Social. Neste sentido, o Projeto Ético- Político, o Código de Ética de 1993, a Lei que regulamenta a profissão, o conhecimento produzido na área, bem como as Diretrizes Curriculares de 1996 assumem expressamente essa posição e referenciam a direção social estratégica da profissão.

Entretanto, sabe-se que a prevalência da tradição marxista no interior do Serviço Social não indica a inexistência de outras perspectivas teóricas no âmbito da profissão. Essa hegemonia é tensionada pelo avanço do pensamento pós-moderno somado a reatualização do conservadorismo presente, dentre outros, desde a formação histórica da profissão. Os impactos conjunturais da crise contemporânea inflexionam o Serviço Social, mesmo tendo este uma direção política representativa organizada que continua a direcionar o caminho, pela via do seu projeto ético-político (LIMA, 2018).

As inflexões/influências das ideias pós-moderna na produção de conhecimento do Serviço Social vem sendo objeto de estudo de pesquisadores da área, entre esses os quais destacamos as pesquisas realizadas por Santos (2007), Cantalice (2013), Nóbrega (2013), Galdino (2016), dentre outros. Nas análises das referidas autoras é consensual a presença da pós-modernidade no meio da produção de conhecimento da categoria profissional.

De acordo com Santos (2007), as inflexões pós-moderna no Serviço Social são profundamente prejudiciais e ocorrem por duas vias: aquelas que reiteram a raiz conservadora e rejeitam o marxismo e aquelas que compartilham de preceitos marxistas, mas recomendam a superação das lacunas do método, encontrando na adoção de paradigmas da pós-modernidade essa possibilidade. Para a autora, portanto, o pós-moderno compreenderia a teoria social crítica como sendo insuficiente para tratar dos inúmeros problemas atuais, sendo necessário sua reconstrução, complementação e reinvenção.

Assim, no contexto de pós-modernidade, o Serviço Social ver-se demandado a aderir a esta perspectiva ou resistir mantendo a atual direção social estratégica do

projeto ético-político da profissão. Direção que é sustentada em matrizes contrárias ao conservadorismo e, sobretudo, adversas às ideias da pós-modernidade, pois tais ideias desqualificam a direção social que se construiu contraria ao conservadorismo (NETTO, 1996).

Perseguindo o objetivo de identificar as tendências teórico-metodológicas prevaletentes nas dissertações do PPGSS/UEPB e então evidenciar a relação estabelecida entre estas dissertações e a direção social estratégica da profissão, passaremos a expor os resultados da análise realizada. Antes, cabe esclarecer que nosso propósito, no presente estudo, não consiste em rotular as produções teóricas analisadas em pós-modernas, ou com outros rótulos, mas sim, através da identificação da perspectiva teórico-metodológica prevaletente e/ou de extratos teóricos pós-moderno nas dissertações aqui tratadas, demonstrar a relação que se configura entre estas produções e a direção social estratégica da profissão.

Na análise do conjunto total de produções que tivemos acesso, ou seja, as 45 (quarenta e cinco dissertações), a indicação da perspectiva teórico-metodológica de base marxista/marxiana prevalece, com um percentual de 56% das produções fundamentadas nessa perspectiva teórica. Neste conjunto de produções pôde-se observar a preocupação dos autores em apreender a realidade como totalidade histórica.

Nas dissertações agrupadas no eixo temático Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional, é unânime o anúncio do referencial crítico dialético como sendo o mais adequado para referenciar as análises, conforme registros, apresentados a seguir:

A perspectiva teórico-metodológica adotada fundamentou-se no método crítico-dialético, o qual se constitui como a forma mais apropriada de apreender a realidade concreta na sua realidade, partindo da aparência para a essência [...] (DISSERTAÇÃO 02, p. 15).

Temos no método histórico dialético, a perspectiva ontológica que nutre a construção do presente trabalho que permite situar o referido objeto de estudo como parte do real concreto dialético contraditório que produz nuances e determinações que inflexionam a formação profissional na contemporaneidade (DISSERTAÇÃO 24, p. 22).

Consideramos o método crítico-dialético “[...] o método da reconstrução do real por meio do pensamento e da exposição crítica desse real” (CHAGAS, 2011, p. 69) o que melhor corresponde à proposta dessa dissertação (DISSERTAÇÃO 34, p. 14)

O referencial teórico-metodológico escolhido é compreendido e apontado pelos autores como necessário na busca pela apreensão do movimento do real, numa perspectiva de totalidade, capaz de inflexionar a formação profissional e o trabalho profissional.

As produções concentradas nesse eixo trazem o Serviço Social como objeto de estudo, expressando, portanto, o que lamamoto (1993, p. 106) define como:

Um reencontro do Serviço Social consigo próprio e com [...] as particularidades de sua prática na sociedade brasileira presente, em suas relações com o Estado, com as forças e movimentos sociais organizados, possibilitando-lhe assim, elucidar a sua posição na divisão social e técnica do trabalho.

Trazem também, elementos importantes e necessários para o debate e a análise da profissão na cena contemporânea, diante da crise estrutural do capital e os seus influxos na profissão, com destaque para o mercado de trabalho profissional, as demandas e as respostas profissionais, bem como os desafios que se apresentam para a formação profissional e para a efetivação e consolidação do Projeto Ético-Político profissional.

Os principais autores referenciados nesses estudos são clássicos da tradição marxista/marxiana, bem como os contemporâneos das Ciências Sociais e do Serviço Social filiados a essa tradição, a exemplo de Marx, Engels, Lukács, Antônio Gramsci, Ernest Mandel, István Meszáros, Karel Kosik, Hobsbawm, Octavio Ianni, Ivo Tonet, Perry Anderson, Carlos Nelson Coutinho, José Paulo Netto, Marilda lamamoto, Carmelita Yasbek, Lúcia Barroco, Yolanda Guerra, Ana Elizabete Mota, Ivete Simionato, Roberto Leher, dentre outros.

Nesse eixo, não identificamos inserções do pensamento pós-moderno, também não observamos dificuldades no trato com a perspectiva teórico-metodológica adotada para fundamentar as análises, o que expressa a aproximação qualificada dessas produções com a tradição marxista e o reforço da manutenção e consolidação da direção social estratégica da profissão.

As dissertações distribuídas no eixo temático Política Social e Serviço Social anunciam também, majoritariamente, a utilização da perspectiva teórico-metodológica de base marxista/marxiana, para fundamentar os estudos e nortear as discussões, a fim de desvendar os fenômenos e conhecer a sua essência, conforme podemos observar a seguir:

tomando como referencial teórico-metodológico o método crítico-dialético, que parte de uma abordagem ontológica, crítica e histórica, pretendendo uma aproximação com o objeto em sua essência, ultrapassando sua aparência fenomênica [...] (DISSERTAÇÃO 05, p. 16).

O método escolhido para abordar o objeto desse estudo foi o método crítico-dialético. A lógica utilizada por Marx para desmistificar a dinâmica do Modo de Produção burguês traz elementos pertinentes para compreender os fenômenos sociais, a partir de uma perspectiva crítica, partindo da aparência, mas indo além dela, buscando uma aproximação com a sua essência (DISSERTAÇÃO 22, p. 16).

o método de análise da realidade que nos pareceu pertinente diante dos objetivos propostos foi o crítico-dialético, este enquanto método que possibilita realizar uma análise ampla da realidade social na qual a problemática em questão está inserida em suas múltiplas determinações, tendo em vista que esta realidade social é resultado integral da interatividade humana ao longo do processo sócio histórico e não de forças naturais ou sobrenaturais, o que implica a demonstração do caráter de totalidade do ser social em constante movimento (DISSERTAÇÃO 36, p. 15)

Nos estudos agrupados nesse eixo também se verifica o cuidado na utilização de autores da tradição marxista/marxiana, como podemos notar no fragmento a seguir: “Quanto às fontes bibliográficas, primamos por obras que têm a abordagem crítico-dialética e façam análise das categorias a partir das contradições e mediações inerentes à sociabilidade capitalista” (DISSERTAÇÃO 22, p. 16).

No rol de autores referenciados estão os clássicos e os contemporâneos dessa tradição, a exemplo do próprio Marx, Engels, Lenin, Ernest Mandel, François Chesnais, Antônio Gramsci, István Mészáros, Ivo Tonet, Carlos Nelson Coutinho, David Harvey, Marilda Iamamoto, José Paulo Netto, Elaine Behring, Ivanete Boschetti, Ana Elizabete Mota, Rodrigo Castelo, etc.

Em sua totalidade, as dissertações analisadas que se encontram nesse eixo demonstram conformidade quanto ao arcabouço teórico-metodológico de cariz marxista, portanto, coadunam com a direção social e estratégica assumida pela profissão.

As dissertações que compõem o eixo Trabalho, Questão Social e Serviço Social utilizam em sua totalidade o materialismo histórico e dialético como referenciais teóricos em suas análises como podem constatar nos seguintes registros

tem como fundamento norteador o método crítico dialético, de forma a apreender a essência do objeto a ser estudado (DISSERTAÇÃO 08, p. 14).

A escolha pelo método utilizado nessa pesquisa se deu por concebê-lo como privilegiado para analisar o real, pois, ao ter como categoria central a totalidade, apresenta como pressuposto a concepção materialista e dialética da história, que identifica a realidade como síntese de dimensões multicausais e demanda que seja sistematizada a teia que compõem suas mediações (DISSERTAÇÃO 28, p.16-17).

A direção metodológica dotada tomou como referência o método crítico dialético, enquanto método de investigação e exposição que pressupõem uma visão totalizante, ou seja, por meio dele tenta-se perceber os diferentes elementos sociais como interligados a uma mesma totalidade (DISSERTAÇÃO 33, p.12).

Suas análises estão fundamentadas em autores da literatura clássica e contemporânea marxista como: Marx, Engels, Gramsci, Lênin, Ernest Mandel, David Harvey, Sérgio Lessa, Octavio Ianni, István Meszáros, François Chesnais, Florestan Fernandes, Caio Padro Júnior, Francisco de Oliveira, Ruy Braga, José Paulo Netto, Marilda Iamamoto, Giovanni Alves, Ricardo Antunes, Graça Druck, Joseane Santos, Sara Granemann, Ivanete Boschetti, dentre outros.

As produções demonstram consistência quanto ao referencial adotado, fato importante a ser destacado, pois reafirmam a atual direção social estratégica da profissão. É imprescindível fazer essa ressalva, visto que atualmente há uma tendência crescente nas Ciências Sociais, principalmente, de influência de ideias de cunho pós-moderno, que questionam a legitimidade do marxismo enquanto teoria social capaz de responder os desafios resultantes das transformações sociais da contemporaneidade. Essas ideias declaram, diante das transformações no mundo do trabalho, o fim da centralidade do trabalho e retiram a perspectiva da luta de classe do eixo de análise da sociedade contemporânea. Conforme pesquisa de Cantalice (2013) e Nóbrega (2013) a temática do trabalho está entre aquelas que no Serviço Social mais sofrem incorporações pós-modernas.

Assim, podemos observar que o debate acerca do trabalho no conjunto das dissertações que analisamos vem articulado e sustentado nos termos da tradição marxista. O trabalho é assumido como eixo central do processo de reprodução da vida social, como descrito no seguinte trecho: “Discutir a categoria trabalho requer, a princípio, conceitua-lo, o que será feito à luz da teoria marxista, uma vez que a teoria social crítica compreende o trabalho a partir de sua centralidade na vida social” (DISSERTAÇÃO 08, p. 22).

As produções agrupadas nesse eixo, que abordam a temática da Questão Social, tratam-na em sua totalidade histórica como um fenômeno intrínseco à

sociedade capitalista, o que se constata na afirmação a seguir, “firmados na tradição marxista, compreendemos o fenômeno da “Questão Social” imbricado aos traços típicos do desenvolvimento da sociedade burguesa” (DISSERTAÇÃO 28, p. 22).

As análises referendam a teoria do valor-trabalho e a luta de classe e, assim, reafirmam a direção social estratégica da profissão, e coadunam com o entendimento da Questão Social referendada na direção social estratégica da profissão, sobretudo nas Diretrizes Curriculares de 1996, que a considera como base de fundação sócio histórica do Serviço Social.

No conjunto das dissertações analisadas e que compõem os eixos: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional; Política Social e Serviço Social; Trabalho, Questão Social e Serviço Social, podemos observar a unanimidade da adesão ao materialismo histórico dialético. As produções teóricas que foram agrupadas nestes eixos temáticos estão relacionadas a linha de pesquisa “Serviço Social, Estado, Trabalho e Política Social”. Vale ressaltar que as referidas produções teóricas se apropriam de forma qualificada do referencial teórico-metodológico anunciado, o que demonstra os avanços já conquistados pelo Serviço Social na sua aproximação ao marxismo. Recorrem aos clássicos dessa perspectiva, guiando-se pelo princípio da totalidade, buscando captar a essência do seu objeto de estudo a partir da tríade singularidade, particularidade e universalidade. Portanto, tratam o objeto de estudo numa perspectiva de totalidade, buscando articulá-los aos determinantes históricos estruturais e conjunturais que possibilitaram a sua constituição.

Enfim, a prevalência do referencial marxista nas dissertações analisadas indica a relação de aproximação desse conhecimento produzido com a direção social estratégica da profissão e, conseqüentemente do seu projeto ético-político.

No conjunto das 22 (vinte duas) dissertações agrupadas no eixo Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidade identificou-se que apenas 2 (duas) produções adotam a teoria social crítica em suas pesquisas. A título de demonstração uma das autoras explicita sua preferência teórica e metodológica:

Em termos metodológico, o estudo embasou-se na perspectiva do método dialético, uma vez que buscou uma compreensão histórico-crítica acerca do objeto de estudo. Persegue uma perspectiva de totalidade, na medida em que se fara uma análise para além da aparência, remetendo o estudo para a particularidade e as reais implicações em torno do mesmo em busca da

essência e para extrair dele suas múltiplas determinações (DISSERTAÇÃO 09, p. 17).

Embasadas nos dados da realidade para discutir o trabalho e as relações sociais de sexo. Em uma das dissertações encontramos o seguinte registro: “A partir da linhagem das feministas materialistas abordaremos o conceito de relações sociais de sexo que será o pano de fundo de nossas análises” (DISSERTAÇÃO 20, p. 23). O debate acerca do trabalho nas duas produções analisadas vem articulado e apoiado na perspectiva crítica, compreendido como categoria fundante do ser social e central para apreender a sociedade capitalista e as relações sociais, segue um trecho de uma das produções analisadas:

Segundo a tradição do pensamento marxista, na trajetória da humanidade, o trabalho é tido como elemento que permite aos indivíduos transformar a natureza para garantir a sua existência material, ao mesmo tempo em que sua própria natureza é modificada, permitindo por sua vez desenvolver suas faculdades físicas e mentais. A relação do homem e da mulher é histórica e socialmente determinada. As relações sociais que os indivíduos estabelecem entre si tomam conformação específicas conforme o tempo e o lugar, portanto são mutáveis (DISSERTAÇÃO 20, p. 15).

Os principais autores usados para fundamentar e embasar as análises são: Marx, Engels e os mais contemporâneos a exemplo de Harvey, Meszáros, Tonet, Lessa, Antunes, Netto, Cisne, Safiotti, Kergoat, Hirata, dentre outros. As produções demonstram consistência quanto ao referencial adotado, a análise dos dados a partir do viés de totalidade sob uma perspectiva crítica contribuiu para alcançar os objetivos do estudo, conforme o registro a seguir:

Entendemos que o percurso teórico-metodológico adotado para tratar do objeto que norteou essa pesquisa foi fundamental para que pudéssemos apreender as particularidades que envolve a vida das mulheres [...] sem perder de vista a totalidade social que caracteriza suas relações de trabalho (DISSERTAÇÃO 09, p. 176).

As demais produções que compõem esse eixo temático privilegiam diferentes vertentes teóricas que divergem da direção estratégica da profissão. As tendências teóricas encontradas nas produções se aproximam da pós-modernidade, como é de conhecimento de vários autores há um estreito diálogo entre correntes do feminismo e o ideário pós-moderno. Cantalice (2013), ressalta em sua pesquisa que a temática

de gênero e feminismo é a que apresenta o maior número de produções que adotam o referencial pós-moderno, conforme afirma a autora:

No que concerne às temáticas do **feminismo** e do **gênero** é flagrante a assimilação das teses pós-modernas, tendo em vista a articulação histórica e epistemológica entre as origens e o espraiamento do pós-modernismo e a segunda “onda do feminismo”. Essa segunda “onda feminista” remonta à influência da psicanálise no debate feminista, onde a centralidade da luta política é deslocada em favor das questões inscritas no campo da identidade e da diferença sexual, da subjetividade e do simbólico. Movimento que “cai como uma luva” diante da regressiva cultural operada pelo pós-modernismo (CANTALICE, 2013, p. 244).

A articulação das discussões de gênero com a psicanálise remete aos anos de 1970, por intermédio das feministas lacanianas, essa articulação trouxe a discussão de gênero para o campo da identidade, subjetividade e representações simbólicas, esse movimento “se coaduna com a regressiva cultural operada pelo pós-modernismo” (CANTALICE, 2013, p. 155). É nesse marco temporal que há um deslocamento do debate em torno das relações de gênero para uma discussão no campo das práticas culturais, quando várias feministas deixam de fundamentar seus estudos no marxismo, o qual privilegia o debate sob a perspectiva da economia política (CANTALICE, 2013).

De acordo com Cantalice (2013), esse deslocamento redimensionou as lutas feministas então centradas no trabalho e no enfrentamento à violência para o âmbito da identidade e das representações, extremamente propício à ideologia pós-moderna e a funcionalidade capitalista.

A aproximação do feminismo com a pós-modernidade se apresenta mediante a valorização das diferenças entre os sexos, vistas como naturais, e a negação da ideia de um sujeito coletivo, bem como por meio dos estudos sobre a representação social, com destaque na centralidade da análise em torno do simbólico e das reconstruções ideais sobre o gênero, o patriarcado, a violência (CANTALICE, 2013). Neste sentido, dentre o conjunto de dissertações que analisamos percebemos que os(as) autores(as) seguem essa tendência usando como aporte teórico pós-estruturalista como: Joan Scott, Judith Butler, Guacira Louro, dentre outros, conforme destaca o fragmento:

Portanto, promovo aqui um diálogo entre as ideias difundidas por Scott (1990), Louro (1997, 2010), Butler (2010, 2012), Foucault (1978, 1975), entre

outros(as) autores(as) que comungam da perspectiva teórica pós-estruturalista, que, entre outras características, situa-se como subordinada ao poder normativo estabelecido (Dissertação 02, p. 34).

De acordo com Cantalice (2013), a adoção de ideias pós-modernas ocorre principalmente mediante apropriação de teorias pós-estruturalistas. O pós-estruturalismo é uma das perspectivas teóricas de abordagem pós-moderna, que se desenvolve como uma crítica ao estruturalismo. Coutinho (2010, p. 18), se refere ao estruturalismo como uma das manifestações da miséria da razão, esta última “significa o radical empobrecimento agnóstico das categorias racionais, reduzidas às simples regras formais intelectivas que operam na práxis manipulatória”. Segundo o autor, portanto, o estruturalismo “consiste, essencialmente na afirmação de que – sendo a realidade social um conjunto de sistemas simbólicos ou de formas de comunicação – o método capaz de torna-la inteligível é aquele próprio da linguística moderna” (COUTINHO, 2010, p. 64).

O pós-estruturalismo surge não com a intenção de negar o estruturalismo, mas ampliá-lo e transformá-lo. Mendes (2015), apoiado na posição de Derrida, um dos principais autores pós-estruturalista, afirma que o prefixo “pós” não designa negação do conceito de estrutura, mas uma superação.

O estruturalismo enfatiza a ideia de estruturas estáveis, partindo de pressupostos saussurianos sobre a independência de sistemas. Já os pós-estruturalistas foram além, trabalhando com ideias como instabilidades estruturais (aberturas) e relativizações do processo de significação da realidade (MENDES, 2015, p. 46).

Portanto, compreendemos que os pós-estruturalistas ao passo que buscam romper com o estruturalismo, continuam, de diversas maneiras, mantendo semelhanças.

Os pós-estruturalistas continuam, de formas variadas, a sustentar essa compreensão estruturalista do sujeito, concebendo-o, em termos relacionais, como um elemento governado por estruturas e sistemas, continuando a questionar também as diversas construções filosóficas do sujeito: o sujeito cartesiano-kantiano, o sujeito hegeliano e fenomenológico; o sujeito do existencialismo, o sujeito coletivo marxista (PETERS, 2000, p. 31).

O Pós-estruturalismo enquanto perspectiva epistemológica afasta-se dos pressupostos modernos de universalidade e unidade, faz críticas ao cientificismo das ciências humanas e busca desconstruir toda herança da filosofia clássica. Ou seja,

busca desconstruir as metanarrativas da modernidade e as grandes teorias sociais que marcam a produção de conhecimento no Serviço Social.

Dentre o conjunto de dissertações que analisamos, em alguns estudos é explícito a opção dos autores pelo pós-estruturalismo, conforme os registros a seguir:

Daí decorre minha aproximação a vertente pós-estruturalista, que guia o desenvolvimento deste exercício dissertativo (DISSERTAÇÃO 02, p.17).

Dentre as possibilidades de análise da categoria gênero situamos este estudo na abordagem pós-estruturalista, pois acreditamos na crítica ao universalismo, ao essencialismo, ao binarismo e ao racionalismo iluminista (DISSERTAÇÃO 37, p. 29).

Portanto, para refletir as significações que foram sendo dadas por essas mulheres, me proponho a alcançar as análises com a pesquisa [...] conduzida pelo pensamento pós-estruturalista que se apoia em Foucault (2008) e suas considerações em torno do *poder* e seus dispositivos de controle sobre os corpos (DISSERTAÇÃO 39, p. 28).

O filósofo francês Michel Foucault³², no qual um dos autores acima citado fundamenta o seu estudo, é um dos autores pós-moderno mais citado nas produções teóricas analisadas. Segundo Rodrigues (2006), Foucault é precursor de um novo irracionalismo, suas elaborações teórico-política é denominado pela referida autora de “proto pós-moderno” e apresenta-o como o “guia do pós-modernismo, isto é, como aquele que, já nos idos dos anos 60 e 70, numa clara perspectiva neo-irracionalista e transgressiva, antecipou o duplo caráter regressivo - teórico e político - da ambiência cultural da contemporaneidade” (RODRIGUES, 2006, p.12).

Precursor de uma espécie de um novo irracionalismo, um irracionalismo que encarna aspirações progressistas e de esquerda, o filósofo francês realizou com muito mais êxito aquilo que muitos pensadores de sua geração, e até anteriores a ela, intentaram: uma desconstrução racional da Razão moderna e a formulação de uma proposição política transgressiva viável à intervenção social de uma esquerda que no pós-68 passa a descrever do socialismo, mas se põe numa postura rebelde e transgressiva contra o sistema. Tanto por seu conteúdo quanto pelo papel que desempenha nas lutas de classes, sua obra pode ser lida como uma atualização do legado nietzscheano. Sob a luz da crítica lukacsiana à filosofia de Nietzsche, o projeto foucaultiano pode ser concebido, a despeito de todos os seus deslocamentos temáticos, conceituais e metodológicos, como uma resposta reacionária à fase mais desenvolvida da dialética de sua época. (RODRIGUES, 2006, p. 7)

³² Dentre os estudiosos que oferecem uma análise crítica bastante rica sobre Michel Foucault e sua filiação teórica ao pós-modernismo, ressaltando o anti-humanismo tão presente na sua obra, destacamos Coutinho (2010).

Para Rodrigues (2006), embora Foucault não tenha assumido publicamente, de forma clara e explícita, as teses pós-modernas, a sua obra ou os fundamentos de sua análise são compatíveis com o horizonte intelectual e político inaugurado pelo pós-modernismo. Ademais, Foucault contribui para preparar o solo sob o qual o edifício teórico e político da cultura pós-moderna se erguesse.

De acordo com Coutinho (2010), Foucault objetou eliminar da consciência dos homens a crítica racional e humanista que tem sua base na concepção materialista da história. E, é neste sentido, segundo Rodrigues (2006), que está a base de seu conservadorismo, podendo ser qualificado como um legítimo representante do neoconservadorismo pós-moderno.

A influência de Foucault nas dissertações que analisamos pôde ser vista nas discussões acerca das concepções de poder, micro poderes, biopoder, biopolítica, sexualidade, identidade. Há frequentemente um destaque por parte dos autores quanto a importância de fundamentar seus estudos neste referido autor pós-moderno, como se pode observar no trecho a seguir: “Como exposto, uma discussão muito cara a este trabalho, e sobre a qual fundamentarei muitas das questões que nele discuto, é sobre a hipótese foucaultiana que trata do dispositivo da sexualidade” (DISSERTAÇÃO 03, p. 22).

Em outra dissertação a autora ressalta: “É nesse autor que irei me deter com mais atenção neste primeiro momento, já que sem a construção de seu pensamento seria árduo caminhar para o reconhecimento da sexualidade enquanto dispositivo de poder” (DISSERTAÇÃO 42, p. 22).

Nas produções analisadas, Foucault também é referenciado para embasar a análise de discurso dos autores, como registrados a seguir:

A análise de discurso aqui assume a perspectiva Foucaultiana, no qual supõe [...] que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1996, p. 8-9) (DISSERTAÇÃO 39, p. 20).

Tendo em vistas as referências teóricas que escolhi para nortear a pesquisa, utilizei a análise de discurso de viés foucaultiano como técnica para me debruçar sobre a documentação. Para Foucault (1986, p.2), através da análise dos discursos é que podemos ver desfazerem-se os elos aparentemente inquebráveis entre as palavras e as coisas, tratando-se os discursos como práticas que constrói sistematicamente aquilo de que falam, de acordo com certo regime de verdade (DISSERTAÇÃO 03, p. 12)

Outra teoria imbuída pela perspectiva pós-estruturalista é a dos Estudos Culturais, fundamentado no princípio da desconstrução. Considera os aspectos culturais presentes na sociedade, baseando-se na subjetividade e no processo de identificação dos grupos que são marginalizados, diferenciados e discriminados socialmente. Esta teoria busca romper com as ideias consideradas absolutas, com a identidade dos sujeitos orientada pela razão, própria do Iluminismo (HALL, 2006). Dentre as dissertações analisadas um estudo traz a discussão sobre homossexualidade a partir da abordagem dos estudos culturais, especialmente de um gênero e sexualidade, conforme registra:

Os fundamentos teóricos desta pesquisa estão embasados, sobretudo, nos estudos culturais. Ao refletir sobre os dispositivos de controle e vigilância, a problemática da identidade e da diferença foi ganhando controle e visibilidade. A partir de leituras nas obras de Stuart Hall, Guacira Lopes Louro e Tomaz Tadeu da Silva sobre identidade e diferença, a pesquisa traz a discussão da sexualidade como construto social e práticas discursivas ganhando sentido a partir de sua inserção em determinados contextos históricos e sociais (DISSERTAÇÃO 27, p. 13).

As produções que se baseiam nos estudos culturais na abordagem de identidade, bem como na tradição simbólica, analisam a realidade a partir dos sentidos conferidos pelos indivíduos a esta. Nesta linha argumentativa, outra produção também se baseia na vertente da identidade e na perspectiva pós-moderna defendida por Stuart Hall, conforme o registro abaixo:

Embora o autor faça uma análise do sujeito a partir de três perspectivas – Iluminismo, o sujeito sociológico e o pós-moderno, esta última concepção parece-me a mais coerente para desenvolver meu pensamento acerca de uma possível crise do masculino, isso porque a identidade do sujeito pós-moderno não é fixa, dada ou imutável, pelo contrário, vive processos de transformações contínuas, não é dada biologicamente, mas é um produto histórico (DISSERTAÇÃO 38, p. 47).

Para Stuart Hall (2006), as transformações estruturais pelas quais vêm passando a sociedade tem afetado as estruturas, as relações e a vida social, criou-se uma espécie de “crise das identidades”. Os sujeitos se transformam, há uma decadência das antigas identidades que consolidaram historicamente o mundo social, dando surgimento as novas identidades, operando uma fragmentação do sujeito. Esse entendimento problematiza e nega a perspectiva histórica de que somos sujeitos integrados, faz uma dissociação entre sujeito e estrutura.

Para fundamentar os estudos sobre identidade, outro autor pós-moderno bastante citado nas produções analisadas é Bauman (2005), segundo o mesmo, as identidades não são algo sólido, antes variam de acordo com as decisões e escolhas feitas pelo indivíduo. O autor em questão faz críticas a modernidade em diversas de suas obras. Sua influência no Serviço Social é avaliada por Cantalice (2013) da seguinte forma,

Creditamos a incorporação das ideias de Bauman no âmbito do Serviço Social, mas também em outros setores “críticos” de nossa intelectualidade brasileira, à sedução contida em seu verniz crítico e denunciador das “mazelas” de nossa sociedade. Sobretudo quando analisa o significado e os efeitos das guerras mundiais e do holocausto, ou mesmo, quando ataca questões como a coerção, a dominação e a desigualdade.

Ainda de acordo com Cantalice (2013), em suas críticas Bauman revela sua orientação teórico-política e suas “intenções pós-modernas, como: aceitação da imediatividade, desconstrução da perspectiva da totalidade, entronização do ecletismo, interdição da razão dialética, dissolução da perspectiva da emancipação humana, etc.” (CANTALICE, 2013, p. 212).

A perspectiva dos estudos culturais é também justificada para dar conta das questões culturais que envolvem o tema da etnia. Para o autor, essa perspectiva teórica “apontam fatores que consideram a desconstrução da História dita “tradicional” sobre os povos indígenas e culturas diferentes da colonizadora” (DISSERTAÇÃO 01, p. 2). O autor citado justifica a importância dos estudos culturais, baseado no entendimento de que as mudanças no cenário mundial encabeçaram a produção de novas teorias, tendo em vista que as teorias da razão moderna não dão mais conta de explicar as mudanças e a realidade, conforme o exposto:

Segundo Giddens [...], os modelos anteriores não conseguindo salvaguardar as crises de identidade, culturais e os problemas oriundos deste contexto. Tornou-se então necessário, na visão desse autor uma re(invenção) dos “modelos filosóficos” do mundo – neste sentido, não apenas filosóficos, mas também teóricos e epistemológicos. Os estudos culturais permitem a elaboração de novas concepções sobre cultura, percebendo-a enquanto um agente promotor da história e que está em conexão com as estruturas sociais que fazem parte da realidade e do fazer humano (DISSERTAÇÃO 01, p. 7).

As transformações ocorridas e que culminou na chamada “crise das identidades”, pode ser explicada pelas mudanças efetivadas pelo capitalismo, essas

mudanças, de toda ordem, identitárias, culturais, entre outras, são consequências do próprio movimento do capital, conforme explica Marx e Engels (2005).

A transformação contínua da produção, o abalo incessante de todo o sistema social, a insegurança e o movimento permanente distingue a época burguesa de todas as demais. As relações rígidas e enferrujadas, com suas representações e concepções tradicionais, são dissolvidas, e as mais recentes tornam-se antiquadas antes que se consolide (MARX; ENGELS, 2005, p.11).

Segundo Barroco (2011), a Pós-modernidade, questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a ideia de progresso ou emancipação universal, as grandes narrativas da Modernidade. Constitui-se enquanto um subproduto do neoliberalismo a serviço da justificação das transformações processadas na vida social pela ofensiva do capital.

A influência pós-moderna se espalha nas produções analisadas, sendo observada no debate dos chamados temas contemporâneos, mediante teorias construídas a partir de eixos como os “novos movimentos sociais”, conforme registro que se segue, a autora faz a opção por seguir essa teoria:

Como vimos, são várias as maneiras de teorizar os movimentos sociais. Porém, mediante as características de cada uma, neste trabalho optamos pela teoria dos Novos Movimentos Sociais, por acreditarmos que os movimentos sociais são ações coletivas que buscam a efetivação de demandas. Entretanto, são demandas advindas somente de uma macroestrutura, mas demandas levantadas de acordo com o cotidiano e a necessidade de vida dos/as atores/atrizes sociais envolvidos/as. Essas demandas têm relação com a cultura que estas pessoas vivenciam, são expressão da resistência. Desta maneira, os atores sociais envolvidos demonstram que exercem poder sobre as estruturas que contestam e, mediante processos de subjetivação, formam uma identidade coletiva, ou seja, um modo de ser e viver que diferencia um grupo de outro na sociedade (DISSERTAÇÃO 37, p. 22).

Essa narrativa refuta a articulação entre classes sociais e movimentos sociais e a centralidade da classe operária como sujeito fundamental das transformações sociais, focando na subjetividade, nas diferenças e particularidades de cada grupo social. Trata a cultura sob o viés das práticas culturais, o sujeito que é resultante de um somatório de experiências que não é um sujeito de uma revolução, mas de microrrevoluções. Segundo a autora da dissertação acima citada, a sua escolha teórica se dá pelo fato de que o

marxismo não dava conta de explicar a complexidade da sociedade, posto que ao perceber somente as questões macroestruturais e principalmente voltadas à economia, relegava ao esquecimento questões como a política e a própria cultura” (DISSERTAÇÃO 37, p. 21).

Esse entendimento assume claramente a epistemologia pós-moderna, posto que se apoia na tese da falência do projeto da Modernidade e ainda, aponta que o surgimento de novos fenômenos contemporâneos requer novas formas e modos de apreender a realidade, desse modo, afasta-se radicalmente da direção social estratégica da profissão.

A ideologia pós-moderna tece inúmeras críticas à Modernidade e principalmente a perspectiva teórica marxista, entretanto, o marxismo mostrou que ainda é capaz de propiciar, a despeito das inúmeras transformações oriundas do capitalismo tardio, uma análise teórica abrangente das mudanças sociais e culturais que dominaram a contemporaneidade (EVANGELISTA, 2006).

Nos estudos que não declaram abertamente filiação às epistemologias pós-modernas, como o pós-estruturalismo, nem tão pouco definem o método de pesquisa usado no estudo, é, ainda assim possível constatar inflexões da ideologia pós-modernas, observando outros elementos dessas produções. Neste sentido, Silveira Júnior (2016), apresenta algumas características cruciais do pensamento pós-moderno, quanto a epistemologia o autor destaca:

1) a aceitação da imediaticidade dos fenômenos sociais, isto é, uma declarada preferência pela superficialidade – com a qual suprime-se a distinção entre aparência e essência, e a epiderme social emerge como a estrutura interna e o modo de ser dos fenômenos; 2) a recusa da categoria da totalidade – no plano filosófico, sua efetividade é questionada, no plano teórico, é invalidado seu valor heurístico; 3) a entronização do ecletismo como cânon metodológico – defende-se a “transgressão metodológica”, a adoção de uma “pluralidade metodológica”; 4) a elevação do peso do relativismo – a dissolução da ideia de verdade acaba por converter a ciência num jogo de linguagem; 5) a semiologização da realidade social – ocorrente devido ao privilégio concedido a dimensões simbólicas na vida social, reduzindo-a, no limite, à pura discursividade ou ao domínio do signo; 6) a capitulação ao presente – implicada na rejeição da possibilidade de superação revolucionária do atual estado de coisas, caracterizada por uma “autolimitação do presente como única realidade” - Coelho (2005), Paulo Netto (2000, 2010), Rodrigues (2006) (SILVEIRA JÚNIOR, 2016, p. 173)

Analisando esses elementos característicos da pós-modernidade, como também observando as técnicas utilizadas, seja por meio dos teóricos nos quais se fundamentam as referidas produções, seja através da presença ou ausência dos métodos escolhidos para embasar os estudos, podemos constatar as inflexões do

pensamento pós-moderno na amostra de nossa pesquisa. Corroboramos com o entendimento de Cantalice (2013) quando esclarece que um(a) autor(a) pode seguir à perspectiva pós-moderna, no momento da escolha do método, quando aceita o ecletismo, ou até mesmo quando afirma que não há método. Isso porque, “no pós-moderno não há um método e sim a orientação da livre associação de qualquer perspectiva que se avalia válida ao estudo proposto, seja científica ou não, mesmo que para isso se incorra sobre antagonismos” (CANTALICE, 2013, p. 176).

Desse modo entendemos que a incidência pós-moderna pode ser constatada no referencial teórico adotado, mas também no momento das análises dos resultados, no tratamento dado ao objeto de pesquisa, a título de demonstração, sirva o seguinte registro, no qual foi identificado a adoção de um método específico e a análise dos dados se baseiam na perspectiva pós-moderna,

Ainda, para cumprir com os objetivos atribuídos a este trabalho fez-se necessário o uso do método dedutivo, partindo de premissas gerais, a partir da análise dos discursos das mulheres publicados [...]. Esses discursos foram utilizados como fundamento para uma melhor compreensão das divergências e convergências existentes dentro do movimento a respeito das suas finalidades e dos posicionamentos adotados em relação a temas diversos (DISSERTAÇÃO 45, p. 23).

A autora citada afirma fazer uso do método dedutivo, método científico próprio do positivismo. Segundo Richardson (2012), o método dedutivo é usado para testar uma teoria, em termos gerais, fundamenta-se em premissas, em fatos observados, que servem de base para um raciocínio. Neste estudo não há uma problematização do método, apenas essa referência.

Entretanto, numa articulação sincrética o estudo se apoia no conceito de discurso de Michel Pêcheux, baseado neste, a autora realiza a análise dos dados de sua pesquisa, conforme registro a seguir,

Dessa forma, a escolha pela Análise de Discurso proposta por Pêcheux vem da crença de que os sujeitos cujos discursos serão analisados por este trabalho foram interpelados por uma formação discursiva dominante e pré-constituída, resultante de sua relação com a história, a ideologia e também com outros indivíduos. [...]. Assim, operar com a noção do discurso a partir de uma abordagem Pêcheuxtiana como ferramenta metodológica desta pesquisa implica, ainda, em compreender as interlocuções e seus múltiplos significados como integrantes de um construto social influenciado por valores, identidades, ideias, contextos, crenças e normas que incidem, são absorvidos e reproduzidos pelo indivíduo que as expressa (DISSERTAÇÃO 45, p. 21).

Michel Pêcheux propôs a teoria da análise de discurso, para tanto, baseou-se em importantes estudos realizados por Georges Canguilhem e Louis Althusser. Considerado pós-estruturalista, ele elabora uma teoria não subjetiva de sujeito e sustenta a análise na relação da linguística e da história.

No que tange a influência de autores pós-estruturalistas nas dissertações analisadas destacamos ainda, Jacques Derrida, um dos principais teóricos que influenciou a virada linguística, que apreende a linguagem como elemento que estrutura o real, diametralmente oposto à perspectiva do materialismo, na qual os objetos existem no mundo independente do sujeito cognoscente, sendo a linguagem expressões dos conceitos humanos que se referem a realidade (CANTALICE, 2013).

Além desse encontramos Edgar Morin, Boaventura de Sousa Santos, Pierre Bordieu, Anthony Giddens. Embora alguns desses autores citados não se consideravam pós-estruturalistas, seus estudos se aproximam dos pressupostos teóricos pós-estruturalistas. Neste sentido, corroboramos com Coelho (2018), ao afirmar que os elementos epistemológicos, metodológicos e teóricos destes autores estão muito mais próximos de uma perspectiva pós-estruturalista do que qualquer outra vertente do pensamento sociológico. De fato, estes autores, que estão entre os mais citados nas produções analisadas, assumiram uma grade influência na orientação teórico e política das dissertações analisadas.

Fazem-se presentes ainda enquanto recortes metodológicos no conjunto das dissertações analisadas o construcionismo, que também faz parte das ideias pós-estruturalistas. E a história oral, este método não é próprio das elaborações pós-modernas, antecedem-nas. Em sua análise, Cantalice (2013), afirma que as produções fazem uso desse método buscando eliminar a relação dos objetos com a realidade concreta e com a totalidade histórica, “numa perspectiva utilitária, são ordenados e articulados na forma da subjetivação, da discursialidade, da diferencialidade, da desontologização” (CANTALICE, 2013, p. 181).

A história oral emerge no conjunto das produções pela via dos estudos culturais e das representações sociais. Quanto à escolha desse método argumentam-se,

A história oral é um importante instrumento de pesquisa para os que se voltam para as chamadas minorias, ou grupos sociais, que não tiveram registrados seus modos de vida em documentos escritos/oficiais, ou quando o tiveram, em sua maioria o foram sob uma perspectiva que os marginalizavam ou, ao lhes retratar, o fizeram com discursos eivados de preconceitos (DISSERTAÇÃO 25, p. 16).

a escolha da história oral como método para esta pesquisa residiu no desejo de ouvir as narradoras e compreender, a partir de sua vivência nessa realidade, as expressões de sua subjetividade [...]. Da mesma forma que a história oral pode confirmar os dados disponíveis a cerca de uma realidade, este método possibilita conhecer “outros olhares” justamente pela aproximação com o sujeito que viveu e sentiu diretamente determinado fenômeno (DISSERTAÇÃO 14, p. 42).

A História Oral se ocupa em conhecer e aprofundar aspectos de determinada realidade, como os padrões de identidade e cultura, as estruturas sociais, os processos históricos e o cotidiano. Tem como elemento diferenciador a memória, seja ela individual ou coletiva, numa relação contemplativa com o passado diferente da estabelecida pelo materialismo histórico crítico dialético, no qual a memória está relacionada ao seu projeto de transformação da sociedade e à sua própria concepção de história.

Os depoimentos orais enquanto fontes subjetivas, a ênfase nas narrativas, na linguagem, o saber sendo entendido como um discurso são características que relacionam a história oral com a perspectiva da pós-modernidade. Aspásia Camargo, em seu artigo História Oral e Política (1994), afirma: “a história oral, no fundo, é um instrumento pós-moderno para se entender a realidade contemporânea. [...] Pós-moderno por sua elasticidade, por sua imprevisibilidade, por sua flexibilidade” (CAMARGO, 1994, p. 75-76).

Outro estudo podemos observar a presença do ecletismo/sincretismo teórico-metodológico. Determinada autora anuncia a adoção da “perspectiva teórica pós-estruturalista [...] E, aqui, me deparo com o conceito de identidade, que ao me aproximar dos Estudos Culturais e Feministas percebi que esse conceito é bastante complexo e envolve muitas compreensões” (DISSERTAÇÃO 26, p. 52). Porém, sincreticamente ao tratar do tema das políticas sociais, por exemplo, a autora recorre, na tentativa de desvendar a realidade, às ideias de autores de filiação teóricas marxista/marxiana. Tal fato demonstra a presença do ecletismo/sincretismo, que mantém sintonia com a epistemologia pós-moderna e, ainda é presente no Serviço Social, contribuindo para repor elementos conservadores na profissão potencializando o embate contra a direção social estratégica da profissão.

Em suas diferentes versões, o pós-modernismo nega a universalidade da razão, da verdade e da ciência o privilégio das construções linguísticas e os discursos desloca a verdade para o âmbito da linguagem, privilegia o indivíduo singular, no entendimento de que é este quem produz conhecimento. Esta abordagem

desconsidera a relação do indivíduo com a sociedade, como já destacou Tonet (2013) anulando as mediações das relações de classe.

Enfim, em sua grande maioria nas produções analisadas, que compõem o eixo temático Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidade verifica-se: a recusa às análises pautadas no princípio da totalidade, se constata, em alguns casos, a presença do ecletismo teórico, a combinação de diferentes matrizes, além de perspectivas de análises alinhadas ao pensamento pós-moderno, contribuindo assim, para revitalizar a herança conservadora da profissão e, conseqüentemente, afastar-se da direção social estratégica da profissão.

As implicações da influência da pós-modernidade no Serviço Social, bem como na produção de conhecimento da profissão é bastante discutida no contexto atual, como já mencionamos anteriormente. De acordo com Silveira Júnior (2016), duas implicações dessa influência são importantes destacar, a primeira, refere-se ao empobrecimento teórico-metodológico e ético-político da prática profissional vinculada ao projeto ético-político. A segunda, ao maior aumento do número de posicionamentos individualizantes e despolitizadores. Essas implicações se articulam diante do cenário de crise capitalista reconfigurando a intervenção do Serviço Social. Na conjuntura atual essas influências contribuem para restaurar as bases profissionais em favor da classe burguesa. E isso ocorre principalmente devido ao fato das epistemologias pós-moderna carecerem de instrumentos teóricos e analíticos para a compreensão da natureza da crise capitalista (SILVEIRA JÚNIOR, 2016).

O ideário pós-moderno rejeita o legado do iluminismo o qual o marxismo assumiu, quais sejam: a razão dialética, o humanismo, a historicidade, a emancipação e o universalismo (SILVEIRA JÚNIOR, 2016). Quanto a essa discussão, Netto (1996) afirma que essas influências se manifestaram de diversas maneiras, na universidade, local profícuo para a produção de conhecimento, esse movimento se deu rapidamente, desse modo,

o racionalismo dialético é posto sumariamente no mesmo nível na razão miserável positivista, e ambos são inapelavelmente impugnados como 'paradigmas' anacrônicos; o humanismo marxista é acoimado de 'eurocêntrico'; a perspectiva da totalidade (bem como a análise sistemática que é sua consequência) é equalizada à 'vontade totalitária'; a preocupação com a dinâmica histórica é infirmada pela atenção às 'continuidades profundadas'; a ênfase na macroscópica social é catalogada como discurso generalizante. (NETTO, 1996, p. 114).

Rebatendo fortemente na elaboração do Serviço Social essa constatação de Netto, ainda nos anos de 1990, segue se atualizando e ganhando corpo no debate profissional mais recente, como podemos observar na nossa pesquisa e em tantas outras já citadas nesse trabalho. Assim, a pós-modernidade segue estruturando seus pilares. Em análise mais recente sobre a influência dessa ideologia e suas epistemologias no Serviço Social, Netto (2016) ressalta sua inquietação quanto a emergência do neoconservadorismo pós-moderno e seus rebatimentos para a materialidade do projeto ético-político da profissão:

Está clara a hipótese subjacente às reflexões aqui formuladas: o neoconservadorismo próprio às posturas pós-modernas constituiu e constitui um vetor de erosão das bases do projeto ético-político e vem conferindo verniz e legitimação a concepções e práticas que, invocando este projeto, tendem efetivamente a pô-lo em questão. E, por via de consequência, não creio ser irrazoável - se avançar sem contraposição a influência neoconservadora, notadamente a pós-moderna, mais a resiliência dos condicionantes sociopolíticos que a fomentam - vislumbrar a emergência de uma inflexão na atual direção social da profissão, reversão que, a meu juízo, instaurará o quadro de uma profunda regressividade no movimento do Serviço Social no Brasil (NETTO, 2016, p. 67).

Compartilhamos das preocupações de Netto, visto que as investidas pós-modernas seja “via (neo) conservadorismo, (neo) positivismo³³, e ou uma crítica romântica” (GALDINO, 2016, p. 98), vem se apresentado ao Serviço Social. Mediante o conjunto de reflexões até aqui desenvolvidas em nosso trabalho é possível inferir que a produção de conhecimento no Serviço Social vem sofrendo investidas pós-modernas, gerando grandes tensões ao atual Projeto Ético- Político da profissão.

No conjunto das dissertações aqui tratadas a perspectiva teórico-metodológica de base marxiana/marxista prevalece o que indica uma relação de aproximação desse conhecimento com a direção social estratégica defendida aguerridamente pela profissão. Contudo, não podemos deixar de ressaltar a presença do pensamento pós-moderno em um considerável número de produções analisadas, que diante de todo o

³³“Neopositivismo, ou positivismo lógico, constitui um movimento filosófico definido na sua origem pelo Círculo de Viena presente na filosofia, na ciência, em instituições políticas e econômicas etc. Retoma elementos do positivismo de Augusto Comte enquanto expressão ideal do ser social burguês baseada na linguagem matemática e na quantificação da vida social; do método experimental e do empirismo lógico, tendo como critério o caráter de verdade baseado nas consequências e nas necessidades. Questiona a metafísica e a verificação das coisas está em seu conceito, cujo objetivo é encobrir o conflito entre as classes. Lukács reconheceu no Neopositivismo uma ontologia oculta, cuja base está na experiência e nas sensações, sendo que o critério privilegiado é a utilidade. O Neopositivismo suspende o ontológico e exclui da ciência questões relativas à concepção de mundo (LUKÁCS, 1988)” (SILVA; OLIVEIRA, 2018, p. 66).

debate já traçado neste estudo, vem travando um embate contra a direção social estratégica consolidada. Portanto, tensionando a relação entre o conhecimento produzido e a direção social deste conhecimento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esforço investigativo empreendido neste trabalho, se deu no sentido de compreender a relação da produção de conhecimento do PPGSS/UEPB com a direção social estratégica assumida pela profissão, expressa no Projeto Ético-Político Profissional, através da análise das dissertações de Mestrado, defendidas e aprovadas nos anos de 2015 a 2019, disponibilizadas eletronicamente.

Partimos do entendimento que o conhecimento é necessário ao ser humano, bem como fundamental para compreender o mundo em que se vive e para então propor transformações. Dessa forma, o conhecimento e a produção de conhecimentos têm uma íntima relação com a realidade social é, portanto, um processo social e historicamente situado. Neste sentido consideramos fundamental para desvendar a realidade o uso da razão dialética.

No decorrer deste trabalho observamos que o Serviço Social em sua trajetória histórica avançou no acúmulo de conhecimentos sobre o seu objeto de intervenção e sobre a natureza da própria profissão. A sua inserção no circuito acadêmico e a adoção do referencial teórico-metodológico e crítico-dialético foram fundamentais para esse importante avanço da profissão. É inegável a contribuição do método crítico dialético no avanço teórico e político alcançado pelo Serviço Social brasileiro. O conhecimento da realidade baseada na perspectiva marxiana fundamenta a formação e o trabalho profissional em sintonia com a direção social estratégica da profissão.

No entanto, esses avanços não suprimiram a existência do conservadorismo, que marcadamente está presente desde os primórdios da profissão, nem impediu a influência do pensamento pós-moderno no seu interior. Este segue tensionando a direção estratégica da profissão, principalmente diante de uma conjuntura adversa em que a atual crise estrutural do capital, somada a uma crise sanitária, trazem desdobramentos negativos para a profissão, em particular para a produção de conhecimento na área e, enfim, para toda a sociedade.

Nesse contexto, a burguesia consolidou seu projeto socioeconômico, ideológico, político e cultural que impõem profundas transformações para todos os setores da sociedade. A produção de conhecimento é afetada por essa lógica, na medida em que tem na universidade, especificamente na pós-graduação um espaço privilegiado para a construção do conhecimento, para a formação de docentes e pesquisadores. Nesse cenário, a universidade e a pós-graduação vem

experimentando alterações significativas, sendo regidas numa perspectiva utilitária e pragmática, estruturada por estratégias de eficiência e eficácia organizacional, com o objetivo principal de subordiná-las aos interesses do mercado capitalista.

No percurso da nossa investigação acreditamos que foi possível apreender o objeto de estudo por nós elegido. Vale ressaltar que foi um grande desafio, diante da amplitude e complexidade do objeto em questão. Nossa hipótese de que entre a produção teórica do PPGSS/UEPB, e a direção social estratégica da profissão se configura uma relação de aproximação, embora, tensionada pela presença de referenciais teóricos alinhados ao pensamento pós-moderno foi confirmada. Desta feita, buscaremos aqui destacar alguns resultados.

Conforme a presente pesquisa, o PPGSS/UEPB vem atendendo a demanda de formar recursos humanos qualificados para o exercício da docência, bem como o exercício profissional, frente à conjuntura de ataques ao ensino superior e à pós-graduação no Brasil. Dessa forma, vem se consolidando como espaço de produção de conhecimento sobre a realidade, atenuado com as demandas da conjuntura atual e especialmente as demanda do Estado da Paraíba. A partir de estudos e investigações realizadas no Programa, vem desvelando as particularidades das expressões da Questão Social em um estado marcado por profundas desigualdades sociais e econômicas e também violações de direitos humanos.

No contexto de ataques a direção social estratégica da profissão, destaca-se que as pesquisas deste PPGSS vêm contribuindo com a produção crítica de conhecimento na área de Serviço Social. As dissertações atendem as demandas de temas necessários à formação dos profissionais e de instrumentalização do trabalho profissional, embora haja à necessidade de ampliar e aprofundar algumas discussões, em face da atual conjuntura de contrarreformas e retração de direitos sociais. Os temas abordados demonstram uma preocupação e sintonia com os acontecimentos da contemporaneidade, contribuindo para o acúmulo do conhecimento já existente. Quando agrupadas, as dissertações produzidas no PPGSS/UEPB foram sistematizadas tomando por referência os eixos de pesquisa dos GTPs da ABEPSS. Dessa forma, a área temática Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidade concentra a maior parte das produções. Na sequência temos a temática relacionada ao Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional; Política Social e Serviço Social e, por fim, Trabalho, Questão Social e Serviço Social. O conhecimento produzido no PPGSS/UEPB vem

contribuindo, significativamente, para o fortalecimento das lutas sociais, na construção de uma sociedade democrática.

Outro elemento importante que se destaca é a direção teórico-metodológica dessas produções. Comparecem em um significativo número de produções teóricas, abordagens alinhadas ao pensamento pós-moderno, como por exemplo a vertente pós-estruturalista, entre outras vertentes que se alinham ao conservadorismo clássico e ao neoconservadorismo e se assentam contrariamente à direção social e estratégica da profissão. Foi possível constatar a presença do sincretismo e ecletismo teórico-metodológico, pois alguns trabalhos recorrem as ideias de autores de distintas filiações teóricas, bem como a diferentes métodos, sem considerar a sua compatibilidade. Observamos também nessas dissertações, a articulação livre de vários autores e obras de diferentes perspectivas teórico-metodológicas.

Mesmo diante de questionamentos e investidas contrárias, o Serviço Social brasileiro segue fundamentado na razão crítico-dialética, aporte teórico-metodológico que ancora a direção social estratégica do projeto ético-político. Nesse sentido, podemos constatar que no conjunto das produções do PPGSS/UEPB prevalece a perspectiva teórico-metodológica de base marxiana/marxista, as análises fundamentadas nessa perspectiva se apropriam de forma qualificada do referencial teórico-metodológico anunciado e do seu acervo categorial, confirmando os avanços até aqui conquistados pela profissão na sua adesão ao marxismo.

De fato, a produção de conhecimento teórico-metodológico nas dissertações defendidas no PPGSS/UEPB expressa o movimento dialético de avanços e retrocessos, de rupturas e continuidades, e de tensionamento da direção social hegemônica do Serviço Social. Partindo do entendimento de que a produção de conhecimento teórico não está isenta das influências da ideologia dominante, podemos afirmar que, analisar criticamente a relação entre a produção teórica nas dissertações do PPGSS/UEPB e a direção social estratégica do projeto ético-político do Serviço Social, torna-se imprescindível para o enriquecimento do debate sobre as possibilidades e os desafios postos à consolidação e efetivação do projeto ético-político profissional e de sua direção social estratégica. Diante dessa perspectiva, reafirma-se aqui, a relevância desse estudo.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **A Formação em Serviço Social e o Ensino Remoto Emergencial**. Brasília: ABEPSS, 2021. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/20210611_formacao-em-servico-social-e-o-ensino-remoto-emergencial-202106141344485082480.pdf. Acesso em: 21 jul. 2021.
- ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Nota da ABEPSS: os impactos da pandemia da covid-19 (coronavírus) e as medidas para a educação**. Brasília: ABEPSS, 2020a. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/noticias/abepssorgbrnotacovid19-361>. Acesso em: 15 jul. 2021.
- ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **86% das/os estudantes de mestrado e doutorado em Serviço Social relatam sintomas de ansiedade**. Brasília: ABEPSS, 2020b. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/noticias/estudantes-de-mestrado-e-doutorado-em-servico-social-relatam-sintomas-de-ansiedade-366>. Acesso em: 26 jul. 2021.
- ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Relatório da pesquisa sobre o perfil discente de pós-graduação em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2018. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/arquivo-2-pesquisa-abepss-202004021016188712970.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2021.
- ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Plataforma da chapa “Quem é de luta, resiste”**. Brasília: ABEPSS, 2016. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/plataforma-bienio-20172018-abepss-201612281449550387000.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2021.
- ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Contribuição da ABEPSS para o fortalecimento dos programas de pós-graduação em Serviço social no Brasil**. Brasília: ABEPSS, 2015. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/contribuicao-da-abepss-para-o-fortalecimento-dos-programas--de-pos-revisto-201703241351072223440.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2020.
- ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **A ABEPSS e o Fortalecimento da Pesquisa na Área de Serviço Social: a estratégia dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs)**. Gestão 2009-2010. Rio de Janeiro: ABEPSS 2009. Disponível em: http://www.abepss.org.br/briefing/documentos/GTPs_Novembro_de_2009_Final.pdf. Acesso: 10 dez. 2020.
- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. As contrarreformas do ensino superior e a luta pela educação de qualidade. *In: Serviço Social & Saúde*, v. 11, n. 1. Campinas, SP: Cortez, 2012. p. 7-26.

ABREU, Marina Maciel O grupo temático de pesquisa “Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional” no âmbito da ABEPSS- Determinações, trajetórias e função político-acadêmico-científica. *In*: GUERRA, Yolanda; LEWGOY, Alzira Maria Baptista; MOLJO, Carina Berta; SERPA, Moema; SILVA, José Fernando Siqueira (Orgs.). **Serviço Social e seus Fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2018, p. 149-174.

ALMEIDA, Anna Augusta. **Possibilidades e limites da teoria do Serviço Social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Mundialização do Capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização**. 2ª Edição. Londrina: Praxis, 1999.

AMARAL, Nelson Cardoso. **A hora da verdade para as Universidades Federais brasileiras: metas do PNE (2014-2024) e 10 mitos a serem debatidos e desvendados**. Brasília: ANDIFES, 2017. p. 1-25.

ANDES. **Projeto do Capital para a educação, volume 4: o ensino remoto e o desmonte do trabalho docente**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/aandes-sN-lanca-cartilha-sobre-ensino-remoto-e-o-desmonte-do-trabalho-docente1>. Acesso em: 26 jul. 2021.

ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

ANPG. Nota em defesa do CNPq e das bolsas de estudos. Disponível em: <http://www.anpg.org.br/16/07/2021/nota-em-defesa-do-cnpq-e-das-bolsas-de-estudos/>. Acesso em: 24 de jul. 2021.

ANTUNES, Andressa Elisa Martos; LEMOS, Esther Luíza de Souza. A contrarreforma no ensino superior brasileiro: determinantes históricos. *In*: **Temporalis**, Brasília (DF): ABEPSS, ano 18, n. 35, p.12-28, jan./jun. 2018.

ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. **Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo**. Contracampo, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020.

AZEVEDO, Estenio Ericson Botelho de. A teoria social crítica de Marx e suas contribuições ao Serviço Social brasileiro. *In*: FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda. (Orgs.). **Fundamentos Filosóficos para o Serviço Social**. Fortaleza: Socialis Editora, 2020, p. 223-254.

BANCO MUNDIAL. **Prioridades y estrategias para la educación**. Washington: World Bank, 1996.

BANCO MUNDIAL. **Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e da equidade do gasto público no Brasil**. Grupo Banco Mundial; 2017.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. *In*: **Revista Serviço Social e Sociedade**. n.106. São Paulo:Cortez, 2011, p. 205-218.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Serviço Social e pesquisa: implicações éticas e enfrentamentos políticos. *In: Temporalis*, ano IX, n. 17. Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2009, p. 131-143.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BEHRING, Elaine Rosseti. A emergência é social, não fiscal. **Esquerda Online**. 2019. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2019/11/11/emergencia-e-social-nao-fiscal/>. Acesso em: 15, mar. 2020.

BEHRING, Elaine Rosseti. Neoliberalismo, ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. *In: Anais do XIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL- ENPESS*. Vitória: ABEPSS, 2018.

BEHRING, Elaine Rosseti. Política Social no contexto da crise capitalista. **Serviço Social: direitos profissionais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda dos direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011.

BENDER Mateus; COELHO, Gabriel Bandeira. Anthony Giddens e Pierre Bourdieu: é possível falar em pós-estruturalismo? *In: Interfaces Científicas - Humanas e Sociais*, v.7, n.1. Aracaju: Editora Universitária Tiradentes, Jun. 2018, p. 59 – 70.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. *In: Serviço Social & Sociedade*, n. 124, São Paulo: Cortez, 2015, p. 637-651. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282015000400637&lng=en&nrm=iso. Acesso em 06 fev. 2021.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social**. São Paulo: Veras Editora; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2008.

BRANDÃO, Selma Maria Silva de Oliveira. Pesquisa na formação profissional em Serviço Social no Brasil em tempos de contrarreforma da educação superior expressões particulares no Maranhão. 2013. **Tese** (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 30 dez. 2020. BRASIL. Presidência da República.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020 /** Coordenação de Pessoal de Nível Superior. – Brasília, DF: CAPES, 2010.

BRASIL. **Plataforma Sucupira**. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoAreaConhecimento.jsf?areaAvaliacao=32> . Acesso em: 10 de jan. 2021.

BRAZ, Marcelo. O governo Lula e o projeto ético-político do serviço social. *In*: **Serviço Social e Sociedade**, ano 25, n. 78. São Paulo: Cortez, 2004, p. 48-68.

BRAZ, Marcelo; RODRIGUES, Mavi. P. O ensino em Serviço Social da Era Neoliberal (1990-2010): Avanços, Retrocessos e Enormes Desafios. *In*: SILVA, J. F. S.; SANT'ANA, R. S.; LOURENÇO, E. A. S. (Orgs.). **Sociabilidade Burguesa e Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013, p. 255 a 282. Coletânea Nova de Serviço Social.

CAMARGO, Aspásia. História Oral e Política. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.). **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994, p. 75-100.

CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira. As Incidências Pós-modernas na Produção do Conhecimento em Serviço Social. **Tese** (Doutorado em Serviço Social) Rio de Janeiro: PPGSS/UERJ, 2013.

CAPES. **Documento de Área Serviço Social 2019**. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centraisde-conteudo/doc-servico-social-01-11-pdf/view>. Acesso em: 03 fev. 2021.

CAPES. **Relatório de Avaliação 2013-2016 - Quadrienal 2017 / Serviço Social**. Brasília, 2017.

CARCANHOLO, Marcelo. Formas, conteúdo e causa: uma proposta de interpretação marxista do fenômeno crise. *In*: **Leituras de Economia Política**, v. 4, n. 1 (5). Campinas: UNICAMP, 1997, p. 15-31.

CARVALHO, Anésia de Souza. **Metodologia da entrevista**: uma abordagem fenomenológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1991.

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de, SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Recursos humanos e atividades de formação dos programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social. *In*: CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de, SILVA, Maria Ozanira da Silva e; (Orgs). **Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimentos no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 25-49.

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CASTELO, Rodrigo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. *In: OIKOS*, Vol. 8, n. 1. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2009, p. 71-91.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social (Org.). **Assistentes sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional.** Brasília: CFESS, 2005.

CHAGAS, Eduardo Ferreira. **O método dialético de Marx: investigação e exposição crítica do objeto.** São Paulo - SP: Unicamp, 2012.

CHASIN, José. **Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica.** São Paulo: Boitempo. 2009.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação.** n. 24. Rio de Janeiro- RJ: ANPEd, 2003, p. 5-15.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade.** São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. A trajetória histórica do ensino superior no Brasil: expansão e privatização da ditadura aos governos do PT. *In: SER Social*, ano 21, n. 44. Brasília- DF: PPGPS/UnB, jan/jun. 2019, p. 134-151.

CISNE, Mirla. Gênero e Serviço Social: determinações e implicações históricas. *In: Temporalis*, ano 10, n. 19. Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, 2010, p. 145-159.

CISNE, Mirla. Serviço social: uma profissão de mulheres e para mulheres? uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da profissão. **Dissertação (Mestrado em Serviço Social)** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2004, 205 f.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

COUTINHO, Carlos Nelson. A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma? *In: Novos Rumos*, v. 49, n. 1. Marília: UNESP, jan/jun 2012, p. 117-126.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Temporã.** O Ensino Superior da Colônia à Era Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CUNHA, Luiz Antônio. Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior: Estado e mercado. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 795-817. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000300008&lng=en&nrm=iso. Acesso em 06 fev. 2021.

DEMIER, Felipe. **Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas de educação superior: avanços e desafios. *In: GENTILI, P. (Org.). Política educacional, cidadania e conquistas democráticas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. 59-66p

DRUCK, Graça. *et al.* Ajuste fiscal e as Universidades públicas brasileiras: a nova investida do Banco Mundial. **Cadernos do CEAS**, n. 242. Salvador: UCSAL, 2017. p. 602-634.

ESCORSIN NETTO, Leila. **O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

EVANGELISTA, João Emanuel. **Teoria social e pós-modernismo: a resposta do marxismo aos enigmas teóricos contemporâneos**. *In: Cronos*. v. 7. n. 2. Natal/RN: UFRN, jul/dez. 2006, p. 271-281.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A Política Social do Estado capitalista**. São Paulo: Cortez, 1980.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FARAGE, Eblin. Educação superior em tempos de retrocessos e os impactos na formação profissional do Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**. n. 140, p. 48-65, jan./abr. 2021.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** SP: Alfa-Omega, 1975.

FERNANDES, Laryssa Danielly Silva; GOIN, Marileia; ROCHA, Islânia Lima da. Capital Pandêmico e Ensino Remoto: o posicionamento político do Serviço Social. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 21, n. 41, p. 87-101, jan./jun. 2021.

FILHO, A. G.; FARAGE, E. Educação superior pública e o Future-se: o projeto do capital em tempos de ascensão da extrema direita. *In: EM PAUTA*: Rio de Janeiro: PPGSS/UERJ, n. 44, v. 17, p. 33-49, 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021**. Ano 15. 2021. ISSN 1983-7364. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v6-bx.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2021.

GALDINO, Shellen Batista. A produção de conhecimentos no Serviço Social: entre a hegemonia do marxismo e a pós-modernidade. 2016. **Dissertação** (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

GASTALDI, Alexandre Bogas Fraga. *et al.* **Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil – 2020**. Relatório da Acontece Arte e Política LGBTI+ e Grupo Gay da Bahia. 1. ed. Florianópolis: Editora Acontece Arte e Política LGBTI+, 2021. 79 p

GIAQUETO, Adriana. A Descentralização e a Intersetorialidade na Política de Assistência Social. *In: Serviço Social & Saúde*, v. IX, n. 10. Campinas: UNICAMP. V. X. n 10. Dez. 2010, p. 79-102.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GUERRA, Yolanda. A Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. *In: Temporalis*, n. 22, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2011, p.125-158.

GUERRA, Yolanda. **A Polêmica sobre o Mestrado Profissional e a área de Serviço Social**: subsídios à reflexão. Rio de Janeiro, 2012. (Mimeo).

GUERRA, Yolanda. Trabalho e formação profissional: desafios e perspectivas atuais ao serviço social brasileiro. *In: JOAZEIRO, E. M. G.; GOMES, V. B. (Orgs.). Serviço social: formação, pesquisa e trabalho profissional em diferentes contextos*. Teresina: EDUFPI, 2020, p. 33-62.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na Pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. 2ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

HOBBSAWM, Eric J. Prefácio História do Marxismo 1: O Marxismo no tempo de Marx. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 11-32.

HOSTINS. Regina Célia Linhares. Os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG) e suas repercussões na Pós-graduação brasileira. *In: Perspectiva*, v. 24, n. 1. Florianópolis: UFSC, jan/jun. 2006, p. 133-160.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 19ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na cena contemporânea**. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD e UnB, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Reformado Ensino Superior e Serviço Social. *In: Revista **Temporalis***, ano I, nº1 – Brasília – DF: ABEPSS, janeiro a julho de 2000, p.35 – 79.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Ensino e Pesquisa no Serviço Social: desafios na construção de um projeto de um projeto de formação profissional. **Caderno ABESS**, n.6, Cortez: São Paulo, 1993, p. 101-116.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1992.

IANNI, Octavio. A construção da categoria. *In: Revista **HISTEDBR On-line***, Campinas, SP, v. 11, n. 41e, p. 397-416, 2012. DOI: 10.20396/rho.v11i41e.8639917. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639917>. Acesso em: 31 out. 2020.

IASI, Mauro Luis. Cinco teses sobre a formação social brasileira (notas de estudo guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática). *In: **Serviço Social e Sociedade***, São Paulo: Cortez. n. 136, p. 417-438, Dez. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282019000300417&lng=en&nrm=iso. Acesso em 05 mai. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (INEP/MEC). **Censo da Educação Superior 2019 Divulgação dos Resultados**. Brasília: INEP/MEC, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior> Acesso em: 05 set. 2021

IRINEU, Bruna Andrade. *et al.* Crise do Capital e Pandemia: impactos na formação e no exercício profissional em Serviço Social. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 21, n. 41, p. 87-101, jan./jun. 2021.

KAMEYAMA, Nobuco. A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social. *In: **Caderno ABESS***, n. 8, São Paulo: Cortez, nov.1998, p. 33-76.

KAMEYAMA, Nobuco. Metodologia: uma Questão em Questão. *In: **Cadernos ABESS*** n.3 – A Metodologia no Serviço Social. São Paulo: Cortez Editora, 1989. p. 99-116.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LARA, Ricardo. A Produção do Conhecimento em Serviço Social: o mundo do trabalho em debate. **Tese** (Doutorado em Serviço Social). Franca/SP: Faculdade de História, Direito e Serviço Social da UNESP, 2008.

LEHER, Roberto. Autonomia Universitária e Liberdade Acadêmica. *In: **Revista Contemporânea de Educação***, v. 14, n. 29. Rio de Janeiro: Editora, 2019a, p. 208-226.

LEHER, Roberto. **Autoritarismo contra a universidade**: o desafio de popularizar a defesa da educação pública. – 1.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2019b.

LEHER, Roberto. Universidade Pública Federal Brasileira: Future-se e “guerra cultural” como expressões da autocracia burguesa. *Educação & Sociedade* [online]. 2021, v. 42. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.241425>. Acesso em: 4 set. 2021.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista; SOUZA, Moema Amélia Serpa Lopes de. Fundamentos, formação e trabalho profissional: tendências e perspectivas da produção do conhecimento do Serviço Social. *In*: GUERRA, Yolanda; LEWGOY, Alzira Maria Baptista; MOLJO, Carina Berta; SERPA, Moema; SILVA, José Fernando Siqueira (Orgs.). **Serviço Social e seus Fundamentos**: conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018, p. 175-216.

LIMA, Ingridy Lammonikelly da Silva. A categoria trabalho na produção do conhecimento do Serviço Social a partir do legado da modernidade e as inflexões do pensamento pós-moderno. 2018. **Dissertação** (Mestrado em Serviço Social). João Pessoa: Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba, 2018.

LIMA, Katia Regina de Souza. Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século. *In*: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de (Orgs.). FORTI, Valeria; GUERRA Yolanda (Coords.). **Serviço Social e educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013, p. 11-34.

LIMA, Katia Regina de Souza. O banco mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século. *In*: **Revista Katálisis**, v. 14, n. 1. Florianópolis: UFSC, jan./jun. 2011, p. 86-94.

LIMA, Katia Regina de Souza. **Contra-reforma na Educação Superior**: de FHC a Lula. São Paulo: Xamã, 2007.

LIMA, Kátia Regina de Souza; PEREIRA, Larissa Dahmer. Contra-reforma na educação superior brasileira: impactos na formação profissional em Serviço Social. *In*: **Sociedade em Debate**, v. 15, n. 1, Pelotas: EDUCAT, jan./jun. 2009, p. 31- 50,.

LIMA, Rita de Lourdes de. Formação Profissional em Serviço Social e gênero: algumas considerações. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 117, p. 45-68, jan./mar. 2014.

LISBOA, Tereza Kleba. Gênero, feminismo e serviço social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão. **Katálisis**, Florianópolis, v. 13 n. 1. p. 66-75, jan./jun. 2010.

LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. *In*: **Serviço Social & Sociedade**, nº 124, São Paulo: Cortez, 2015. p. 652-64.

LÖWY, Michel. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos; PASSOS, Elizete Silva. **Introdução à Filosofia: aprendendo a pensar**. São Paulo: Cortez, 2004.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível**. São Paulo: Boitempo, 2010.

LUKÁCS, György. **Marxismo e teoria da literatura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LUSA, Mailiz Garibotti. *et al.* A Universidade pública em tempos de ajustes neoliberais e desmonte de direitos. *In: Revista Katálysis*, v. 22, n. 3, Florianópolis: UFSC, 2019, p. 536-547.

MANDEL, Ernest. **A Crise do Capital**. Campinas: UNICAMP, 1990.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, v. I, 2013.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Trad. Álvaro Pina. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARANHÃO, César Henrique Miranda Coelho. Crise do capitalismo, recomposição da superpopulação relativa e os programas de assistência social. 2004. **Dissertação** (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência (1973). *In: Traspadini, R.; STEDILE, J. P. (Orgs.)*. Ruy Mauro Marini: **vida e obra**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011., p.

MATHIS, Adriana de Azevedo; SANTANA, Joana Valente. Serviço Social e tradição marxista: notas sobre a teoria social crítica. *In: 6º COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX ENGELS*, 2009, São Paulo. **Anais Eletrônicos**. São Paulo, 2009, p. 1-10. Disponível em:

https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/servico-social-e-tradicao-marxista-notas-sobre-teoria-soci.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

MAURIEL, Ana Paula Ornelas. Os Grupos Temáticos de Pesquisa da ABEPSS na relação entre pós-graduação e graduação. *In: Revista Katálysis*, v. 20, n. 2. Florianópolis: UFSC, p. 262-27, 2016.

MAURIEL, Ana Paula Ornelas. Estado e expropriações no capitalismo dependente. *In: BOSCHETTI, Ivanete (Orgs.). Expropriação e Direitos no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2018, p. 233-264.

MELLO, Hivy Damásio Araújo. O banco Mundial e a reforma educacional no Brasil: a convergência de agências e o papel dos intelectuais. *In: Pereira, João Márcio Mendes (org.) A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014, p. 153-173.

MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos. A Universidade no Brasil. *In: Revista Brasileira de Educação*, n. 14: Rio de Janeiro: ANPEd, 2000, p. 131-194.

MENDES, C. Pós-estruturalismo e a crítica como repetição. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Brasília DF, v. 30, n. 88, p. 45-60, 2015.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

MIOTO, Regina Celia Tamasso; NOGUEIRA Vera Maria Ribeiro. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. **Katálysis**, Florianópolis v.16 nº. esp., p. 61-71, 2013.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

MOTA, William Pessoa. O Banco Mundial e a contrarreforma da educação superior brasileira no governo Lula da Silva (2003-2010). Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas) [online]. 2019, v. 24, n. 1. p. 213-233. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-407720190001000012>. Acesso em: 10 out. 2020.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. *In: Revista Katálysis*: Florianópolis: UFSC, v. 16, n.esp., p.17-27, 2013.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: Uma Introdução Crítica**. 4. ed. São Paulo, Cortez, 2008. – (biblioteca básica de Serviço Social; v.1).

NETTO, José Paulo. Entrevista José Paulo Netto. **Trab. educ. saúde (online)**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, pág. 333-340, outubro de 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462011000200010&lng=en&nrm=iso. Acesso em 28 out. 2020.

NETTO, José Paulo. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. *In*: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (Org.). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016. cap. 1, p. 14-76.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64p.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil Pós 64**. - 12. ed.- São Paulo: Cortez, 2008

NETTO, José Paulo. O Movimento de reconceituação: 40 anos depois. *In*: **Serviço Social & Sociedade**, ano 26, n. 84, São Paulo: Cortez, nov.2005, p. 5-20.

NETTO, José Paulo. Reforma do Estado e impactos no ensino superior. *Revista Temporalis*, ano 1, n. 1. Brasília (DF): ABEPSS, 2000, p. 11-33.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. **Capacitação em Serviço Social e política social: módulo 1: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social**. Brasília: CEAD,1999. Módulo 1, p. 91 -110

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social- notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *In*: **Serviço Social e Sociedade**, n.50. São Paulo: Cortez Editora, 1996., p. 413-429.

NÓBREGA, Mônica Barros da. A relação entre a produção de conhecimento teórico nas teses de doutoramento e a direção social estratégica do projeto ético-político do serviço social brasileiro. **Tese** (Doutorado em Serviço Social) — Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As possibilidades da política: ideias para a reforma democrática do Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

PAVÃO, Ana Maria Braz. **O princípio de autodeterminação no Serviço Social: visão fenomenológica**. São Paulo: Cortez Editora, 1981.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. 58 p. (Cadernos MARE da Reforma do Estado, v. 1.).

PEREIRA, João Márcio Mendes. Poder, política e dinheiro: a trajetória do Banco Mundial entre 1980 e 2013. *In*: Pereira, João Márcio Mendes (org.) **A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde**

(1980-2013). Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014, p. 19-63.

PEREIRA, Larissa Dahmer. Mercantilização do ensino superior, educação a distância e Serviço Social. *In: Rev. katálysis*, v. 12, n. 2. Florianópolis: UFSC, 2009, p. 268-277.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PRATES, Jane Cruz. Relatório de Pós-Doutorado: A Direção da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil e a importância dos Núcleos e Grupos de Pesquisa para a constituição desse processo. São Paulo: PPGSS, PUC/SP, 2016.

PRATES, Jane Cruz. A produção de conhecimentos e a contribuição dos periódicos para o amadurecimento teórico do Serviço Social. *In: Texto & Contexto*, v. 12, n. 2, Porto Alegre: PUCRS, jul./dez. 2013, p. 213 – 220.

PRONKO, Marcela. O Banco Mundial no campo internacional da educação. *In: Pereira, João Márcio Mendes (org.) A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013)*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014, p. 89-112.

QUEIROZ, Fernanda Marques. *et al.* Grupo temático de pesquisa serviço social, relações de exploração/ opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades: breve histórico e desafios. *In: Temporalis*, ano 14, n. 27. Brasília (DF): ABEPSS, jan./jun. 2014, p. 233-241

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RODRIGUES, Mavi Pacheco. Michel Foucault sem espelhos: um pensador proto pós-moderno. 2006. **Tese** (Doutorado em Serviço Social)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

SADER, Emir. Prefácio. MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2008.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. **Crônica de uma crise anunciada: Crítica à economia política de Lula e Dilma**. São Paulo: SG-Amarante, 2017.

SANTANA, Joana Valente; STAMPA, Inez; CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de. A Pós-graduação em serviço social no contexto ultraneoliberal. *In: JOAZEIRO, Edna Maria Goulart; GOMES, Vera Batista. (Orgs.). Serviço social: formação, pesquisa e trabalho profissional em diferentes contextos*. Teresina: EDUFPI, 2020, p. 63-86.

SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima. *et al.* A pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba e os desafios de sua implantação no contexto de mercantilização do ensino superior. *In: FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira; PATRIOTA,*

Lucia Maria; SILVEIRA, Sandra Amélia Sampaio. (Org.). **O Curso de Serviço Social da UEPB**: elementos para uma análise histórico-metodológica. Campina Grande: EDUEPB, 2014.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Questões da Nossa Época: v. 132).

SANTOS, Geórgia Maria Ricardo Félix dos; SILVA, Maria Elaine da; BELMONTE, Bernardo do Rego. COVID-19: ensino remoto emergencial e saúde mental de docentes universitários. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil** [online]. 2021, v. 21. Recife, 2021, p. 245-251. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9304202100S100013>>. Acesso em: 26 jul. 2021.

SETUBAL, Aglair Alencar. Desafios à pesquisa no serviço social: da formação acadêmica à prática profissional. *In: Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 10, n.esp., p.64-72, 2007.

SEVERINO, Joaquim Antônio. Pós-Graduação e Pesquisa: o processo de produção e de sistematização do conhecimento. *In: Revista Diálogo Educacional*, v. 9, n. 26. Curitiba: EDITORA, jan/abr 2009, p. 13-27.

SILVA, Alessandra Ximenes da; MATIAS, Thaísa Simplício Carneiro. NÓBREGA, Mônica Barros. Pesquisa e conhecimento da realidade no Serviço Social. *In: Temporalis*, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, n.35. Brasília, 2018, p. 105-118.

SILVA, Alessandra Ximenes; DAVI Jordeana; NÓBREGA Mônica Barros da. A inserção Social do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 139, p. 452-463, set./dez. 2020.

SILVA, Bismarck Oliveira da; OLIVEIRA, Maria Tereza de. O pensamento pós-moderno e os desafios contemporâneos ao projeto ético-político do serviço social. *In: Temporalis*, ano 18, n. 36. Brasília (DF): ABEPSS, jul./dez. 2018, p. 65-93,

SILVA, José Fernando Siqueira da. Pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social. *In: Revista Textos & Contextos*, v. 6 n. 2. Porto Alegre: EDIPUCRS, jul./dez. 2007, p, 282-297.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Trinta anos da revista *Serviço Social & Sociedade*: contribuições para a construção e o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. *In: Serviço Social & Sociedade*, n. 100, São Paulo: Cortez : 2009 , p. 599-649.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. *et al.* A pesquisa, a produção e a divulgação do conhecimento dos programas de Pós-graduação na área de Serviço Social. *In: CARVALHO, Denise Bomtempo Briche de; SILVA, Maria Ozanira da Silva e. (Orgs). Serviço Social, pós-graduação e produção do conhecimento no Brasil.* São Paulo: Cortez, 2005.144 p.

SILVA, Ruteléia Cândida de Souza; QUEIROZ, Imar Domingos; AHLERT, Betina. Produção do conhecimento e relevância social: contribuições do PPGPS/UFMT. *In:*

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; *et al.* (ORGs). **Pesquisa em Serviço Social e Temas Contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2020. p. 181-193.

SILVEIRA, Sandra Amélia Sampaio; Rodrigues, Neyde Jussara Gomes Abdala; SILVA, Berenice Lira da. O papel da pesquisa na formação das(os) discentes do Curso de Serviço Social da UEPB: a contribuição dos grupos de pesquisa. Campina Grande: UEPB/CNPq. **Relatório Final**. 2013.

SILVEIRA JÚNIOR, Adilson Aquino. A Cultura Pós-Moderna no Serviço Social em Tempos de Crise. *In: Temporalis*, ano 16, n. 31. Brasília (DF),: ABEPS, jan/jun. 2016.

SIMIONATTO, Ivete. As Abordagens Marxistas no Estudo dos Fundamentos no Serviço Social. *In: GUERRA, Yolanda. et al* (Orgs). **Serviço Social e Seus Fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social. 2018, p. 223.

SIMIONATTO, Ivete. Intelectualidade, política e produção do conhecimento: desafios ao Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 117, p. 7-21, jan./mar. 2014.

SIMIONATTO, Ivete. Os desafios na pesquisa e na produção do conhecimento em Serviço Social. *In: Temporalis – Pesquisa e Produção de Conhecimento em Serviço Social*, ano 5, n. 9. Recife: Ed. Universitária da UFPE, jan/junh2005, p. 51- 62.

SOUZA, Moema Amélia Serpa Lopes de; SILVA, Sheyla Suely de Souza; ARAÚJO, Wagner. Pós-graduação em Serviço Social: a precarização da qualificação profissional. *In: CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de. et al.* (ORGs). **Pesquisa em Serviço Social e Temas Contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2020.

SPOSATI, Aldaíza. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do serviço social. *In: Revista Katálysis*, v 10, n. esp.: Florianópolis: UFSC, 2007, p.15-25.

TATAGIBA, Ana Paula. Fenomenologia e Serviço Social: nuances da experiência brasileira. *In: FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda.* (Orgs.). **Fundamentos Filosóficos para o Serviço Social**. Fortaleza: Socialis Editora, 2020, p. 195-222.

TIBURTINO, Lidiane Cavalcante. Relações de Gênero e processos de trabalho no Serviço Social. *In: Temporalis*, ano 5, n. 29, .ano 15. Brasília (DF): ABEPS, jan./jun. 2015.

TONET, Ivo. O pluralismo metodológico: um falso caminho. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*, nº. 48. São Paulo: Editora Cortez, ago.1995, p. 35-57.

TONET, Ivo. **Método científico: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lucáks, 2013.

TONET, Ivo. Prefácio. *In: FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda.* (Orgs.). **Fundamentos Filosóficos para o Serviço Social**. Fortaleza: Socialis Editora, 2020, p. 7-17.

VASQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1975

VIOR, Susana; CERRUTI, María Betania Orejo. O Banco Mundial e a sua influência na definição de políticas educacionais na América Latina (1980-2012). *In*: Pereira, João Márcio Mendes (org.) **A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014, p. 113-152.

YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço Social como área de conhecimento: desvendando a Questão Social. *In*: CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; SANTANA, Joana Valente; SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Orgs). **Pesquisa em Serviço Social e Temas Contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2020a. p. 11-15.

YAZBEK, Maria Carmelita. Prefácio. *In*: PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa; CRONEMBERGER, Izabel Hérika Gomes Matias (Orgs). **Serviço Social em Tempos de Pandemia: provocações ao debate**. Teresina: EDUFPI, 2020b. p. 11-16.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os Fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade. *In*: **Capacitação em Serviço Social e Política Social: o trabalho do assistente social e as políticas sociais**. Brasília: CFESS/ABEPSS/UNB/CEAD, 2000. Módulo 4, p. 19 -33.

YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel; SANT'ANA, Raquel. Questão social, trabalho e crise em tempos de pandemia. *In*: **Serviço Social e Sociedade**, n. 138. São Paulo: Cortez, maio/ago. 2020, p. 207-213. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n138/0101-6628-sssoc-138-0207.pdf> > Acesso em 20 de jan. 2021.

YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Das origens à atualidade da profissão: a construção da pós-graduação em Serviço Social no Brasil. *In*: CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Orgs). **Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimentos no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 25-49.

APÊNDICE A - ROTEIRO PARA LEITURA DAS DISSERTAÇÕES

1. Título da dissertação:
2. Ano de defesa e aprovação da Dissertação:
3. Linha de Pesquisa:
4. Orientador:
5. Tema:
6. Objeto:
7. Autor:
8. Orientador:
9. Objetivos do Estudo:
10. Tipo de Estudo:
11. Referencial teórico-metodológico anunciado:
12. Categorias de Análises:
13. Técnicas e instrumentos para coleta e análise dos dados:
14. Referências bibliográficas mais utilizadas:

